

DIÁRIO da Assembleia da República

VII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1995-1996)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 9 DE OUTUBRO DE 1996

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
João Cerveira Corregedor da Fonseca
José Ernesto Figueira dos Reis

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 30 minutos. Deu-se conta da entrada na Mesa do projecto de deliberação n.º 24/VII.

A Câmara aprovou o voto n.º 41/VII — De pesar pelo falecimento da ex-Deputada à Assembleia da República Teresa Santa Clara Gomes (Presidente da AR, PS, PSD, CDS-PP, PCP e Os Verdes), ao qual se associaram, além do Sr. Presidente, os Srs. Deputados Maria José Nogueira Pinto (CDS-PP), Lemos Damido (PSD), Isabel Castro (Os Verdes), Octávio Teixeira (PCP) e Joel Hasse Ferreira (PS).

Sob a forma de interpelação à Mesa, o Sr. Deputado Guilherme Silva (PSD) protestou contra as declarações do candidato à presidência do Governo Regional dos Açores, Sr. Carlos César, sobre a redução das tarifas no transporte aéreo para as regiões autónomas, tendo ainda usado da palavra os Srs. Deputados Jorge Ferreira (CDS-PP) e Octávio Teixeira (PCP).

Na abertura do debate da interpelação n.º 5/VII — Sobre o aumento da criminalidade e da insegurança (PSD) proferiram intervenções o Sr. Deputado Luís Marques Mendes (PSD) e o Sr. Ministro da Administração Interna (Alberto Costa), tendo-se seguido no uso da palavra, a diverso título, além destes oradores e do Sr. Ministro da Justiça (José Vero Jardim), os Srs. Deputados Jorge Lacão (PS), Jorge Ferreira (CDS-PP), Jodo Amaral (PCP), Carlos Encarnação (PSD), José Magalhães (PS), Maria José Nogueira Pinto (CDS-PP), Alberto Martins (PS), António Filipe (PCP), Isabel Castro (Os Verdes), Guilherme Silva, Miguel Macedo e Calvão da Silva (PSD), Luís Queiró (CDS-PP) e Odete Santos (PCP).

A encerrar o debate interviveram, pelo partido interpelante, o Sr. Deputado Carlos Encarnação (PSD) e, pelo Governo, o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 50 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros.
Agostinho Marques Moleiro.
Aires Manuel Jacinto de Carvalho.
Alberto de Sousa Martins.
Albino Gonçalves da Costa.
António Alves Marques Júnior.
António Alves Martinho.
António de Almeida Santos.
António Fernandes da Silva Braga.
António Fernando Marques Ribeiro Reis.
António Jorge Mammerickx da Trindade.
António José Gavino Paixão.
António José Guimarães Fernandes Dias.
Arnaldo Augusto Homem Rebelo.
Artur Clemente Gomes de Sousa Lopes.
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho.
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos.
Carlos Alberto Cardoso Rodrigues Beja.
Carlos Alberto Dias dos Santos.
Carlos Justino Luís Cordeiro.
Carlos Manuel Amândio.
Carlos Manuel Luís.
Claudio Ramos Monteiro.
Domingos Fernandes Cordeiro.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Elisa Maria Ramos Damião.
Fernando Alberto Pereira Marques.
Fernando Antão de Oliveira Ramos.
Fernando Manuel de Jesus.
Fernando Pereira Serrasqueiro.
Francisco José Pereira de Assis Miranda.
Francisco José Pinto Camilo.
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho.
Henrique José de Sousa Neto.
João Carlos da Costa Ferreira da Silva.
João Rui Gaspar de Almeida.
Joaquim Moreira Raposo.
Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida.
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.
Joel Maria da Silva Ferro.
Jorge Lacão Costa.
Jorge Manuel Damas Martins Rato.
Jorge Manuel Fernandes Valente.
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro.
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro.
José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão.
José Alberto Cardoso Marques.
José António Ribeiro Mendes.
José Carlos da Cruz Lavrador.
José Carlos das Dores Zorrinho.
José da Conceição Saraiva.
José de Matos Leitão.
José Ernesto Figueira dos Reis.
José Fernando Rabaça Barradas e Silva.
José Manuel Niza Antunes Mendes.
José Manuel Rosa do Egípto.
José Manuel Santos de Magalhães.
José Maria Teixeira Dias.

José Pinto Simões.

Jovita de Fatima Romano Ladeira Matias.
Julio Manuel de Castro Lopes Faria.
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal.
Luís Filipe Nascimento Madeira.
Luís Pedro de Carvalho Martins.
Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro.
Manuel Alberto Barbosa de Oliveira.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Manuel António dos Santos.
Manuel Francisco dos Santos Valente.
Manuel Jorge Pedrosa Forte de Goes.
Manuel Martinho Pinheiro dos Santos Gonçalves.
Manuel Porfírio Vargas.
Maria Amélia Macedo Antunes.
Maria Celeste Lopes da Silva Correia.
Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha.
Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira.
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro.
Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa.
Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.
Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino.
Mario Manuel Videira Lopes.
Martim Afonso Pacheco Gracias.
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque.
Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura.
Nelson Madeira Baltazar.
Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes.
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro.
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte.
Paulo Jorge dos Santos Neves.
Pedro Luís da Rocha Baptista.
Raimundo Pedro Narciso.
Raúl d' Assunção Pimenta Rego.
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz.
Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
Rui Manuel dos Santos Namorado.
Sergio Carlos Branco Barros e Silva.
Sergio Paulo Mendes de Sousa Pinto.
Teresa Maria Gonçalves Gil Oliveira Pereira Narciso.
Victor Brito de Moura.
Vital Martins Moreira.

Partido Social Democrata (PSD):

Adalberto Paulo da Fonseca Mendo.
Adriano de Lima Gouveia Azevedo.
Alvaro dos Santos Amaro.
Alvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto.
Amândio Santa Cruz Domingues Basto Oliveira.
Antonino da Silva Antunes.
António Costa Rodrigues.
António de Carvalho Martins.
António Fernando da Cruz Oliveira.
António Germano Fernandes de Sá e Abreu.
António Joaquim Correia Vairinhos.
António Moreira Barbosa de Melo.
António Paulo Martins Pereira Coelho.
António Roleira Marinho.
António Soares Gomes.
Arménio dos Santos.
Artur Ryder Torres Pereira.
Bernardino Manuel de Vasconcelos.

Carlos Alberto Pinto.
Carlos Manuel de Sousa Encarnação.
Carlos Manuel Duarte de Oliveira.
Carlos Manuel Marta Gonçalves.
Carlos Miguel Maximiano de Almeida Coelho.
Duarte Rogerio Matos Ventura Pacheco.
Eduardo Eugenio Castro de Azevedo Soares.
Fernando José Antunes Gomes Pereira.
Fernando Santos Pereira.
Filomena Maria Beirão Mortágua Salgado Freitas Bordalo.
Francisco Antunes da Silva.
Francisco José Fernandes Martins.
Francisco Xavier Pablo da Silva Torres.
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva.
Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves.
Hugo José Teixeira Velosa.
João Alvaro Poças Santos.
João Calvão da Silva.
João do Lago de Vasconcelos Mota.
João Eduardo Guimarães Moura de Sá.
Joaquim Manuel Cabrita Neto.
Joaquim Martins Ferreira do Amaral.
Jorge Paulo de Seabra Roque da Cunha.
José Alvaro Machado Pacheco Pereira.
José Augusto Gama.
José Augusto Santos da Silva Marques.
José Bernardo Veloso Falcão e Cunha.
José Carlos Pires Povoas.
José de Almeida Cesário.
José Guilherme Reis Leite.
José Luís Campos Vieira de Castro.
José Macário Custódio Correia.
José Manuel Costa Pereira.
José Mario de Lemos Damião.
Lucília Maria Samoreno Ferra.
Luis Filipe Menezes Lopes.
Luis Manuel Gonçalves Marques Mendes.
Luis Maria de Barros Serra Marques Guedes.
Manuel Acácio Martins Roque.
Manuel Alves de Oliveira.
Manuel Castro de Almeida.
Manuel Filipe Correia de Jesus.
Manuel Maria Moreira.
Maria do Céu Baptista Ramos.
Maria Fernanda Cardoso Correia da Mota Pinto.
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.
Maria Manuela Dias Ferreira Leite.
Mario da Silva Coutinho Albuquerque.
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva.
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas.
Pedro Augusto Cunha Pinto.
Pedro Domingos de Souza e Holstein Campilho.
Pedro José da Vinha Rodrigues Costa.
Pedro Manuel Cruz Roseta.
Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.
Rui Fernando da Silva Rio.
Sergio André da Costa Vieira.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS/PP):

António Afonso de Pinto Galvão Lucas.
Augusto Torres Boucinha.
Carlos Manuel de Sá Correia.
Fernando José de Moura e Silva.

Gonçalo Filipe Ribas Ribeiro da Costa.
Ismael António dos Santos Gomes Pimentel.
Jorge Alexandre Silva Ferreira.
Luís Afonso Cortez Rodrigues Queiró.
Manuel Fernando da Silva Monteiro.
Maria Helena Pereira Nogueira Santo.
Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto.
Nuno Jorge Lopes Correia da Silva.
Nuno Kruz Abecasis.
Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan.

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues.
António João Rodeia Machado.
Bernardino José Torrão Soares.
João António Gonçalves do Amaral.
João Cerveira Corregedor da Fonseca.
José Fernando Araújo Calçada.
Lino António Marques de Carvalho.
Luís Manuel da Silva Viana de Sá.
Maria Luísa Raimundo Mesquita.
Maria Odete dos Santos.
Octávio Augusto Teixeira.

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloisa Augusta Baião de Brito Apolónia.
Isabel Maria de Almeida e Castro.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai anunciar os diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deu entrada na Mesa, e foi admitido, o projecto de deliberação n.º 24/VII — Prorroga o prazo fixado pela Deliberação n.º 12-PL/96 (Presidente da AR).

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, eu próprio tomei a iniciativa de elaborar o voto n.º 41/VII — De pesar pelo falecimento da ex-Deputada à Assembleia da República Teresa Santa Clara Gomes.

O voto, subscrito por mim e pelos líderes de todos os grupos parlamentares, é do seguinte teor:

Morreu Teresa Santa Clara Gomes. Um nome que ecoou pelas bancadas deste Hemiciclo em intervenções impregnadas de sentido social e humano. Uma presença doce e cativante, uma inteligência lúcida, uma sensibilidade de eleição e uma vasta cultura humanística ao serviço de ideais, valores e convicções. Dimanava dos seus gestos e dos seus actos — que não raro assumiram os contornos da resistência e da luta — uma bondade serena e uma determinação esclarecida.

Estruturalmente independente, não recusou o alinhamento ideológico sempre que esteve em causa um combate que se não vencia sem ele. Foi assim que assumiu funções governativas e as desempenhou com brilho; que se deixou mobilizar por movimentos que eram ponto de encontro de empenhamento social e ascese; que se deixou eleger pelo povo para poder emprestar-lhe a força e o calor da sua voz.

Os que tiveram o privilégio do seu convívio nesta Casa, e os que, tendo vindo depois, ainda colheram o perfume da sua passagem por ela, curvam-se com profunda veneração e respeito perante a sua memória e endereçam à família enlutada a dorida expressão da sua mágoa.

Srs. Deputados, está em apreciação.
Tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto.

A Sr.ª Maria José Nogueira Pinto (CDS-PP): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, é com muita pena, mas também com muita honra, que associo a minha voz a este voto de pesar, em cujo texto, aliás, estão expressas as características que foram as de Teresa Santa Clara Gomes.

Gostaria apenas de acentuar que a intervenção de Teresa Santa Clara Gomes na sociedade portuguesa, quer na actividade social, quer na actividade política, marca um paradigma como, de facto, as mulheres podem e devem estar na vida pública e na política. Diria que o fez como uma combatente, com a inteligência do coração, que é, ao fim e ao cabo, talvez a mais importante qualidade para estas tarefas.

Diria, finalmente, que foi uma mulher que viveu profundamente o Evangelho, e viver o Evangelho hoje, nos tempos que correm, é, antes de mais, um acto de coragem. Julgo que se poderia dizer de Teresa Santa Clara Gomes aquilo que qualquer um de nós gostaria que fosse dito quando morrêssemos. Combateu o bom combate, como dizia S. Paulo, por isso hoje pode descansar entre os justos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lemos Damião.

O Sr. Lemos Damião (PSD): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu e muitos dos que estão neste Hemiciclo tivemos a felicidade de privar com a Sr.ª Deputada — na altura — Teresa Santa Clara Gomes. Era uma senhora que tinha um sorriso sempre aberto, mesmo para aqueles que não conhecia, e que deixou em mim um sentimento profundo, uma saudade que vai perpetuar-se por muito tempo.

A minha bancada associa-se a este voto de pesar, porque Teresa Santa Clara Gomes simboliza a mulher lúcida, a intelectual de eleição e a mulher solidária.

Paz à sua alma.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, subscrevemos este voto na convicção de que, independentemente de estarmos a falar de alguém que nos é caro e próximo, cujo desaparecimento não nos é indiferente, falamos de alguém profundamente sereno, mas determinado; alguém para quem as suas convicções religiosas não foram um dogma, mas um guia de acção permanente; alguém que desenvolveu uma luta e uma intervenção por um diferente estatuto para a mulher, um estatuto não divorciado daquilo que, em nosso entendimento, deve ser essa acção intervadora: uma luta ligada à democracia, ao desenvolvimento e à cooperação.

Estes são alguns dos traços que marcaram a vida de Teresa Santa Clara Gomes e este é, no mínimo, com aquilo que de pouco as palavras têm, o que hoje deve ser lembrado na sua morte.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, singelamente, e em nome do Grupo Parlamentar do

Partido Comunista Português, queria associar-me a este voto de pesar, que subscrevemos, e manifestar a mágoa com que vimos partir Teresa Santa Clara Gomes.

Sr. Presidente, permitia-me apenas fazer um acrescento, em relação ao texto do voto, que é fundamental, sobre a vida de Teresa Santa Clara Gomes. É que, para além do que consta dele, consideramos que Teresa Santa Clara Gomes foi sempre uma mulher estruturalmente séria, seriedade que sempre emprestou a toda a sua vida cívica e política.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queria referir aqui o percurso de rara e invulgar coerência que teve Teresa Santa Clara Gomes. A dedicação, o sentido de missão que sempre imprimiu à sua vida, desde a Ação Católica Universitária, estatuto em que a conheci há já algumas décadas, ao movimento Graal, de que foi uma das principais animadoras, fez com que sempre procurasse compatibilizar o seu ideal religioso com o ideal social e político, com as convicções culturais que a animavam.

Tive ocasião de partilhar com ela não só muitos combates, projectos e ideias políticas essenciais, como até o gabinete, nesta Assembleia. Teresa Santa Clara Gomes foi Deputada, primeiro do Grupo Parlamentar da UEDS e depois do Grupo Parlamentar do PS, por isso, também em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, quero agradecer as menções que já lhe foram feitas.

Desempenhou funções governativas, nomeadamente a de Secretária de Estado da Cultura, e teve um papel importante, quer no gabinete de Maria de Lurdes Pintasilgo, quer na posterior campanha presidencial. Em todas essas actividades, nos domínios da educação, da cultura e da cooperação internacional, Teresa Santa Clara Gomes manifestou-se como uma personalidade de invulgar craveira.

Queria, contudo, ir mais longe e sublinhar a coragem com que enfrentou a doença: em coerência com a coragem com que enfrentou a vida, enfrentou a morte. Sempre manifestou, nas suas relações pessoais, uma enorme cordialidade, uma elevada cultura, um forte sentido de militância cultural, cívica, social e política.

Esteve entre nós, neste Parlamento, e deu o testemunho da sua personalidade e das suas convicções, por isso nos curvamos, com amizade, respeito e carinho, sobre a sua memória. Independentemente de crermos ou não na eternidade, penso que todos nós partilhamos com ela os seus objectivos de solidariedade, de justiça, de fraternidade e de liberdade.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, para além do que consta do texto do voto que tive a honra de subscrever, queria juntar a minha voz à vossa para acrescentar apenas o seguinte: o País perdeu um grande espírito, uma alma transparente e um suave e doce coração. Junto-me à vossa pena e mágoa, porque creio que, neste momento, todos estamos irmados nesse sentimento.

Srs. Deputados, vamos então proceder à votação do voto de pesar pelo falecimento da ex-Deputada Teresa Santa Clara Gomes.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, o voto será comunicado à família enlutada.

Vamos guardar agora, comovidamente, um minuto de silêncio.

A Câmara guardou um minuto de silêncio.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A comunicação social tem estado a dar conta da redução das tarifas no transporte aéreo para as regiões autónomas, facto que, por si só, obviamente, saudamos e registamos com agrado. Mas a razão da minha interpelação tem a ver com a circunstância de essa redução ter sido noticiada pelo Sr. Carlos César, candidato à presidência do governo regional dos Açores pelo Partido Socialista, como sendo o resultado da sua intervenção junto do Primeiro-Ministro, registando também a circunstância de essa comunicação ter sido feita há quatro dias directamente pelo Sr. Primeiro-Ministro ao Sr. Candidato Carlos César.

Esta circunstância demonstra duas coisas. Em primeiro lugar, a interferência do Governo junto da administração de uma empresa pública,...

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ... e, em segundo lugar, a confusão inaceitável e intolerável entre a função do Sr. Primeiro-Ministro enquanto Secretário-Geral do Partido Socialista e o cargo institucional de Primeiro-Ministro.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tenha paciência, mas interpele a Mesa, porque foi para isso que pediu a palavra. É que não está a fazer uma interpelação à Mesa!

O Orador: — Sr. Presidente, já preciso o teor da minha interpelação à Mesa.

Creio que esta atitude é de todo inaceitável e violadora das regras elementares de isenção e de independência que o Primeiro-Ministro tem de manifestar relativamente a um acto eleitoral, designadamente um acto eleitoral com a importância que tem o que está em curso nas regiões autónomas. O Sr. Primeiro-Ministro não pode, violando a lei que impõe a audição dos próprios órgãos de governo regional e, portanto, o envolvimento dos órgãos do governo próprio nesta matéria das tarifas do transporte aéreo, resolver esta questão dentro do âmbito do Partido Socialista e autorizar que o candidato do Partido Socialista da Região Autónoma dos Açores a apresente como resultado da sua intervenção junto do Sr. Primeiro-Ministro.

Queria que a Mesa apurasse se esta posição pública, adoptada pelo Sr. Carlos César em cima do acto eleitoral que se aproxima, tem o aval do Sr. Primeiro-Ministro e se, efectivamente, haverá uma redução das tarifas, porque os responsáveis pela TAP têm-na apresentado como algo que não passará de uma promoção de campanha temporária, agora apresentada eleitoralmente como uma solução definitiva.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a única resposta que a Mesa pode dar à interpelação que fez — e que, como sabe, tecnicamente o não foi — é informá-lo daquilo que é do conhecimento da Mesa. Hoje, ouvi na rádio o Presidente da TAP informar...

Vozes do PSD: — E não só!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, dão-me licença! Fico-lhes muito grato.

Como dizia, ouvi o Sr. Presidente da TAP informar que se tratou apenas de uma retaliação ao facto de a SATA ter baixado os preços.

Protestos do PSD.

Srs. Deputados, dêem-me licença! Também vos oiço com muito respeito e agradeço que não me neguem o mesmo respeito.

Sr. Deputado Guilherme Silva, esta é a única informação que a Mesa lhe pode dar, neste momento, para além disso, como sabe, pode fazer os requerimentos que entender ao Governo.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, permite-me o uso da palavra?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, pede a palavra para que efeito? Se é pelo mesmo assunto, peço muita desculpa mas não posso permitir que faça uma interpelação à Mesa.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas ou há condições de igualdade de tratamento de todos os grupos parlamentares ou, então,...

O Sr. Presidente: — Exactamente, Sr. Deputado! E tenho dito aqui dezenas de vezes que, em matéria de violação do Regimento, não se pode invocar a igualdade de tratamento.

Adverti o Sr. Deputado Guilherme Silva para o facto de não estar a fazer uma verdadeira interpelação à Mesa, o Sr. Deputado Guilherme Silva não respeitou as minhas palavras, mas não vou deixar generalizar este tipo de debate. Estamos aqui para uma interpelação ao Governo, vamos fazer essa interpelação.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, reitero o meu pedido de palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, repito, se é pelo mesmo assunto, não lhe dou a palavra, se é por outro assunto, terei muito gosto.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, quero fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, retirar-lhe-ei a palavra, se repetir uma interpelação que o não seja, sobre um assunto que considero não dever deixar generalizar.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Fá-lo-á, Sr. Presidente!

O Sr. Presidente: — Já o Partido Socialista pediu a palavra...

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas pedi a palavra para fazer uma interpelação em sentido regimental e não aceito que a Mesa presumá a deturpação da imagem regimental.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, perguntei-lhe qual era o assunto, o Sr. Deputado não me esclareceu...

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, disse que era para fazer uma interpelação à Mesa em sentido regimental.

O Sr. Presidente: — ... e, por isso, presumo que seja pelo mesmo assunto. Se não é, dou-lhe a palavra, Sr. Deputado, mas, repito, que lha retirarei se visar o mesmo assunto.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Com certeza, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, queremos solicitar à Mesa da Assembleia da República que apure, junto da Comissão Nacional de Eleições, as irregularidades que estão a ser cometidas ou não nas eleições regionais dos Açores e da Madeira. Julgo que a Mesa da Assembleia tem toda a legitimidade e propriedade para o fazer, porque não são apenas aumentos ou diminuições oportunas de preços de passagens para o continente, são depósitos de subsídios nas contas dos beneficiários, por parte de institutos públicos, antes das eleições, como é o caso dos subsídios agrícolas, é uma série de actos, quer dos governos regionais, com inaugurações, quer da administração central, com este tipo de atitudes, que estão a viciar o «jogo eleitoral».

Num momento em que, pela primeira vez, a Comissão Nacional de Eleições está a actuar ao nível das regiões autónomas, e muito bem — há muito tempo que o devia fazer —, aquilo que quero pedir à Mesa da Assembleia da República, e julgo que se trata de uma interpelação em sentido mais do que regimental, é que apure, junto da Comissão Nacional de Eleições, da regularidade de todos os comportamentos que transformam as eleições regionais numa vergonha política.

Era apenas isto que queria dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a sua intervenção está, de facto, mais próxima de uma verdadeira interpelação, mas não posso presumir que a Comissão Nacional de Eleições não cumpre o seu dever e não exerce as suas competências, aliás, tenho até a ideia de que, a propósito deste acto eleitoral, as tem estado a exercer com bastante eficácia. Custa-me muito dizer à Comissão Nacional de Eleições «cumpra o seu dever, exerça as suas competências».

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, é apenas uma informação...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, faça o requerimento que entender, e eu, depois, dar-lhe-ei seguimento.

Para fazer uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, a interpelação que quero fazer vai neste preciso sentido: foi colocada uma questão pelo Sr. Deputado Guilherme Silva e o Sr. Presidente deu a informação que tinha sobre aquilo que ouviu esta manhã na rádio.

O Sr. Presidente: — Não tinha outra, Sr. Deputado.

O Orador: — Se o Sr. Presidente o autorizasse, permita-me complementar esse esclarecimento.

O Sr. Presidente referiu que ouviu o Sr. Presidente da TAP dizer que se tratava de uma retaliação em relação a uma acção desenvolvida pela SATA, mas recordo ao Sr. Presidente que, nessa mesma peça radiofónica, também se ouviu o Sr. Carlos César dizer que tinha feito a solicitação ao Sr. Primeiro-Ministro, que já lhe tinha dado os parabéns e que já lhe havia agradecido.

Aplausos do PCP, do PSD, do CDS-PP e de Os Verdes.

Com toda a sinceridade, foi este o conjunto da resposta dada na peça radiofónica desta manhã.

Pessoalmente, quando ouvi esta informação, julguei que estávamos numa «república das bananas»! Isto é um mau sinal da actuação que o Governo está a ter e poderá ser um péssimo sinal para aquilo que se aproxima, ou seja, para as eleições autárquicas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Como calcula, Sr. Deputado, não escamoteei nenhuma informação que tivesse, como é óbvio. Não ouvi essa parte da notícia que referiu...

Risos do PSD.

Srs. Deputados, não se riam, porque costumo ser sério e verdadeiro nas afirmações que faço e, por isso, se tivesse ouvido, teria dito! Não sei o que pensam de vós próprios, de mim, penso assim!

Desculpem que vos fale com este rigor, mas não admito que seja posta em causa uma afirmação que acabe de fazer! Não admito isso, de forma nenhuma!

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Prescindo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Muito bem!

Antes de darmos início à ordem do dia, informo os Srs. Deputados que assiste à reunião plenária um grupo de 66 alunos da Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico n.º 2 de Odivelas.

A todos, a nossa saudação.

Aplausos gerais, de pé.

Vamos iniciar o debate da interpelação n.º 5/VII — Sobre o aumento da criminalidade e da insegurança (PSD).

Para fazer a intervenção de abertura do debate, por parte do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Marques Mendes.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Como facilmente se constata, esta interpelação começa com atraso, relativamente à hora regimental, por um facto insólito na história parlamentar e politicamente significativo e grave: às 15 horas — hora a que o debate deveria estar a começar —, o Sr. Ministro da Justiça, antigo parlamentar, e que se encontra hoje connosco, estava a dar, neste Parlamento, uma conferência de imprensa acerca de medidas, acções e iniciativas que têm a ver directamente com aquilo que está em discussão neste debate.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PS.

O Orador: — Em nome do meu grupo parlamentar, quero dizer o seguinte: em primeiro lugar, isto é uma afronta ao Parlamento e à instituição parlamentar.

Aplausos do PSD.

E o facto de ser em cima da hora, a acrescentar aos dois últimos dias, à manifestação do desespero de um Governo que, durante um ano, não fez nada...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... e quer, em três dias, recuperar o tempo perdido, não dispensa a crítica e a censura política ao Governo e ao Ministro da Justiça por esta iniciativa que merece a nossa mais viva condenação.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há um mês, faz hoje precisamente um mês, o PSD provocou esta interpelação. O Governo e o PS tudo fizeram para a adiar o mais possível. Disseram, na altura, pela voz do Ministro da Administração Interna, que éramos alarmistas e irresponsáveis, porque estava tudo bem. Hoje, tarde e a más horas, de forma pontual, avulsa e apenas para cultivar a fachada, reconhecem que, afinal, tínhamos razão.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Quando promovemos esta interpelação, dissemos que havia um surto significativo da criminalidade em Portugal. Tínhamos razão nessa ocasião e os dados posteriores confirmaram e desenvolveram o acerto da nossa iniciativa.

Vejamos alguns dados significativos e preocupantes: no espaço de um ano, de 1995 a 1996, os homicídios aumentaram 5,5 %, os homicídios tentados aumentaram 15 %, as ofensas corporais graves aumentaram 83 %, as ameaças aumentaram 22 %,...

Risos do PS.

... o crime de violação aumentou 28 %, os crimes com explosivos aumentaram 26 %, o tráfico de droga, só na área da PSP, aumentou 18 %, os crimes de furto e roubo de armas aumentaram 40 %, as associações criminosas ligadas ao tráfico de droga aumentaram 400 %.

Vozes do PS: — Tschhh!...

O Orador: — Os senhores riem-se, mas se olhassem para aquilo que fizeram e disseram há um ano atrás, estariam preocupados.

Aplausos do PSD.

Ou seja, no espaço de um ano, a grande criminalidade, a criminalidade violenta e organizada aumentou significativamente. E não sou eu que o digo, são as estatísticas insuspeitas da Polícia Judiciária que o confirmam.

Trata-se de uma alteração qualitativa e grave que ocorre ao fim de muitos anos em Portugal, porque, ao longo dos últimos anos, aqui e acolá, a pequena criminalidade

aumentou mas a grande criminalidade, a criminalidade organizada e violenta, essa, diminuiu. Pela primeira vez, ao fim de muitos anos, a criminalidade mais difícil, mais grave, mais sofisticada, aumenta, e em termos significativos. E, para que não restem dúvidas, cito afirmações do Director da Polícia Judiciária, nomeado por este Governo, vindas a público, no fim-de-semana: «o preocupante é que há, claramente, um aumento da sofisticação». E acrescenta: «muitas vezes esquecemo-nos daquilo que é a criminalidade mais perigosa e mais organizada em Portugal: a que surge ligada à droga. Aí sim há sinais claros de que o crime se está a organizar».

Esta é, a nosso ver, uma situação preocupante. O Governo torna as questões ainda mais difíceis e preocupantes, porque demorou muito tempo a reconhecer esta realidade — antes, estava tudo bem, parecia um oásis —, se é que hoje tem já, verdadeiramente, a plena noção daquilo que realmente se passa. E não admira, porque já em Maio passado, quando o PSD, através de uma outra interpelação, alertou aqui para a degradação da autoridade do Estado, o Governo não quis ouvir, fez «ouvidos de mercador», preferiu fazer de conta. O resultado, em consequência de mais essa omissão, está à vista: os portugueses sentem mais criminalidade e menos segurança, os portugueses têm hoje um Governo em que acreditam menos, mais inseguro e, ao mesmo tempo, o que é grave, têm menos confiança no Estado, nas leis que o regem, nas suas instituições e nas forças de segurança.

Chegados aqui, vale a pena perguntar: porquê esta situação? Por que é que chegámos até aqui? Será que tudo isto é culpa do Governo? Com certeza, só por má fé se pode considerar que é o Governo que fomenta, ele próprio, a criminalidade ou que dele depende administrativamente alterar este estado de coisas, mas uma coisa é certa, é o Governo que, com política ou ausência dela, política certa ou política errada, cria o clima propício para diminuir ou aumentar a criminalidade em Portugal. E a primeira acusação que fazemos é a de que este Governo, por uma falta de política de segurança, por uma inacção e complexos à mistura, criou um clima propício para o aumento da criminalidade e, em particular, daquela que é mais grave e mais perigosa, que é a violenta, a criminalidade organizada.

Aplausos do PSD.

Há dois requisitos fundamentais para combater e evitar o aumento da criminalidade: ter condições de autoridade e uma política de segurança.

Vejamos o primeiro: este Governo e o partido que o apoia, desde muito cedo, em vez de fomentarem as condições de autoridade, degradaram-nas e desvalorizaram-nas perante si próprios e perante a opinião pública.

Este Governo, através do partido que o apoia, começou, antes das últimas eleições legislativas, a degradar ou a tentar degradar a autoridade do Estado.

Era o tempo em que o actual Ministro Jaime Gama dizia, e cito, «Ninguém no nosso país sai à rua sem que a perspectiva de um assalto ou de uma agressão não constitua uma hipótese a ponderar no seu dia-a-dia». Agora, um ano depois, quando as estatísticas demonstram que a situação é pior do que em 1995, o Ministro Jaime Gama já esqueceu a barbaridade de outrora, está silencioso e agora não parece que esteja preocupado.

O Sr. João Amaral (PCP): — Agora está no «estrangeiro»!...

O Orador: — Era o tempo em que o então líder da oposição, e hoje Primeiro-Ministro, dizia que um furto por esticão era um sinal gravíssimo de aumento da criminalidade, acusando o então Primeiro-Ministro de não perceber o que se passava à sua volta, por andar com guarda-costas. Hoje, o Primeiro-Ministro também anda, e bem, com guarda-costas, e perante o aumento forte, significativo ou brutal da criminalidade violenta já não parece preocupado. Antes, tinha muita fluência no discurso, hoje prepara-se para «entrar aqui mudo e sair calado». É esta a postura de coerência.

Aplausos do PSD.

Era o tempo em que o actual Ministro Alberto Costa dizia que o mais preocupante, cito, era «o crescimento dos homicídios. Muito grave, (...)» — dizia o Ministro — «(...) se considerarmos a tradição portuguesa dos brandos costumes». Agora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, os homicídios aumentaram como nunca e para o Ministro Alberto Costa, como disse há um mês, publicamente, é só alarmismo, é só ligeireza, é só irresponsabilidade. É a coerência de quem dizia uma coisa porque estava na oposição e, hoje, podendo e devendo estar preocupado, já diz outra e acusa apenas os outros de alarmismo e irresponsabilidade.

Aplausos do PSD.

Era também o tempo em que o mesmo Ministro Alberto Costa dizia esta autêntica barbaridade: «Queremos que seja corrigida a vergonha de o Código Penal se lembrar só dos que têm poder e nalguns casos guarda-costas para os proteger mais e se esquecer dos sem poder». Hoje, o Ministro Alberto Costa tem guarda-costas, e muito bem, tem poder, e muito bem, porque foi legitimado pelo voto, mas nem sequer ousa, de forma alguma, acolher a nossa iniciativa de alterar o Código Penal, no sentido de limitar e reduzir a liberdade condicional e, por isso, tornar menos permissiva a vida do crime e dos criminosos em Portugal.

Aplausos do PSD.

Era o tempo em que qualquer intervenção das forças de segurança era pronta e sistematicamente criticada, diminuída, desacreditada pelo PS e pelos seus dirigentes.

Era o tempo em que se lançava mão da criminalidade não para resolver qualquer assunto mas para criar inseguurança, para a caça ao voto e para um clima de perturbação na sociedade portuguesa.

Era, enfim, o tempo da irresponsabilidade.

Só que o mais grave, Srs. Deputados, é que o PS, chegado ao poder, continuou a degradar, já no Governo, a autoridade do Estado e as condições do seu exercício.

Ao aprovar a amnistia às FP-25 de Abril, fazendo em Portugal o contrário do que se faz em toda a Europa, em termos de combate ao terrorismo, o Governo degradou a autoridade do Estado e a sua própria autoridade.

Ao perpetuar conflitos públicos com as forças de segurança, com os seus comandos, o Governo degradou a autoridade do Estado e a sua própria autoridade.

Ao mostrar demasiada pressa em desautorizar publicamente intervenções das forças de segurança, o Governo degradou a autoridade do Estado e a sua própria autoridade.

Ao não perceber que liberdade sem segurança é uma ilusão, uma falsa liberdade, ao não perceber que as forças

de segurança não são um atentado à liberdade, são os garantes do próprio exercício da liberdade, ao não perceber que as forças policiais são um instrumento de defesa dos direitos dos cidadãos a uma sociedade tranquila, em paz e em segurança, o Governo degradou a autoridade do Estado e a sua própria autoridade.

Aplausos do PSD.

O segundo requisito essencial para combater a criminalidade, como já disse, é uma política de segurança.

Para combater esta situação não chegam medidas avulsas, pontuais, piedosas intenções, é preciso uma política clara, um rumo coerente, uma política capaz de dar confiança às pessoas e motivação às forças policiais e aos agentes de segurança.

Ora, este Governo não segue a política que vem de trás, mas não apresenta nem concretiza nenhuma política alternativa. É o vazio, a ausência de política. E, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, pior do que uma má política, pior do que uma política criticável, é a falta ou a ausência de uma política! É o que sucede com este Governo, em matéria de segurança interna.

Já não falo das polícias municipais, que foram prometidas e não concretizadas, já não falo de mais polícias na rua, que continuam apenas nas intenções e nos anúncios — e já passou um quarto da legislatura, um ano de actuação do Governo —, ...

Vozes do PS: — Falso!

O Orador: — ... já não falo da melhor formação que se prometeu, quando — sabem o que se fez? — o tempo de formação na Polícia Judiciária ou na PSP diminuiu, ou seja, há uma formação menos exigente, já não falo — e, porventura, já nem se lembram — da academia de segurança, do código de conduta. Tudo promessas feitas, tudo promessas escritas.

Aqui, apresento apenas o exemplo maior da incoerência, do complexo, da hesitação, que é o caso das superesquadras.

Vozes do PS: — Não é verdade!

O Orador: — Há um ano atrás, os senhores do Partido Socialista criticavam fortemente as superesquadras, prometiam o seu imediato e total desmantelamento, um ano depois, o que pensa o Governo sobre esta matéria? As superesquadras são para continuar ou para desmantelar, para prosseguir ou para diminuir? É a ausência completa de política, por parte deste Governo, numa questão fundamental para o País.

Aplausos do PSD.

E digo-vos porquê, Srs. Deputados do Partido Socialista e Srs. Membros do Governo: é que o relatório de segurança interna, já apresentado por este Governo a esta Assembleia, está a «apodrecer», há meses, em sede de comissão, porque não o querem discutir. Ora, isto demonstra duas coisas: em primeiro lugar, que a criminalidade organizada e violenta diminuiu em 1995; em segundo lugar, que, na área de influência das superesquadras, ao contrário do que os senhores diziam há um ano atrás, a criminalidade baixou, ao invés de aumentar. É por isso que os senhores, com medo de que o relatório que os senho-

res apresentaram nesta Câmara venha infirmar, contradizer, dizer o contrário do que afirmavam há um ano atrás, preferem que ele apodreça em comissão, não querem a verdade, não têm frontalidade, pactuam com a autêntica política de hipocrisia.

Aplausos do PSD.

É nossa obrigação denunciar esta situação, porque a nossa motivação não é a fragilidade do Governo ou do Ministro da Administração Interna, essa é visível, o mais grave é a fragilidade que isso cria aos olhos das pessoas. E que a fragilidade em matéria de segurança propicia o crime, propicia uma vida mais fácil para o criminoso, propicia um ambiente de intransquilidade e de perturbação para os cidadãos. Digo, de uma forma clara e directa, que um Governo existe para ter uma política de dissuasão do crime e dos criminosos. A única política que este Governo tem é a de dissuadir, desautorizar e desacreditar as forças policiais e as forças de segurança; depois queixem-se que o crime aumenta e que a criminalidade organizada profilera no nosso país.

Aplausos do PSD.

Em tudo o resto é uma política de fachada, não é a preocupação da política estruturante, da política coerente, da política que seja visível e motivadora; não é a preocupação de motivar os agentes de segurança, as instituições, a confiança das pessoas nas regras, nas leis, nas instituições que regem o Estado. A preocupação é apenas a fachada, é preencher o telejornal, fazer a manchete do jornal, condicionar ou orientar a agenda política e, sobretudo, como tem sucedido nos últimos tempos, desviar as atenções; é responder com discursos às preocupações das pessoas; é responder com retórica às sondagens que tanto impressionam e marcam este Governo. É a ilusão, não é a política! É o vazio, não é a política! É a total ausência de política! É dar a sensação de que alguma coisa se resolve quando tudo aquilo que é grave, inquietante e preocupante continua na mesma ou tende a agravar-se no futuro.

Dou aqui três exemplos. A seguir à interpelação, que eu próprio requeri há um mês atrás, o Ministro da Administração Interna veio dizer publicamente que estava tudo bem, que era só alarmismo e uma injustificada perturbação e preocupação que se lançava para as pessoas. Nos dias seguintes, o que é que aconteceu? Reuniões do Ministro da Administração Interna e do Ministro da Justiça com o Procurador-Geral da República e a Polícia Judiciária, e com declarações no fim da reunião de Conselho de Ministros. Só há uma preocupação, nenhuma medida, nenhuma decisão, nem soluções concretas para problemas concretos, é apenas a preocupação mediática e a preocupação da fachada.

Na segunda-feira, anteontem, faz-se um protocolo para fazer cumprir uma lei — uma coisa fabulosa! —, com grande pompa e circunstância. Medida concreta? Nenhuma! Solução concreta? Nenhuma! Para reforçar a coordenação da Polícia Judiciária no combate à droga é cumprir a lei.

O Sr. José Magalhães (PS): — Não foi cumprida antes!

Sr. Deputado José Magalhães e Srs. Deputados do PS, chegou-se ao cúmulo de um informador oficial do Gover-

no dizer que, a partir de agora, a Polícia Judiciária passou a fazer a coordenação no combate à droga. Os portugueses sabem muito bem, porque são sérios mas não são parvos nem ingénuos, que nenhum protocolo pode fazer lei. A preocupação dos senhores não foi criar qualquer inovação, foi a política mediática do espectáculo e da fachada. É assim que os senhores sabem governar!

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Deputados: Com a segurança não se brinca! O importante não é combater politicamente em torno do tema da segurança. Não vamos fazer, nem hoje nem no futuro, aquilo que os senhores fizeram há um ano atrás. O que queremos é encontrar respostas concretas para problemas concretos, soluções concretas para preocupações concretas das pessoas. Por isso é que aqui anuncio e, formalmente, faço a entrega, na Mesa da Assembleia da República, de 10 iniciativas legislativas que concretizam um programa de segurança, que é determinado, ousado, coerente e importante para combater a criminalidade, dar confiança aos cidadãos e reganhar a confiança das pessoas no Estado e nas suas instituições. É esta iniciativa que agora apresento ao Presidente da Assembleia da República.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª Rosa Albernaz (PS): — Não fizeram nada há 10 anos atrás! Deviam ter feito antes!

O Orador: — Queremos a esse respeito sublinhar quatro aspectos.

Primeiro, mais polícias na rua, através de uma proposta que fazemos, que é inovadora, que não cria encargos e que pode aplicar-se de imediato; é uma solução nova que pode e deve ser praticada. Pergunto aqui e aos portugueses o seguinte: será que, perante este aumento da criminalidade violenta, algum português comprehende que milhares de agentes de segurança estejam a fazer trabalho de secretaria quando deviam estar na rua em acções de policiamento?

A Sr.ª Rosa Albernaz (PS): — Foram vocês que os meteram lá!

O Orador: — Segundo, combater o tráfico de droga com brigadas antidroga, com meios adequados absolutamente indispensáveis.

De que vale o grande esforço que as nossas autoridades, Polícia Judiciária, GNR e PSP, têm feito, cá dentro, no combate à droga, se ela entra às escâncaras pela fronteira marítima, pela nossa costa e pelos nossos rios? Ninguém compreenderia que não se tomasse uma decisão.

Protestos do PS.

Terceiro — para o contributo positivo que os senhores não deram e nós queremos dar —, endurecer o regime de liberdade condicional e as saídas precárias de presos.

Risos do PS.

Pergunto aqui: será que, perante o agravamento da criminalidade, algum português comprehende que um homicida violento, um traficante de droga, um membro de

uma associação criminosa, um violador de crianças, perante esta situação, não cumpra a totalidade da pena?

O Sr. Osvaldo Castro (PS): — Foi no seu Governo!

O Orador: — É a proposta que também fazemos. Por isso, um programa coerente e determinado, um programa exequível e praticável, um programa que demonstra vontade, realismo e um contributo sério para um problema sério que o País tem.

O Sr. Presidente: — Terminou o seu tempo. Agradeço que condense o seu pensamento, Sr. Deputado!

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Para terminar, quero deixar aqui duas palavras. A primeira é um convite; a segunda um alerta.

Perante a preocupação das pessoas em torno do aumento da criminalidade, ninguém nos perdoaria, nem ao Governo, nem ao PSD, nem a nenhum partido, que nos ficássemos por um mero concurso de ideias, por uma espécie de passagem de modelos daquilo que cada um pensa em matéria de segurança; que nos ficássemos pelos meros protagonismos. Assim, perante um problema concreto, temos de encontrar soluções concretas, demos o nosso contributo, outros podem e devem dar o seu. O convite ao Governo e aos demais partidos parlamentares é que, até ao final do debate orçamental, sejamos capazes de, com prioridade, agendar, discutir e votar estas e outras medidas e dar-lhes tradução concreta já no próximo Orçamento do Estado, para que 1997 seja um ano diferente e melhor do que 1996.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: — A última palavra é de alerta. Srs. Deputados, tomem cuidado com os avisos que fazemos, com os sinais que vêm da sociedade. Se o não fizerem a tempo e horas não terão razão nem autoridade para se queixarem, no futuro, dos crescentes apelos que vêm das pessoas. Há justiça popular, há vingança na rua, há milícias populares, há o regresso da prisão perpétua ou da pena de morte.

Protestos do PS.

Pode haver programas informativos, programas informativos inviesados e manipuladores; são graves e criticáveis, mas mais graves são os discursos desfasados da realidade e da cultura dos povos.

Destruir, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é fácil; construir, sobretudo em matéria de autoridade do Estado, é muito mais difícil. Os socialistas, pela mão e pela orientação, no passado, do Ministro Eduardo Pereira, deram um contributo importante para afirmar e construir a autoridade do Estado; os socialistas, hoje, pela hesitação ou falta dela, pelos complexos, pela hesitação e falta de acção do Ministro Alberto Costa, estão a dar um contributo para aumentar a criminalidade, para reforçar a insegurança das pessoas e para diminuir a confiança do Estado nas instituições.

A nossa obrigação é agir sem hesitações, sem complexos, com a determinação e a vontade de quem está a servir Portugal.

Aplausos do PSD, de pé.

O Sr. Presidente: — Para intervir, em nome do Governo, na fase de abertura da interpelação, tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. Ministro da Administração Interna (Alberto Costa): — Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Deputados: Há um tempo para a chicana e um tempo para a seriedade; um tempo para o superficial e um tempo para o consistente.

Aplausos do PS.

Risos do PSD.

Há um tempo para a palavra e um tempo para a determinação; um tempo para a pequena política e um tempo para o Estado. Neste lugar e nesta Assembleia, sobre uma matéria como esta, este deve ser um tempo de seriedade, de consistência, de convicção e de determinação. Esse é o tempo do Governo!

Aplausos do PS.

O Governo está a honrar compromissos e a cumprir um programa.

Em primeiro lugar, estamos a honrar o compromisso de renovar e aumentar os efectivos das forças de segurança. Durante esta Legislatura, vamos admitir mais 7000 agentes para as nossas forças policiais.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Só?

O Orador: — Não falamos de datas nem de compromissos distantes. No ano de 1997 metade destas admissões estarão concretizadas, já no próximo mês de Novembro estaremos em condições de anunciar ao País que, sob este Governo, mais de 3500 novos alistados ingressaram nas escolas da Polícia Judiciária e da Guarda Nacional Republicana.

Vozes do PSD: — E quantos é que saem?

O Orador: — Destes 7000 homens, nenhum será afectado a outras funções que não as policiais. Os que durante dois anos suspenderam as admissões na Escola Prática de Polícia deveriam remeter-se ao silêncio.

Aplausos do PS.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Dois anos é demais!

O Orador: — Eles falam de autoridade, mas o que lhes falta em absoluto neste debate é justamente qualquer espécie de autoridade.

Aplausos do PS.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — E este Ministro fala sem autoridade!

O Orador: — Quem souber de uma legislatura anterior, de qualquer legislatura anterior, onde se tenha atingido o número de efectivos fixado para esta legislatura, que não se cale, que se erga e fale durante este debate.

Aplausos do PS.

Que diga os anos e as datas, porque falamos do concreto e não de abstracções.

Em segundo lugar, estamos a dar concretização, gradual e determinada, à nova orientação de fazer participar os corpos de intervenção das forças de segurança em missões regulares, nomeadamente em áreas urbanas e suburbanas, de criação de segurança, sobretudo em áreas com problemas especiais de insegurança e violência. É racional que, tal como acontece noutros países democráticos, a aplicação desses corpos policiais seja planeada, concretizada e avaliada em função das necessidades efectivas de segurança, sentidas pelos nossos concidadãos. Vamos passar a beneficiar regularmente das características especiais desses corpos policiais, à frente de todas, a mobilidade, para levar mais protecção a zonas que têm acumulado factores de insegurança.

Em terceiro lugar, estamos a reforçar a segurança das nossas crianças e jovens e, em geral, da comunidade escolar, com um programa especial de policiamento, a que estão a ser afectados meios humanos e materiais acrescidos. Ao longo desta Legislatura, mais de 700 homens e mulheres das forças policiais irão reforçar a segurança das áreas envolventes das escolas que justificam mais preocupação. A este número somar-se-á a participação regular de uma parte dos agentes que compõem os corpos de intervenção, totalizando o reforço 270 agentes de segurança no corrente ano lectivo.

Assim, significamos, através de factos e não de palavras, que quando canalizamos os recursos dos contribuintes para a entrada de novos efectivos e para a manutenção de forças especiais pensamos também e em primeiro lugar no reforço da protecção das nossas crianças e dos nossos jovens. Aliás, foi isso que defendemos aqui durante toda uma legislatura.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em quarto lugar, pensamos igualmente em termos de segurança dos nossos idosos. Tantas vezes vivendo sozinhos, isolados ou em locais difíceis, longe de familiares e amigos, preocupados e vulneráveis por tantas razões, os idosos merecem uma atenção acrescida das nossas forças de segurança. Ainda antes do Natal é posto em marcha um programa de policiamento de proximidade, com abertura a múltiplas outras entidades, especialmente orientado para o reforço da protecção dos nossos idosos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Tempo, efectivos, recursos e procedimentos novos traduzirão, mais próximos deles, a atenção e protecção que hoje já recebem da parte de muitas mulheres e homens das nossas forças de segurança.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em quinto lugar, procedemos a um balanço das condições materiais da actividade das forças policiais, da situação das suas instalações, dos seus equipamentos, da adequação dos seus recursos às tarefas confiadas, do Estado, das suas carências acumuladas e agravadas ao longo de uma década. Em muitos locais, pude eu próprio aperceber-me da situação, mas inventários de carências, relatórios, registos, fotografias, ficam a documentar o que era bem sabido dos que prestam serviços nas forças de segurança e de quem foi governo. Disso resultou a decisão fundamentada de reforçar e modernizar,

em níveis sem precedentes, os meios de que depende a operacionalidade das forças de segurança para as equivar diante do crime, da insegurança e da violência. Num orçamento de rigor, o Governo vai propor que o investimento na área da Administração Interna tenha um aumento superior a 70 %, totalizando o nível de investimento previsto nessa área e na da Justiça para mais de 21 milhão de contos.

Aplausos do PS.

Não é só ao reforço dos efectivos que nos propomos destinar recursos acima dos de qualquer legislatura anterior. Em simultâneo, assumimos um impulso sem paralelo no domínio dos meios e recursos destinados a assegurar operacionalidade e capacidade de resposta às forças policiais. Vamos propor que esta Assembleia destine a essa finalidade e só para 1997, no Orçamento de Estado, uma soma que se situa 12 milhões de contos acima daquela que foi fixada em 1995.

Aplausos do PS.

Meios de transporte, meios de comunicação, informatização são áreas prioritárias de intervenção. Um plano plurianual será trazido a esta Assembleia. Não queremos mais postos com uma só viatura; não queremos mais rádios individuais partilhados por oito homens numa altura em que as novas tecnologias vão bem mais além; não queremos mais esquadras com máquinas de escrever da última guerra; não queremos o panorama de obsolescência e de inadequação que nos foi transmitido.

Aplausos do PS.

O País deve, aos homens e mulheres a quem atribuiu missões de combate à insegurança, à violência e ao crime, novas condições de resposta, como também novas oportunidades de formação e, no que depende do Governo, está em condições de começar a honrar essa dívida.

Aplausos do PS.

Decidimos enfrentar de vez os problemas que se têm reproduzido de ano para ano com o controle e a defesa da nossa costa marítima, em particular face à ameaça dos traficantes de droga. Se, durante uma década, não foram adquiridas lanchas que permitissem persegui-los eficazmente, propomo-nos agora fazê-lo promovendo a inscrição no PIDDAC, pela primeira vez, das verbas necessárias para esse efeito, ou seja, 3,6 milhões de contos.

Aplausos do PS.

De par com o reforço da coordenação da actuação das forças de segurança contra o tráfico de droga, esta é uma iniciativa concreta, longamente adiada por quem aqui discursou e mais eloquente do que mil discursos sobre o tráfico de droga.

Aplausos do PS.

Estamos a trabalhar na revisão da legislação que tem vigorado nos últimos anos, sobre o acesso, a detenção e a circulação de armas e explosivos, visando controlos e requisitos mais exigentes, deveres mais estritos e penalidades mais severas. Neste domínio, pretendemos diminuir o grau de permissividade herdado do passado e, em concreto, do passado mais recente, do passado herdado daqueles

que aqui acabaram de discursar, e queremos fazê-lo para melhorar a prevenção de crimes violentos. Estas acções — e falaremos de muitas outras ao longo deste debate — significam que enfrentamos com seriedade, não com palavras mas com factos e decisões, a insegurança, a violência e o crime.

O reforço da protecção, da presença e da visibilidade policial, através da renovação e do alargamento dos efectivos; a mobilização de novos efectivos para missões de segurança; a protecção especial e a segurança das crianças, jovens e idosos; a colocação das forças de segurança em condições de equipamento que, durante anos, lhes faltaram, diante do crime e da violência, significam respostas parciais — de outras, da maior importância, lhes falará o Sr. Ministro da Justiça — mas consistentes diante dessas ameaças.

Conforme programado, vamos trazer a esta Assembleia, durante esta sessão legislativa, uma proposta de lei de orientação da actividade no domínio da segurança interna, onde serão claramente enunciadas as orientações permanentes prosseguidas, nomeadamente: a extensão a todo o território de um policiamento de proximidade que responda às expectativas e necessidades das pessoas em matéria de segurança; o reforço da coordenação e cooperação entre as várias forças e serviços de segurança; a afectação do pessoal policial a missões directamente ligadas à manutenção e reforço da segurança; o desenvolvimento da cooperação internacional, em especial no quadro da União Europeia; e, também, alvos fundamentais da acção em desenvolvimento, o tráfico de droga, a violência urbana e a pequena criminalidade, a protecção especial de crianças, jovens, idosos e mulheres, a sinistralidade rodoviária, o controle da imigração clandestina.

Mas todos sabemos que a insegurança, o crime e a violência não se enfrentam só através de leis, de polícias, de tribunais e de prisões, envolvem a família, a escola, o emprego, a habitação, a saúde, a estrutura social das oportunidades de realização pessoal, a cultura, a moral, as religiões, enfim, todo o quadro colectivo em que cada homem se forma, segue e escolhe o seu caminho pessoal.

Aplausos do PS.

É nesse quadro de referência que enunciamos um grande objectivo para a política de segurança: o de impedir que Portugal se transforme num país semelhante às sociedades violentas de que, todos os dias, recebemos imagens e notícias.

A proposta que formulamos a todos os portugueses e portuguesas, a todas as instituições da nossa sociedade, a todos os grupos parlamentares desta Assembleia, é a de unirmos esforços para que Portugal não siga esse caminho. Isso envolve mais solidariedade mas também maior rigor. Precisamos todos, instituições e cidadãos, de ser mais rigorosos diante de comportamentos e atitudes, de insensibilidades e agressões, cujo alastramento sem reprovação clara cria um caldo de cultura favorável à progressão na senda criminal, na família, na escola, nas instituições. Valores e deveres, prémios e sanções, devem assumir mais peso no Estado e na sociedade, porque a barreira indispensável para reforçar o combate e a resistência à progressão do crime, da insegurança e da violência passa por aí e esses fenómenos constituem presenças permanentes e incontornáveis nas sociedades contemporâneas.

Cidadãos europeus, cidadãos de Portugal, cidadãos do mundo, cidadãos de um mundo cada vez mais globalizado,

comunicante, onde factos, imagens e pessoas atravessam constantemente fronteiras, somos todos, diariamente, interpelados. Somos diariamente interpelados não apenas no quadro das convicções políticas, doutrinárias ou religiosas que nos diferenciam, mas no mais fundo de cada um de nós, no potencial de emoção, angústia, medo, alarme, ódio, vingança, repulsa, que existe e existirá em cada homem, em cada mulher, em cada criança, em cada jovem e em cada idoso. Através de imagens, relatos, acontecimentos, experiências da nossa vida e da dos que nos são próximos, confrontamo-nos todos, dia-a-dia, com essa presença. Eliminar essa presença, não é, como nunca foi, uma missão à medida do humano mas enfrentá-la e dominá-la nas condições da vida actual é a nossa responsabilidade. É a responsabilidade de quem governa, mas também a responsabilidade de quem se opõe a quem governa.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Bem observado!

O Orador: — É a responsabilidade da sociedade inteira, sem cujo contributo activo e quotidiano ninguém, em nome dela e em substituição dela, conseguirá fazer o que ela se limite, passivamente, a esperar, e, sobretudo, o que ela se limite a esperar passivamente, em posse de *voyeur* a uma espécie de moderno torneio mediático entre as forças do bem e as forças do mal.

Nas condições da sociedade actual, na Europa, em Portugal, no mundo, defrontamo-nos, como um dado permanente, um nível elevado de procura de segurança: os que sofrem ou sofreram violências, crimes, agressões, insensibilidades; os que os viram na vida ou em imagens, em singelo ou em repetição, uma vez ou vinte vezes; os que habitam ou se deslocam sozinhos, frequentemente em horas difíceis; os que exercem profissões em situações de risco; os que temem pelo presente ou pelo futuro de si e dos seus filhos e, em especial, diante da ameaça da droga; os que tantos esforços fizeram para aceder a um automóvel e o viram desaparecer; os que viram familiares e entes queridos morrer na estrada, às mãos de uma negligéncia criminosa que, entre nós, faz mais mortos e derrama mais sangue do que todos os outros crimes juntos; os que se habituaram a pagar, pelo imposto, o serviço público de segurança e ou não vêem, ou não sentem os seus efeitos, como desejavam. Têm todos razões para desejar menos insegurança. Este pedido atravessa a sociedade dos nossos dias. Ouvimo-lo por todo o lado. Enfrentemo-lo todos com serenidade, com coragem, sem alarme, e façamo-lo, em primeiro lugar, em acto natural de confiança em relação às nossas forças de segurança, nas condições materiais de instalações, equipamentos, organização e também de oportunidades de formação que lhes têm sido proporcionadas ao longo de anos e anos.

Os homens e mulheres das nossas forças de segurança, como já sublinhei aqui há poucos meses, têm realizado um esforço notável, têm compensado deficiências com empenho e dedicação acrescidas, têm demonstrado, frente ao crime, uma capacidade de resposta que os portugueses devem reconhecer.

Aplausos do PS.

No limiar de um debate sobre a criminalidade, este Parlamento, que representa o País na sua diversidade, deve reconhecer tal esforço e capacidade de resposta. Seria uma injustiça se dirigíssemos a nossa atenção e a nossa preocupação para os fenómenos que ameaçam as nossas socie-

dades e as desviássemos dos homens e das mulheres que deles protegem os portugueses.

O primeiro motivo para recusar o alarmismo é justamente a serena confiança que devemos aos que põem em risco, tantas vezes, a sua integridade física e a sua vida para procurar garantir a segurança de todos nós — 127 feridos durante o ano em curso é um número significativo que o Parlamento deve também registar. Em estilo militar ou em estilo civil, com ou sem uniforme, de dia ou de noite, a pé, a cavalo ou motorizados, nas grandes cidades e nas pequenas aldeias, nas florestas, nos campos e ao longo das nossas costas, nos quarteirões elegantes e nos bairros degradados, esses homens e mulheres personificam uma razão séria para os portugueses escolherem a confiança.

Aplausos do PS.

A autoridade do Estado democrático e o império da lei sobre o conjunto do território nacional têm, no seu desempenho, uma garantia cujo valor deveremos aqui reconhecer.

É também a pensar nesses homens e mulheres que estamos a cumprir serenamente o nosso programa e a honrar os nossos compromissos, sem alarde mas com determinação. Uma determinação que se inspira num desígnio capaz de convocar também as energias morais dos portugueses. Um desígnio para a política de segurança que propomos a todas as forças representadas nesta Câmara e que nos leva a formular um desafio: o de mobilizarmos todos os recursos, todas as vontades e todas as contribuições para impedir que Portugal se torne semelhante àquelas sociedades de alta violência e alta criminalidade, cujas imagens todos os dias nos visitam, devolvendo a segurança à estima pública.

Este tem de ser um desígnio nacional. Devemos isso à geração dos nossos filhos e à geração dos nossos pais. Devemos isso ao passado e ao futuro de Portugal.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, terminou a fase de abertura da interpelação, vamos passar aos pedidos de esclarecimento para o que se inscreveram, relativamente ao Sr. Deputado Luís Marques Mendes, os Srs. Deputados Jorge Lacão, Jorge Ferreira, João Amaral, José Magalhães, Maria José Nogueira Pinto e Alberto Martins.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, caso para dizer «quem o viu e quem o vê», ...

O Sr. António Braga (PS): — É verdade!

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — O Ministro Alberto Costa?

O Orador: — ... na medida em que é impossível nessa matéria ter amnésia, é impossível não nos lembrarmos que o senhor fez parte de um Governo que no essencial, durante 10 anos, fez o discurso da negação sobre o problema social e as implicações políticas do problema da segurança.

Não é essa, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, a nossa posição e por isso queremos dizer-lhe em nome desta bancada: bem-vinda a interpelação política do PSD em matéria de segurança.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E dizemo-lo porque estamos conscientes de que o problema existe e porque estamos determinados, nesta bancada como no Governo, a contribuir de forma o mais consensual possível para que se criem condições em Portugal para a eficácia das medidas do Estado de direito e para a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas, particularmente nas instituições de segurança.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado Luís Marques Mendes, conte, portanto, com a disponibilidade do PS para apreciar as vossas propostas e penitencie-se por não ter sido essa a atitude que o PSD, no passado, soube assumir neste domínio.

Aplausos do PS.

E agora, Sr. Deputado, reflectamos. V. Ex.^a fez aqui sugestões em matéria de revisão do regime da liberdade condicional, pois bem, vamos pensar no assunto, mas não insinue que o regime actual é consequência de uma atitude de menos autoridade deste Governo, como fez daquela tribuna.

O Sr. António Braga (PS): — Muito bem!

O Orador: — Foi o seu próprio grupo parlamentar, já nesta legislatura, que votou contra um projecto de revisão do Código Penal apresentado pelo PP, porventura, com boas razões mas votou contra, designadamente, a revisão do regime da liberdade condicional.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — E vocês, como é que votaram?

O Orador: — Sr. Deputado Luís Marques Mendes, se agora acordou para o problema, seja benvindo na sensibilidade a ele, mas não se permita utilizar uma autoridade que não tem para dizer que são os outros que estão fechados à realidade sobre a qual os senhores até agora não tinham aberto os olhos.

Aplausos do PS.

Depois, em matéria de medidas, o Sr. Deputado veio dizer que era um escândalo que a nossa fronteira marítima estivesse às escâncaras no que diz respeito às possibilidades de entrada da droga no nosso país, mas, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, quantas e quantas vezes essa afirmação não foi feita desta bancada! Quantas e quantas vezes, anos a fio, o Governo em que participou fez orelhas de mercador a este problema! De onde, a consequência é que há mais problemas de droga em Portugal e foram os senhores que criaram muitos dos pressupostos por não atacarem em tempo oportuno as medidas de correção que se impunham nesse domínio.

Aplausos do PS.

Por isso, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, convidamo-o a exprimir aqui inequivocamente, primeiro, que o PSD se congratula pela circunstância anunciada de o Orçamento do Estado para 1997 ter dado prioridade absoluta, em matéria de política, à área da Justiça e da Administração

Interna, o que, como sabe, não aconteceu nos 10 anos do seu Governo.

Vozes do PS: — Exactamente!

O Orador: — Convido-o aqui a congratular-se pela circunstância de, com este Governo, irmos finalmente ter condições para haver mais polícias na rua em Portugal.

Sr. Deputado Luís Marques Mendes, quando os senhores abandonaram o Governo faltavam 3000 agentes na GNR, só na área de Lisboa mais de 600 agentes na PSP.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

O Orador: — Sr. Deputado, estamos a trabalhar para colmatar as vossas deficiências. E em matéria de polícias municipais, congratulo-me mais uma vez, os senhores passaram a aderir ao nosso projecto de criação de polícias municipais.

O Sr. Luís Marques Mendes (PSD): — Não, não.

O Orador: — Os senhores, que se opuseram, passaram agora a estar de acordo com a nossa proposta de criação de polícias municipais de segurança.

Se, finalmente, os senhores estão no caminho certo e querem convergir nas soluções positivas do PS, saiba, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, que vamos ter permanentemente condições de diálogo convosco. Assim os senhores queiram fazê-lo em nome do interesse de Estado e não das meras disputas eleitorais.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, na enumeração dos inscritos para pedidos de esclarecimento, por lapso, não mencionei o Sr. Ministro da Justiça.

A palavra ao Sr. Deputado Luís Marques Mendes, para responder.

O Sr. Luís Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Lacão, quero começar por me congratular pelo facto de o Partido Socialista ter aceite o convite muito claro e concreto que fiz do alto daquela tribuna para que até ao final deste ano, até ao final do debate orçamental, podermos dar prioridade à apreciação, ao agendamento do conjunto de diplomas que apresentámos, e que outros possam e devam apresentar, e até ao final do ano possamos aprovar um conjunto de medidas que dêem confiança aos cidadãos.

Quero congratular-me com a postura que o Partido Socialista teve porque é um convite concreto para encontrar soluções concretas para problemas concretos.

Permita-me apenas que a esse respeito acrescente ter pena que, do alto daquela tribuna, durante 20 minutos de intervenção, o Sr. Ministro da Administração Interna, a quem igualmente dirigi o convite, não fosse ainda capaz de aceitar este contributo sério para uma análise séria para encontrar alternativas sérias ao problema que aí existe.

Aplausos do PSD.

Segunda questão, política de segurança: sim ou não? E política de segurança do passado? Sr. Deputado, muito nos divide, como dividiu no passado, em muitas matérias mas há uma coisa que julgo que, mesmo no passado, os se-

nhores reconheciam, como toda a gente reconhecia: o Governo anterior, má ou boa, tinha uma política de segurança; criticável ou não, tinha uma política de segurança, sabia-se qual era, conheciam-se os seus contornos. Mas agora, um ano depois, os senhores criaram a ilusão de que tinham uma política diferente, de que tinham uma alternativa de política e ao fim de um ano o que se vê é que têm apenas a ilusão porque não têm política, não têm um programa claro, concreto e coerente em matéria de segurança.

E a esse respeito permita-me que lhe diga o seguinte. Nesta questão, que é séria, que é responsável, mais grave do que uma política que seja deficiente ou insuficiente, que seja má, que seja criticável; mais grave do que tudo isso é a ausência de política, é não ter política nenhuma porque é isso que gera insegurança nas pessoas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E eu disse do alto da tribuna que numa questão concreta que nos dividia no passado, que era a questão, por exemplo, das superesquadras, os senhores diziam que era uma má solução, que as iriam desmantelar, que elas não contribuíam para gerar segurança.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Não é verdade.

Vozes do PSD: — É verdade, é.

O Orador: — E aquilo que hoje critico são duas coisas.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Posso interrompê-lo?

O Orador: — Agora não pode.

É que sobre essa matéria os senhores não só não fazem aquilo que prometeram fazer, que era desmantelar as superesquadras, como não dizem se são a favor, se são contra, se vão continuar, se vão diminuir, se vão seguir em frente ou se vão voltar atrás.

É espantoso, Sr. Deputado, que o Sr. Ministro da Administração Interna — e digo-lhe cara a cara e olhos nos olhos —, durante 20 minutos, do alto daquela tribuna, relativamente a uma questão que tanto criticava no passado, e depois de o ter desafiado, não tenha dito nada.

Sr. Ministro, qual é a política do Governo em matéria de superesquadras?

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Não há!

O Orador: — É contra? É a favor? Vai continuar, vai diminuir?

Sr. Ministro, sabe a razão porque as pessoas não têm confiança em si, no Estado, nas instituições? Porque o Sr. Ministro, para além de desautorizar as forças de segurança, não é capaz de demonstrar ao País que tem uma política que suscite a confiança das pessoas.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Peço-lhe que termine, Sr. Deputado.

O Orador: — Sr. Presidente, vou terminar.

No que se refere à liberdade condicional, Sr. Deputado, hoje há uma alteração significativa da conjuntura; hoje há,

como o director da Polícia Judiciária confirma, um aumento, pela primeira vez nos últimos anos, da criminalidade violenta e organizada.

Protestos do PSD.

Os senhores perguntaram, querem a resposta ou querem apenas fazer-se ouvir?

Sr. Presidente, peço 30 segundos, nem que desconte a seguir, porque pretendo clarificar esta questão que é muito importante.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não é assim tão fácil. Tem 30 segundos mas não posso ir além dos cinco minutos.

O Orador: — Sr. Presidente, vou abreviar.

Há uma alteração da conjuntura, a criminalidade violenta, organizada, sofisticada, essa, pela primeira vez, nos últimos anos, aumentou brutalmente. Perante esta situação há duas soluções possíveis. Ou aumentar as penas ou fazer com que o cumprimento da pena seja feito na sua totalidade. Nós entendemos que não é adequado fazer um novo aumento das penas pois entendemos que a posição mais adequada, mais correcta, é fazer com que, sobretudo em criminosos especialmente violentos e perigosos, a pena aplicada vá até ao fim.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, esgotou o seu tempo, acabaram os seus 30 segundos. Não podemos criar excepções.

O Orador: — Sr. Presidente, uma nota finalíssima...

O Sr. Presidente: — Faz favor.

O Orador: — ... sobre as polícias municipais para dizer ao Sr. Deputado Jorge Lacão que nós não mudámos de opinião e não somos hoje a favor. Os senhores é que prometeram fazê-las e não fizeram. E permita-me que lhe diga, Sr. Deputado, ainda vou ter pena de si porque em matéria de polícias municipais, como em matéria de regionalização, o senhor anda a garantir coisas que, vai ver, no futuro claramente o desautorizarão.

Protestos do PSD.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão, que a pediu a palavra para defesa da consideração da sua bancada.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Deputado Luís Marques Mendes, se me tivesse consentido a interrupção que lhe pedi, teria tido o gosto de dialogar consigo para lhe dar uma explicação sobre uma matéria que o senhor ainda não teve ocasião de perceber.

O Partido Socialista, no passado, não criticou o problema das superesquadradas isoladamente mas a circunstância de o governo ter apresentado a constituição de superesquadradas, com fechamento, nas áreas de influência, das esquadras de bairro, como uma solução aparentemente salvífica, não tendo apresentado soluções intermédias de aproximação entre agentes de segurança e as populações.

Protestos do PSD.

E dissemos muitas vezes ao Governo que, por cada esquadra de bairro que estava a fechar, o nível de insegurança despertado nas populações, o aumento psicológico da desconfiança, era tal que estava colocada em crise toda a política do governo no domínio da segurança. Dissemos e tínhamos razão!

Vozes do PSD: — Não tinham, não!

O Orador: — Por isso, continuamos a dizer que, a par da existência de superesquadradas, como modalidade possível de organização de funções policiais, é necessário prever soluções que permitam uma verdadeira relação de proximidade entre agentes de segurança e comunidades.

Foi esse aspecto que os senhores não souberam, e, pelos vistos, ainda sabem, resolver na vossa política. Ora, é aí, justamente, que falamos no significado das polícias municipais.

Sr. Deputado Luís Marques Mendes, não tenho um bala de cristal e, por isso, não posso saber se no futuro elas virão a existir ou não, por uma razão muito simples: a matéria depende de uma revisão constitucional em que os senhores têm de dar o vosso consenso para a aprovação dessa estrutura policial.

Aplausos do PSD.

O Orador: — Por isso, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, está formalmente convidado a dar o consentimento do Partido Social Democrata para uma revisão constitucional que permita criar polícias municipais, a par da organização nacional das nossas forças de segurança.

Aplausos do PSD.

Em conclusão, convido-o igualmente a compreender que a criação, em sede autárquica, de conselhos municipais de segurança é um outro meio de restabelecer a confiança das comunidades e das populações, com o exercício das funções de segurança a benefício do Estado de direito, do estatuto de liberdade e de segurança das populações.

É assim, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, com soluções positivas, que encaminharemos o futuro, não é com instrumentalização dos problemas, dizendo mal do Sr. Ministro da Administração Interna, que resolvemos o que quer que seja. Escolha o seu caminho, Sr. Deputado, nós sabemos qual é o nosso.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, querendo, a palavra ao Sr. Deputado Luís Marques Mendes.

O Sr. Luís Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Lacão, sobre as superesquadradas, a política do governo anterior era totalmente conhecida — criticada por uns, apoiada por outros, mas conhecida. Os senhores andaram, durante muito tempo, a tentar conquistar votos pegando no tema da segurança, justamente na questão das superesquadradas, dizendo que eram a favor do seu desmantelamento!

Vozes do PSD: — É verdade!

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Não é verdade; não!

O Orador: — Sr. Deputado, apresento-lhe aqui vários documentos para lhe provar exactamente o oposto. Esse facto é público e notório!

Protestos do PS.

Mas eu até admito que, como fizeram em várias matérias, alterem a vossa posição, uma vez que no contrato de legislatura dizem uma coisa, no programa eleitoral dizem outra e, depois, no Programa do Governo dizem ainda outra.

Vozes do PS: — Não é verdade!

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — É verdade, é!

O Orador: — Mas querem que vos recorde os documentos? Os senhores sabem que, no contrato de legislatura e no programa eleitoral, prometeram uma academia de segurança e que isso já não está no Programa do Governo, prometeram um código de conduta para as forças policiais que também não está no Programa do Governo?!

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Não está! Fugiu!

Vozes do PSD: — Ficou pelo caminho!

O Sr. António Braga (PS): — A legislatura não acaba agora!

O Orador: — Sr. Deputado, julgo que o pior defeito, em política, que uma pessoa pode ter é a falta de coragem e de frontalidade para assumir aquilo que diz e aquilo que faz.

Aplausos do PSD.

Como é evidente, já se percebeu que há algumas nuances e diferenças entre o seu pensamento e o seu discurso e o do Sr. Ministro; assim, o que quero saber é, por parte do Sr. Ministro, o que pensa o Governo sobre esta questão concreta. Isto para que possamos, depois, apoiar ou criticar, discordar ou concordar. O que precisamos é de o conhecer, pelo que gostaria de ter uma resposta clara e que o Sr. Ministro ou o Governo não me respondesse como o Ministro João Cravinho, que diz ir humanizar as auto-estradas!

Certamente que não se irão humanizar as superesquadras e o que quero saber é qual é exactamente a vossa política.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Relativamente às polícias municipais, somos contra, como já afirmámos. Agora, Sr. Deputado, não brinquemos! Os senhores andaram até ao dia 1 de Outubro de 1995, por escrito e verbalmente, a prometerem as polícias municipais, nunca falando, directamente e em termos imediatos, na revisão constitucional.

Protestos do PS.

O Sr. José Magalhães (PS): — Sempre falando!

O Sr. António Braga (PS): — Está no nosso projecto de revisão constitucional!

O Orador: — Sabem quando é que falaram na revisão constitucional? Depois das eleições, no Programa de Governo! Porque no programa eleitoral, antes das eleições, aquilo que foi promessa e compromisso político foi a criação imediata das polícias municipais. É a única grande diferença!

Aplausos do PSD.

A grande questão é que, sobre estas matérias, os senhores tiveram apenas a preocupação e tão só, não de resolver coisa nenhuma, mas de conquistar mais um voto. E não tiveram pejo em lançar mais insegurança para cair mais um voto!

Por isso, a concluir, diria ao Sr. Deputado que o que queremos, agora, é marcar aqui uma diferença. O ajuste de contas com o passado pode ser útil para o combate político mas não vai ganhar a confiança das pessoas e aquilo que gostaria que hoje ficasse assumido era o compromisso de, até ao final deste ano, aprovarmos um programa coerente de medidas em matéria de segurança. Este é o nosso contributo e compromisso.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Ferreira.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, ouvi com a maior atenção a sua intervenção e cheguei a uma conclusão: que pena o Professor Cavaco Silva não o ter conhecido, porque, se isso tivesse acontecido, certamente tê-lo-ia convidado para os governos dele e, hoje, todos viveríamos muito mais seguros!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

Risos do PS.

O Orador: — O problema é que julgo lembrar-me que existiu um Ministro Marques Mendes, que coincide fisicamente na pessoa de V. Ex.º...

E é com base neste quadro de raciocínio que lhe faço as seguintes perguntas: por que é que V. Ex.º esteve calado quando o governo a que pertenceu deixou degradar as condições de actuação das forças segurança?!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por que é que V. Ex.º esteve calado quando o governo a que pertenceu congelou as admissões de novos polícias?! Por que é que V. Ex.º esteve calado quando o governo a que pertenceu assistiu impávido à utilização das forças de segurança para fazer milhões de notificações judiciais por ano, para fazer tarefas administrativas que podiam ser feitas por funcionários civis, quando os polícias não saíam para a rua porque não tinham meios e quando o governo a que V. Ex.º pertencia consentia na criação de zonas do território nacional onde a polícia não entrava, porque não tinha meios para o fazer?! Por que é que V. Ex.º esteve calado quando o governo a que pertenceu fez aprovar um Código Penal que não fez nada do que V. Ex.º agora pensa sobre a liberdade condicional, antes pelo contrário,...

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Não é verdade! O regime da liberdade condicional foi agravado!

O Orador: — ...quando transformou muitas penas de prisão relativas a crimes em penas de multa, transformando o Código Penal num «boletim de cotações da bolsa» muito mais do que num Código Penal?!

Vozes do PSD: — Não é verdade!

O Orador: — Por que é que V. Ex.^a esteve calado quando o seu governo não actuava no concreto contra o combate do tráfico de droga?

Protestos do PSD.

Por que é que V. Ex.^a esteve calado quando o seu governo vinha a esta Assembleia dizer que o Partido Popular era um partido extremista, porque defendia o agravamento e a agravamento do regime da liberdade condicional e defendia o aumento da pena para o tráfico de droga para 35 anos?!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Onde é que V. Ex.^a estava?! Onde?! Não estava?! Não se lhe conhece nenhum protesto quanto à política desse governo!

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Nenhum protesto?!

O Orador: — Portanto, V. Ex.^a é co-responsável pela situação actual das polícias, pela situação actual da políti- ca penal e, por cumplicidade, obviamente, por todos os aumentos da criminalidade violenta que, nos últimos anos, aconteceram sempre. Não é só este ano que a criminalidade está a aumentar, ela todos os anos aumentou, mas, nessa altura, V. Ex.^a não nos deu o privilégio de todas essas ideias que hoje apresentou e que poderia ter dado ao seu governo, mas que o seu governo, obviamente, não podia ter aproveitado porque a sua política era outra e V. Ex.^a estava solidário com ela.

Por isso, Sr. Deputado, a minha pergunta, muito simples, é esta: sendo V. Ex.^a co-responsável pela política que conduziu à situação em que estamos, gostaria de saber se está ou não arrependido de ter pertencido ao governo a que pertenceu?

Aplausos do CDS-PP.

Risos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Mendes.

O Sr. Luís Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Ferreira, gostava de lhe agradecer as questões que me colocou e dizer, em primeiro lugar, como nota prévia, que o Sr. Deputado teve alguma piada mas não tem razão nenhuma.

Risos do PSD.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Vamos ver!

O Sr. António Braga (PS): — Não teve piada nenhuma e tem toda a razão!

O Orador: — E sabe porquê? Todas as intervenções que fazemos têm uma leitura política e a primeira leitura política que constato da sua intervenção é que a sua única

preocupação foi branquear totalmente aqueles senhores que ali estão, o PS, fazendo oposição ao PSD.

Aplausos do PSD.

Depois da leitura política, porque, em política, as coisas nunca acontecem por acaso, a não ser que se seja ingênuo e não lhe faço esse injúria, passarei a outra questão.

Costumo falar depois de ler e estudar os *dossiers* e convido-o também a fazê-lo. Sobre o ano de 1995, o tal da política que o Sr. Deputado acha que eu devia ter criticado e não critiquei, sabe que os dados agora apresentados por este Governo, no Relatório de Segurança Interna que se encontra na Assembleia da República e que não vem nunca mais aqui é discutido, referem que a criminalidade violenta diminuiu, que a criminalidade organizada diminuiu, que a criminalidade nas zonas das superesquadras — grande invenção do governo que alguns criticaram — diminuiu também?

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Está lá escrito!

O Orador: — Ou seja, relativamente ao perfodo que o Sr. Deputado acha que eu devia ter criticado e não critiquei, e bem, em 1995, são estes os dados apresentados por este Governo e é por isso que não querem discutir agora o relatório, porque este infirma aquilo que disseram há um ano atrás e demonstra que a política que estava a ser seguida, basicamente e no essencial, era correcta.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O que há de novo, Sr. Deputado — e é pena que o senhor se perca no acessório e não vá ao essencial —, é que os dados insuspeitos da Policia Judiciária, deste ano, até Agosto, demonstram que o crime violento e organizado, porventura desde 1984, subiu brutalmente.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — 400 %!

O Orador: — O Director da Polícia Judiciária disse-me, a mim pessoalmente e também publicamente, que estava muito preocupado com o tráfico de droga e com as associações criminosas ligadas à droga. O aumento é de 400 %. O Sr. Ministro da Justiça pode sorrir, mas o Sr. Director da Polícia Judiciária, nomeado pelo Sr. Ministro da Justiça, está preocupado, como nos disse a nós e como disse publicamente.

O Sr. Ministro da Justiça: — Já lá vamos!

O Orador: — Sr. Deputado, vale a pena compreender que no espaço de seis meses houve uma alteração de fundo, qualitativa e quantitativa, mas sobretudo qualitativa, relativamente à criminalidade violenta e organizada. E quanto a isso digo-lhe: a ausência de política ajudou, porque, não tenha dúvidas, é duro dizer mas é verdade, não é um governo que fomenta a criminalidade mas ou tem uma política para dissuadir o crime ou tem uma política que ajuda a dissuadir aqueles que combatem o crime. Ora, este Governo fez a opção errada, fez a segunda opção e os resultados começam a ver-se. Tenho pena que o Sr. Deputado não tenha criticado isto nem tenha apontado, porque esta é a questão essencial.

O mesmo se passa em matéria de liberdade condicional. Oportunamente, fizemos um agravamento do regime da liberdade condicional, passando de metade da pena para 2/3; neste momento, queremos fazer um avanço ainda maior, porque a grande questão é esta.

Alguns ritam-se quando, daquela tribuna, fiz um alerta, mas não posso deixar de dizer isto, porque é aquilo que sinto e o que sinto digo-o: os discursos sobre a tolerância, os discursos sobre a recuperação, os discursos sobre o diálogo, acho-os excelentes, mas não queiramos repetir, em matéria de criminalidade e de criminosos, aquilo que se fez, recentemente, louvável por um lado, criticável por outro, relativamente à questão polémica dos ciganos de Oleiros.

São muito louváveis os apelos à tolerância, contra o racismo e contra a xenofobia, mas sabe por que é que aquela população não acredita? Porque, todos os dias, vêm lá pessoas comprar droga e não há nenhum agente da PSP, da GNR ou da Polícia Judiciária que lá vá pôr fim àquela situação.

Aplausos do PSD.

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Demagogia pura!

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra para defesa da honra da minha bancada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Marques Mendes, «não deite foguetes antes da festa» porque quando eu fizer os pedidos de esclarecimento ao Sr. Ministro da Administração Interna, V. Ex.^a poderá tirar as suas conclusões mais rigorosas sobre o «branqueamento» ou «preteamento» da política de segurança deste Governo.

Portanto, Sr. Deputado, não fale já disso, espere mais um pouco, porque não perde nada por isso.

Sr. Deputado, quero dizer-lhe que o que aqui está em causa não são 12 meses. Estão em causa 10 anos, 10 anos durante os quais os senhores, quando estavam no governo, não puseram um polícia no Casal Ventoso! Então, e agora, só este Governo é que tem culpa nisso?! E os senhores??!

Em Oleiros, há muito tempo que há tráfico de droga? Os senhores só o descobriram agora porque só agora estão na oposição, mas aquela população sabe que há tráfico de droga em Oleiros há muito tempo e, nessa altura, os senhores não faziam nada!

Relativamente à liberdade condicional, não está em causa o agravamento que os senhores formalizaram no Código Penal. O que está em causa é que, em Fevereiro deste ano, o meu grupo parlamentar propôs aqui exactamente aquilo que os senhores agora descobriram que é bom e, nessa altura, os senhores acharam que era mau e votaram contra.

Como está recordado, do nosso projecto de código penal consta, exactamente, a proposta que o meu grupo parlamentar formalizou ontem e que V. Ex.^a formalizou hoje e pergunto: o que é que mudou em oito meses para que aquilo que os senhores achavam mau em Fevereiro tenha passado a ser bom agora? Isto, Sr. Deputado, é o que se chama ter posições em matéria de segurança tendo em vista o voto, que acontecem quando se muda de posição em seis meses, sem ter razões para isso!

A criminalidade está a aumentar há muitos anos e, em Fevereiro, já se justificava que o regime da liberdade condicional fosse revisto, tal como nós propusemos. Só que, nessa altura, os senhores ainda não tinham descoberto que havia uma hipótese de fazer oposição com o tema da segurança e, portanto, ainda continuavam a pensar como o vosso ex-colega Laborinho Lúcio, que fez um Código Penal a pensar no delinquente e não na vítima,...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — ...mais preocupado com essa postura que V. Ex.^a acaba de condenar, do diálogo, da tolerância social, do que propriamente com o combate à criminalidade e com a eficácia das punições. VV. Ex.^{as} descobriram isso tudo agora, o que é lamentável, pois tiveram 10 anos para o fazer e não foram capazes disso.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Não terá sido uma verdadeira defesa da honra, mas não andou longe disso.

Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Mendes.

O Sr. Luís Mendes (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Ferreira, é com todo o gosto que dou lhe explicações, para reafirmar aquilo que disse e, porventura, acrescentar alguns dados.

O Sr. Deputado perguntou o que é que aconteceu para se querer, agora, endurecer o regime da liberdade condicional.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Não foi isso que lhe perguntei!

O Orador: — Sr. Deputado, deixe-me agora falar.

Em 1995, endureceu-se o regime da liberdade condicional, passando o regime-regra, em particular nos casos mais graves, de metade para 2/3 da pena. Agora, Sr. Deputado, o que aconteceu nestes seis meses, ou melhor, nestes oito meses? Foi isto: mais homicídios, aumentaram os crimes com explosivos,...

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Mas isso também no vosso tempo aumentavam!

O Orador: — ...os crimes de furto e roubo de armas, as associações criminosas, o tráfico de droga, o crime violento organizado...

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Nunca houve?! Só este ano é que há?!

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Aumentou!

O Orador: — Sr. Deputado, tirando a questão do combate político, e penso que já é tempo de passarmos à outra fase, pois o ajuste de contas quanto a este Governo ou aos anteriores está feito. Agora, temos de passar para o futuro, dando uma solução às pessoas e aos seus problemas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A grande questão, e tenho pena que às vezes se pense ser uma questão de combate político, séria

demais para parecer verdade, é que pela primeira vez nos últimos anos é o crime organizado, sofisticado, de associações criminosas, de tráfico de droga, particularmente perigoso e violento, que dispara, em Portugal. Nesse plano, Portugal estava a ser diferente dos outros países e, digo-lhe, é pena que o senhor não tivesse ido à Policia Judiciária, como eu fui, porque ouviria, da boca dos responsáveis, que há preocupação, embora eu considere que temos uma Policia Judiciária de notável qualidade. Mas há essa preocupação.

Neste contexto, Sr. Deputado, uma hipótese que os senhores defendem é o aumento das penas.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Lá chegarão!

O Orador: — Quero dizer-lhe que não defendo isso e não considero que seja solução, para além dos agravamentos que já foram feitos. Mas, em minha opinião, deve ser-se mais exigente no cumprimento integral da pena, em especial para criminosos particularmente violentos. Ora, essa questão, que não se colocava há um ano atrás, coloca-se hoje.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Não foi há um ano, foi em Fevereiro!

O Orador: — E, porventura, esperemos que não se coloque no futuro. Agora, se não dermos uma resposta desta natureza, Sr. Deputado, não tenha dúvidas sobre uma coisa: alguns senhores riram-se ali quando eu disse o que disse da tribuna, mas é a verdade, porque, ou nós compreendemos a preocupação das pessoas e vamos ao encontro da sua cultura e realidade social, ou, se não dermos qualquer resposta, não tenha dúvidas de que cada vez mais, no futuro, a resposta será na rua, será a vingança da justiça popular, e depois os apelos das sondagens, dos inquéritos de opinião, a medidas que todos nós contestamos, como a prisão perpétua ou a pena de morte, acabarão por vir, no sentimento natural, ao de cima.

Se queremos evitar isso, e é isso que devemos evitar, temos de ter uma resposta concreta para um problema concreto.

Para terminar, gostaria de lhe pedir o seguinte: o importante seria que hoje, até ao final do debate, saísse daí a vontade política de todos — do Governo, nossa e dos outros partidos — de, no espaço de dois meses e meio, isto é, até ao final deste ano, analisarmos todas as propostas, aprovarmos um programa coerente, darmos-lhe satisfação e concretização no próximo Orçamento do Estado e podermos dizer, no princípio do ano, aos portugueses que não vamos fazer milagres mas vamos dar mais segurança, mais tranquilidade, maior combate à criminalidade.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, não tenho qualquer dúvida em afirmar que as questões da segurança são de uma grande seriedade, de uma grande importância e devem ser tratadas com profundidade, tal como sempre o fizemos no nosso partido, pois já apresentámos propostas há muito tempo e elas serão retomadas e desenvolvidas neste debate.

Neste momento, tenho de intervir não para questionar o Governo, pois seria essa a função de uma interpelação ao Governo, mas para questionar o Sr. Deputado Luís Marques Mendes, porque uma interpelação não pode servir para absolver responsabilidades. Essa é uma questão central. E as responsabilidades, na situação de insegurança a que se chegou, devem-se, em grande parte, na sua esmagadora maioria, à política conduzida ao longo de 10 anos pelo governo do PSD.

Quando pedi para usar da palavra, tinha uma dúvida: não sabia se o Sr. Deputado Luís Marques Mendes que aqui está seria o mesmo Luís Marques Mendes que foi membro do governo, mas a questão está esclarecida. Então, é como ex-membro do governo que lhe pergunto se é ou não verdade que foi o seu governo, o governo a que pertenceu, que mandou encerrar as esquadras de bairro. O senhor pode dizer que o PS ainda não mandou reabri-las. Mas foi ou não o PSD que as mandou encerrar? Foi ou não o Governo do PSD que construiu essa coisa um bocado abstrusa que são as superesquadras, concentrações de polícias? O senhor pode dizer: o PS ainda não alterou isso. Mas foi ou não o PSD que teve essa ideia que tão pesadamente carregou e distorceu as finalidades da política de segurança interna?

Foi ou não o PSD que acabou com a Guarda Fiscal? E agora queixam-se de que não há proteção marítima! Acabaram com a Guarda Fiscal e transformaram-na numa pequena brigada, uma brigada secundária da GNR! Foi ou não o PSD que, ao longo dos anos, fez uma política concreta de restrições orçamentais? Orçamento a Orçamento, foram aqui discutidos os valores para funcionamento, que diminuíram durante anos a fio.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — E o PIDDAC?

O Orador: — É ou não verdade, Sr. Deputado Carlos Encarnação? O Sr. Deputado conhece isso bem,... deve ser aquele que era secretário de Estado! Deve ser ele...

Risos do PS e do Governo.

Foi ou não esse Governo que mandou carregar sobre os manifestantes da ponte, sobre os trabalhadores da Peira Roldão, sendo essa a forma como encarava a política de segurança interna? Claro que vai falar-me da Abel Alves de Figueiredo, mas o que tenho eu a ver com isso?! Isso foi ou não da vossa responsabilidade?

Pergunto-lhe: foi ou não o seu Governo e a sua bancada parlamentar que sempre se opuseram aos conselhos municipais de segurança dos cidadãos, que teriam sido, se já estivessem em funcionamento, um importante instrumento para a política de segurança interna?

Foi ou não o seu Governo que manteve as polícias militarizadas? Vai dizer que o PS fez o mesmo, embora eu saiba que com desgosto de alguns membros da bancada do Partido Socialista. Mas é ou não verdade que foram VV. Ex.ºs que até acentuaram essa componente, que deram aquele exemplo supremo de autoridade do Estado, mandando a polícia carregar sobre a polícia à porta do Ministério da Administração Interna, naquilo que há-de ser, pelos séculos fora, uma cena histórica de autoridade do Estado?!

Aplausos da Deputada do PCP Odete Santos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Deputado Luís Marques Mendes criou aqui um intrigante problema político: o que o Sr. Deputado aqui veio fazer, no fundo, foi criticar o Partido Socialista por não ter continuado a mesma política, mas a verdade é que veio criticá-los por continuarem a mesma política, isto é,...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Exactamente!

O Orador: — ... aquilo que VV. Ex.^{as} criticam é o governo do PSD e a sua política e, por isso, o que estão a fazer é uma espécie de auto-interpelação. Compreendo, os senhores depositavam muitas esperanças no Governo socialista, e elas goraram-se...

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Deus nos livre!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, queira terminar.

O Orador: — Terminei já, Sr. Presidente, com a seguinte ideia, que me parece muito importante: sei que o PSD vai dizer a isto que agora tem ideias, até entregou um pacote de ideias, ideias a esmo, muitas ideias. Mas o que temo é que o País fique a acreditar que o PSD só tem ideias na oposição. Realmente, o destino fatal do PSD é ficar na oposição, porque tem excelentes ideias.

Aplausos do PCP.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (António Costa): — Nunca deveria ter-se metido nisto! Deveria ter deixado para o Deputado Carlos Encarnação, que tem mais à-vontade!

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Mendes.

O Sr. Luís Marques Mendes (PSD): — Sr. Secretário de Estado, tenho total à vontade, não esteja nervoso nem preocupado.

Sr. Presidente, Sr. Deputado João Amaral, em primeiro lugar, sabe por que razão pôde fazer o discurso que acabou de fazer? Porque nós, no passado, quando estávamos no governo, tínhamos política de segurança, que era conhecida e, portanto, uns podiam apoia-la e outros podiam criticá-la. E é assim que o senhor demonstra o que estou aqui a dizer, de há muito tempo a esta parte: tínhamos uma política de segurança, que podia ser criticável, porventura, com defeitos, mas existia. Hoje, o difícil é descortinar uma política de segurança.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É por isso que, em segundo lugar, o Sr. Deputado João Amaral é coerente. O senhor é coerente! O senhor continua a fazer à política do governo anterior as críticas que fazia há um, dois, três e quatro anos atrás, o que demonstra que o senhor está no mesmo sítio e nós no mesmo sítio estamos. Ou seja, tínhamos uma política e o senhor criticava-a. Foi o maior reconhecimento daquilo que estou aqui a dizer há muito tempo.

Vozes do PSD: — Obrigado!

O Orador: — Sr. Deputado, o seu problema é a sua dificuldade em criticar quem hoje deveria ter uma política e não tem, quem hoje deveria ter uma alternativa e não

tem, quem criou a ilusão de que tinha uma alternativa e, desaparecida a ilusão, afinal, não tem política alguma!

Aplausos do PSD.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Isto é uma interpelação a este Governo, não é ao anterior!

O Orador: — Sr. Deputado, somos, de facto, os mesmos que defenderam superesquadras e divisões concentradas. E o Relatório de Segurança Interna apresentado por este Governo reconhece que isso deu resultados positivos. Agora, o que eu gostaria de saber, e o Sr. Deputado certamente também, era o que pensa quem detém hoje o poder sobre essa matéria. O que pensa, ao fim de um ano de Governo?

Continuamos a ser os mesmos que éramos contra o sindicato da polícia. Agora, o que eu gostaria de saber era em que ficamos ao fim de um ano. Na verdade, quem hoje está no poder alimentava há um ano a esperança do sindicato da polícia e hoje diz exactamente o contrário!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Somos os mesmos que, perante intervenções das forças policiais, não desautorizávamos as forças de segurança. É verdade! Os senhores criticavam, mas não fazíamos isso.

Agora, estes senhores fazem exactamente o contrário, ou fizeram, porque a política da hesitação e do desnorte é completa. Desautorizaram em público as forças de segurança e, com a maior das hipocrisias políticas, vem agora o Sr. Ministro fazer, da tribuna, um grande elogio às forças de segurança. São os sinais contraditórios de uma política que, em matéria de segurança, dá normalmente maus resultados.

Somos os mesmos que éramos contra as polícias municipais. Os senhores criticavam e nós tínhamos esta postura. O que gostaríamos era de saber, hoje, o que o poder legitimamente constituído pensa sobre isso, porque já passou um ano, um quarto da legislatura. E, volto a dizer, ainda hei-de ver muitos senhores desse lado arrependidos das profissões de fé que fizeram, porque, porventura nesse domínio, como noutras da regionalização, ainda vão ficar arrependidos de fazerem muitas promessas aos portugueses.

Agradeço-lhe a coerência, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado João Amaral, pede a palavra para que efectue?

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, para a figura regimental que é usada agora, a defesa da consideração da bancada.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, dou-lhe a palavra de imediato, mas quero pedir aos grupos parlamentares que não abusem da invocação dessa figura. Até este momento, ainda ninguém defendeu a honra com verdadeira justificação e não é razoável que, não se contando o tempo de defesa da honra no tempo atribuído ao debate e tendo nós uma tarde muito longa em termos de trabalhos, a cada pedido de esclarecimento se suceda um pedido de defesa da honra. Assim, peço que não sejam hipersensíveis.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero assinalar que, ao contrário dos oradores que usaram esta figura, na minha bancada estamos sinceramente ofendidos, porque da intervenção do Sr. Deputado Luís Marques Mendes transparecia a ideia de que não percebímos qual era a política do Governo. Mas percebemos: é a política do PSD! Esse é que é o problema!

Vozes do PCP: — Muito bem!

Vozes do PSD: — Não é, não!

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Luís Marques Mendes.

O Sr. Luís Marques Mendes (PSD): — Sr. Deputado João Amaral, era capaz de dizer «antes fosse», mas, afinal, não é coisa alguma!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça.

O Sr. Ministro da Justiça (José Vera Jardim): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, resolvida a minha maior perplexidade — implicitamente, V. Ex.^a aceitou que era o mesmo e não um sósia do Ministro que aqui se sentou durante muitos anos —, ainda fiquei com algumas.

Há dias, V. Ex.^a visitou a Polícia Judiciária. É com todo o prazer que o vemos lá ir e espero que lá vá muitas vezes, pois já aprendeu alguma coisa mas ainda lhe falta muito.

Sr. Deputado, não há nada pior do que a demagogia com a truncagem de números.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não estou a dizer que V. Ex.^a o tenha feito de propósito, mas não aprendeu a lição toda, por isso digo que deve lá ir outra vez.

Já agora, pergunto-lhe ainda, na continuação do pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Jorge Ferreira, onde estava V. Ex.^a, no ano em que houve mais homicídios e violações em Portugal. O Sr. Deputado sabe que nunca os homicídios chegaram a 300 e que houve um ano em que foram mais de 400? O Sr. Deputado sabe que as violações nunca chegaram a 200 e que houve um ano em que foram 246? E sabe qual foi esse ano, Sr. Deputado? Foi o ano da graça de 1992! Era V. Ex.^a ministro, suponho que a mão direita, que não a esquerda, do Sr. Primeiro-Ministro Cavaco Silva.

Portanto, quando V. Ex.^a veio dizer que nunca, em Portugal, os homicídios aumentaram como este ano, é falso, Sr. Deputado!

O Sr. Luís Marques Mendes (PSD): — Não é isso!

O Orador: — A falsidade V. Ex.^a não a cometeu...

O Sr. Luís Marques Mendes (PSD): — Não é isso!

O Orador: — Já lá vamos, Sr. Deputado! O Sr. Deputado tem números truncados. Sabe qual era o número do ano anterior, de 1991? Era 273. Ora, 474 significa 80 e

tal por cento de aumento, Sr. Deputado! Sabe qual era o número das violações, em 1991, Sr. Deputado? Era 142. Mas, em 1992, era 246!

Sr. Deputado, por que é que V. Ex.^a, em 1992, não «rasgou as vestes» aqui neste Parlamento e não pediu medidas importantes a favor da segurança e contra a criminalidade?

Aplausos do PS.

Podia citar-lhe mais números, Sr. Deputado, mas não vale a pena. É preciso aprender a cartilha toda e não apenas a sua superfície.

Nós temos propostas, Sr. Deputado, e vamos encarar este debate e as vossas propostas com toda a seriedade. Mas não podemos deixar passar em claro algumas coisas que V. Ex.^a disse no seu discurso.

V. Ex.^a referiu-se aos protocolos entre as polícias como uma coisa menor, sem importância, *show off*. Pergunte ao Sr. Deputado Carlos Encarnação o esforço que fizeram para assinar um, que tiveram de «meter ao bolso», em 1994, porque os dois ministros não se entenderam para que as polícias os pudessem cumprir.

Aplausos do PS.

Pergunte ao Sr. Deputado Carlos Encarnação se, em 1994, a Polícia Judiciária não assinou um protocolo com a PSP e com a GNR e o que foi feito dele. Sabe porquê, Sr. Deputado? Porque o Ministério da Justiça e o Ministério da Administração Interna não foram capazes de impor o cumprimento do protocolo, que é uma arma fundamental para a luta contra o tráfico de droga.

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Orador: — E, já agora, Sr. Deputado, deixe-me fazer-lhe uma terceira pergunta: onde é que V. Ex.^a estava quando, concessionadas as redes de telemóvel, foi escrito no contrato — e faz parte da lei da República — que tem de haver escutas de telemóveis, naturalmente, sob a orientação da autoridade judiciária, tendo VV. Ex.^{as} andado três anos, quase quatro, sem conseguirem fazer nada? É que nós, em meia dúzia meses, conseguimos que, em Janeiro, esteja montado tudo o que é necessário para haver escutas de telemóveis!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — V. Ex.^a, que tanto se preocupa com a luta contra a droga, não era, na altura, ministro? Esse problema não o preocupou?

O Sr. Presidente: — Agradeço-lhe que termine, Sr. Ministro.

O Orador: — Termino, de imediato, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado estranhou que o Ministro da Justiça, antes do começo dos trabalhos da Assembleia — repito, antes do começo dos trabalhos da Assembleia —, tivesse dirigido à comunicação social duas breves comunicações.

Vozes do PSD: — À hora do debate!

O Orador: — Sr. Deputado, antes do começo dos trabalhos da Assembleia.

Vozes do PSD: — À hora do debate!

O Orador: — Antes do começo dos trabalhos da Assembleia, repito. Tive o cuidado de me informar que o Plenário não estava reunido. Estive aqui, ainda não eram 15 horas.

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Orador: — Quando V. Ex.^a quiser escolher alvos para dar lições de respeito parlamentar, escolha outro. Eu não tenho lições a receber de V. Ex.^a

Aplausos do PS.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Verifico, com pena, que a minha advertência não foi eficaz. O Sr. Deputado Carlos Encarnação, naturalmente, pede a palavra para a defesa da honra.

Faça favor.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Presidente, V. Ex.^a concede-me a palavra, e bem, penso, porque fui citado e talvez se trate aqui verdadeiramente de um caso de defesa da honra.

O Sr. Ministro disse duas coisas que me envolvem pessoalmente, enquanto ex-membro do governo, e quero esclarecer-las acerca dos dois problemas que aqui trouxe. Esclarecer-las, repito, cabalmente, para que não fique qualquer dúvida no seu espírito, pois já várias vezes temos conversado aqui sobre esta matéria mas penso que o Sr. Ministro ainda não se apercebeu bem do que aconteceu e do que fizemos.

Digo-lhe, em duas linhas, duas coisas.

Em primeiro lugar, quem levantou o problema da reestruturação das forças policiais, em 1992, foi o governo de que eu fazia parte e justamente porque, na altura, entendeu que era o momento indicado para o fazer, já que existia um surto de criminalidade que era preciso vencer. Fizemos aquilo que VV. Ex.^{as}, agora, não foram capazes de fazer sozinhos!

Vozes do PSD: — Exactamente!

O Orador: — Em segundo lugar, quanto à questão do protocolo, é simples e fácil contar-lhe a história.

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Ah! É uma história!

O Orador: — É uma história triste, de não colaboração entre as polícias. O protocolo, de facto, existiu. Mas, porque ele não cumpria os objectivos que determinávamos em relação ao combate à droga, elaborámos um diploma legal, um decreto-lei, que é de aplicação obrigatória.

O Sr. Ministro da Justiça: — E, depois, não fizeram nada!

O Orador: — Não precisa agora, Sr. Ministro, a não ser para efeito de captar as câmaras de televisão, de qualquer protocolo adicional para ser cumprida a lei.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Não me leve a mal, Sr. Deputado, que lhe faça o reparo, respeitoso como sempre, de que fez uma defesa da honra pessoal, pelo que só lhe devia ter dado a palavra no fim do debate. Mas isso não tem gravidade.

Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça.

O Sr. Ministro da Justiça: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Encarnação, o que o senhor fez, na altura, como secretário de Estado, não estava em causa no pedido de esclarecimento que formulei ao Sr. Deputado Luís Marques Mendes. O que estava em causa, sim, eram as afirmações temerárias do Sr. Deputado Luís Marques Mendes, ao dizer que nunca tinha havido tanta criminalidade violenta, em Portugal, como neste ano....

O Sr. Luís Marques Mendes (PSD): — Tanto crescimento!

O Orador: — ... quando essas afirmações são falsas e o crescimento falso é.

O Sr. Luís Marques Mendes (PSD): — Não é!

O Orador: — Sr. Deputado, V. Ex.^a pode não ser forte em matemática, mas os números são números!

Houve 80 e tal por cento de aumento de 1991 para 1992, o que, aliás, justificou, segundo o Sr. Deputado Carlos Encarnação, as intervenções que foram levados a fazer na reorganização das forças de segurança. Entendam-se, portanto, os dois sobre se houve ou não aumento e qual o aumento.

O Sr. Deputado Carlos Encarnação não tem razão e vem dar-me razão a mim. O que é certo é que VV. Ex.^{as} fizeram um protocolo, que tiveram de «meter ao bolso». Depois, fizeram uma lei e não fizeram mais nada.

Sr. Deputado, há uma série de regulamentos necessários para os artigos da lei, ou seja, há necessidade de regularizar os artigos da lei, como V. Ex.^a bem sabe, desde logo, com as unidades, a sua localização, os oficiais de ligação. Ora, nada disso os senhores fizeram. É um artigo da lei....

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Mas é preciso o protocolo para alterar a lei?!

O Orador: — Não é para alterar, é para regularizar! O que ficou aqui claro foi que os senhores fizeram um protocolo que tiveram de «meter ao bolso».

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Não foi isso que disseram ontem!

O Sr. Presidente: — Para responder ao Sr. Ministro da Justiça, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Mendes.

O Sr. Luís Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Justiça, agradeço-lhe as suas questões. Antes de responder, dir-lhe-ia o seguinte: como disse do alto da tribuna, não estranhei o seu comportamento de hoje com a conferência de imprensa; critiquei-o e voltei a criticá-lo, o que é muito mais forte e muito mais duro que estranhar.

Aplausos do PSD.

Critiquei-o, critico-o, pois julgo que o senhor teve um comportamento que é motivo de censura política. E se o senhor pensa que, hoje, é exactamente o mesmo, gostava que, em consciência, me dissesse se, no caso de estar deste lado, não criticaria um ministro que, num dia de uma interpelação, dá uma conferência de imprensa, à hora da interpelação, sobre matéria que tem também a ver com ela. Não é a questão das horas e dos minutos, Sr. Ministro, mas, ao menos, podia ter tido um pouco mais de jeito e tê-la dado ao fim da manhã, porque, apesar de tudo, disfarçava melhor. O comportamento político continuava a não ser aceitável, mas, desta forma, é totalmente censurável.

Quero ainda dizer-lhe o seguinte: não dou lições de moral mas também não as recebo de si ou de qualquer outra pessoa. Como o senhor e todos nós, tenho direito à crítica política e esta, Sr. Ministro, nunca deixarei de fazê-la, sem complexos e sem hesitações. Por isso, faço-lhe aqui esta crítica política.

Aplausos do PSD.

A segunda questão tem a ver com o seguinte: Sr. Ministro, mentir, eu não minto!

O Sr. Ministro da Justiça: — Não disse isso!

O Orador: — Alterar os dados, também não altero!

O Sr. Ministro da Justiça: — Não disse isso!

O Orador: — Assim, o que eu disse, e volto a dizer, lendo-lhe os dados que aqui tenho, é o seguinte: de 1995 para 1996, os homicídios aumentaram 5,5%; os homicídios tentados aumentaram 15%; as ofensas corporais graves aumentaram 83%; as ameaças aumentaram 22%; as violações aumentaram 28%; os crimes com explosivos aumentaram 26%; os crimes de roubo de armas aumentaram 40%; o tráfico de droga aumentou 18%, só na área da PSP, e as associações criminosas aumentaram 400%, no espaço de um ano.

Sr. Ministro, estes dados constam do relatório da Polícia Judiciária e foram-me entregues, em mão, pelo seu Director.

Espero que o senhor não tenha aquela tentação, como aconteceu com um dos interlocutores com quem falei, de me dizer que as estatísticas não são fiáveis. A esse respeito, gostaria de dizer-lhe que as estatísticas, este ano, são as mesmas, tirando os números, do ano passado, mas nunca ouvi ninguém, no ano passado, quando os senhores brandiam com o tema da insegurança, dizer que as estatísticas não eram fiáveis.

Relativamente a uma outra questão, quero aqui ler-lhe o seguinte: «O preocupante é que há claramente um aumento da sofisticação. Muitas vezes, esquecemo-nos daquilo que é a criminalidade mais perigosa e mais organizada em Portugal, a que surge ligada à droga. Aí, sim, há sinais claros de que o crime se está a organizar». Quem disse isto, Sr. Ministro, não fui eu; foi o Director da Polícia Judiciária, nomeado por V. Ex.^a. Limitei-me, pura e simplesmente, a repeti-lo aqui.

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Leia o resto!

O Orador: — Foi por isso que o senhor falou de vários crimes mas não das associações criminosas, que é,

porventura, o dado mais preocupante, Sr. Ministro. Então, tenho de constatar que há uma divergência entre V. Ex.^a e a Polícia Judiciária. Porém, não quero servir-me da Polícia Judiciária, o que seria absolutamente irresponsável, mas tão-só daquilo que, no sábado passado, em entrevista pública,...

O Sr. Ministro da Justiça: — Isso é demagogia!

O Orador: — Olhe, Sr. Ministro, se eu quisesse fazer demagogia, lia o título da entrevista: «A autoridade é mal exercida». Mas eu nunca falei disto! E isso não foi dito por mim, no sábado passado, mas pelo Director da Polícia Judiciária. Limitei-me apenas a citá-lo quanto aos factos.

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Não sabe de que autoridade está a falar!

O Orador: — Para concluir, gostaria de dizer o seguinte: o Sr. Ministro referiu-se ao ano de 1992. Ora, em 1992, estava o então Ministro da Administração Interna a participar num debate nesta Assembleia, propondo ao Parlamento e ao País a reestruturação de todo o esquema de segurança. Esse debate foi feito em 1992. Mas sabe — e o Sr. Ministro não fica sem resposta — quando é que os senhores começaram verdadeiramente a preocupar-se, a fazer muitos discursos e muitas manifestações? Também não foi em 1992, mas, em 1994 e 1995, porque havia eleições e os senhores queriam fazer do tema da segurança, apenas e tão-só, uma arma de luta e de arremesso político. Se o Sr. Ministro negar esta evidência, está a ser contraditório consigo próprio e, nessa altura, perde autoridade e credibilidade.

Contra factos, não há argumentos, Sr. Ministro. Há mais criminalidade organizada, di-lo a Polícia Judiciária.

O Sr. Presidente: — Faça o favor de concluir, Sr. Deputado.

O Orador: — Para concluir, sublinho e congratulo-me com a ajuda e o contributo que o Sr. Ministro veio dar para este debate. E gostaria de, até ao final do debate, ouvir da sua boca e da do seu colega a resposta, que já obtive do PS, ao convite muito claro e muito concreto que fiz da tribuna. Nessa altura, sim, este debate terá sido útil para o País e para os portugueses.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, permita-me que comece por estranhar V. Ex.^a não ter agradecido ao Governo o facto de, pela primeira vez, na história da preparação de interpelações sobre questões tão importantes como estas, ter sido facultado a todos os partidos — e, portanto, também aos partidos da oposição — um volumoso dossier com os mais recentes dados sobre a evolução da criminalidade. Mais ainda: suponho que V. Ex.^a terá uma palavra de apreço — esperamos, francamente, isso de si — pelo facto de ter tido «via verde» para todos os contactos que entendeu, coisa que, no passado, nunca nos aconteceu.

Vozes do PSD: — Não é verdade!

O Orador: — Nunca beneficiámos de um dossier tão completo como aquele que foi enviado à Assembleia da República e nunca tivemos o privilégio de aceder às estatísticas, que, aliás, são reservadas — ou foram até agora — nem direito ao envio, até 31 de Março de cada ano, do relatório anual de segurança interna.

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Eles tinham, nós é que não!

O Orador: — É algo que deve ser assinalado!

Aplausos do PS.

Em segundo lugar, Sr. Deputado, compreendemos perfeitamente a dificuldade que o PSD tem em participar neste debate com uma posição inteiramente credível no papel de acusador de dedo esticado.

Os senhores tinham uma política de segurança interna e ela contribuiu, sem qualquer dúvida, para a vossa derrota eleitoral. Assumam esse facto e tirem das lições! Pela nossa parte, não somos nem amnésicos nem cultivaremos a vingança política e por isso é que estou de acordo consigo quando disse que é altura de virar a página e de passar do ajuste de contas, que V. Ex.^a não vai conseguir fazer em termos favoráveis ao PSD.

Sr. Deputado, pelo que ouvimos da bancada do PCP, da bancada do PP, da nossa bancada e da bancada do Governo, esse ajuste de contas, não pode ser feito credivelmente, porque V. Ex.^a estava no Governo e tem de ser solidário com o que fez ou, então, assume uma mudança excessiva e, em certos aspectos, incoerente.

Gostava de lhe dizer o seguinte: não responderemos a cifras com cifras, porque, para nós, cada morto é um morto mal morto. Inclinamo-nos perante a memória dessas pessoas e garantimos que será feita justiça. Essa é a nossa atitude!

Também não aceitaremos participar em quadros de alarmismo e, nesse sentido, é muito importante o contributo que acaba de ser dado, designadamente pelo Sr. Ministro da Justiça.

Agora, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, vamos conversar sobre o que nos separa e sobre o que nos une. V. Ex.^a só falou sobre o que nos separa. Falemos, agora, sobre o que nos une. E o que nos une a todos é muito: rejeitamos a pena de morte e os apelos selvagens à *vindicta* popular; rejeitamos penas bárbaras e degradantes; apoiamos o Código Penal, que acabámos de rever por consenso,...

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Exactamente!

O Orador: — ... bipartidário na maior parte dos casos; aprovámos a lei da droga por consenso unânime, e isso é importante; o regime de liberdade condicional que está em vigor foi herdado do Ministro Laborinho Lúcio,...

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Exactamente!

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Com o vosso voto!

O Orador: — ... aliás, com o nosso voto e com a nossa contribuição e reconhecemo-nos nele.

Sr. Deputado, vamos abrir uma discussão serena sobre isso e, por isso, precisamos das vossas respostas.

Ontem, quando ouvi o Dr. Marcelo Rebelo de Sousa anunciar, na televisão, as vossas propostas, confesso que trocámos impressões e tivemos um suspiro de alívio, porque o Governo já tinha anunciado algumas delas, como, por exemplo, as que dizem respeito a efectivos, a medidas de controlo das armas, etc., outras têm, desde sempre, o nosso consenso e terão todo o nosso apoio e outras ainda são discutíveis e não está provado que sejam boas.

Vou falar-lhe apenas de uma, porque não tenho tempo para mais, a criação de uma nova unidade antidroga. Numa semana e pouco, o Sr. Deputado passou, desde a ida à PJ, em que queria uma nova unidade, para uma brigada dentro da GNR. Percebo as flutuações, embora me impressionem um pouco.

Mas V. Ex.^a falou com o Director da Polícia Judiciária e sabe, tão bem como nós — terá feito outros contactos —, que o nosso problema básico nessa área, o problema que os senhores não resolveram, é o da coordenação.

O Sr. Presidente: — Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: — A criação de uma nova polícia, Sr. Deputado, só geraria novas confusões e novas dificuldades e, portanto, compreenda quer não possamos aplaudir essas suas propostas.

Sr. Presidente, se me permite, uma última pergunta: gostava de saber qual é a vossa posição sobre a revisão do Tratado de Maastricht em matéria de segurança interna e de justiça e se estão ou não de acordo com a nossa posição que está a ser negociada em Bruxelas.

Por outro lado, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, quanto ao sistema prisional, qual é o vosso contributo para conseguirmos dar resposta à situação grave que temos e para a qual precisamos de medidas eficazes? Tem alguma novidade a aditar à do Governo?

É com estes dados que queremos fazer esta discussão e nada nos mudará deste ponto de vista.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, acabo de ser informado que o Sr. Deputado Luís Marques Mendes responde no fim aos três pedidos de esclarecimento.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria José Nogueira Pinto.

A Sr.^a Maria José Nogueira Pinto (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, não ficaria de bem com a minha consciência se não lhe dissesse que pela sua intervenção perpassa uma enorme falta de legitimidade, não por ter estado no governo durante 10 anos, pois o problema não é esse. O problema que penso que deve ser aqui relevado, e que é grave, é o erro de análise que o Sr. Deputado aqui demonstra e que foi caracterizador da actuação do governo, certamente partilhado pela sua bancada, porque falou em nome dela.

Quando o Sr. Deputado refere o aumento da criminalidade como se fosse uma alteração da conjuntura não tem a noção de que, realmente, aquilo que estamos aqui a discutir é estrutural e não conjuntural, começou há muito tempo e não tem soluções rápidas.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Muito bem!

A Oradora: — Por isso, a sua falta de legitimidade mantém-se; na medida em que eu penso que, hoje, como oposição, o Sr. Deputado e a sua bancada — e, af distinguem-se completamente na nossa — não têm capacidade de fazer análises estruturais, enquanto nós temos essa capacidade. E foi precisamente por isso que, há muitos anos, o Dr. Manuel Monteiro começou a levantar bandeiras, que, na altura, fizeram rir VV. Ex.^{as}, precisamente porque a questão era estrutural e não conjuntural.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Muito bem!

A Oradora: — É por isso que a nossa oposição não é feita da mesma maneira e talvez, penso eu, possa ter mais resultado.

Mas, vamos a casos concretos, Sr. Deputado. VV. Ex.^{as} trataram a exclusão, a pobreza e a droga como casos conjunturais — não sei, se o Sr. Deputado tem aí os *dossiers*, mas eu tenho-os e posso mandar-lhos —, gastaram milhões em projectos que não conduziram a coisa alguma. Áreas da maior importância foram, de facto, tratadas por projectos e como projectos, quando não são projectos, são males terríveis, como sabe.

Depois, falou de uma coisa extraordinária, que foi a quebra de confiança no Estado. Foi ou não no tempo do seu governo que assistimos aos incidentes da Ponte 25 de Abril? Foi ou não no tempo do seu governo que assistimos, na Marinha Grande, à entrada da polícia numa igreja? Foi ou não no tempo do seu governo que assistimos a cortes de estradas sistemáticos? Foi ou não no tempo do seu governo que assistimos a linchamentos? Foi ou não no tempo do seu governo que assistimos aos cidadãos acharem natural a acção directa? Sr. Deputado, isso é estrutural!

Não estou a dizer que isso foi exclusivamente por culpa do senhor ou do seu governo, era apenas sinal de que a sociedade estava a mudar e os senhores tinham obrigação de o ver. A sociedade está a mudar, já o estava no vosso governo e está a mudar neste Governo!

A isto não se chama branquear este Governo, chama-se dar-lhe algum benefício da dúvida, porque essa é a posição responsável de uma oposição.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Muito bem!

A Oradora: — A falta de legitimidade, como lhe digo, não advém de ter governado durante 10 anos mas, sim, de verem as questões estruturais como conjunturais e, portanto, como traz aqui soluções, permito-me desconfiar das mesmas, porque quem apontou, de facto, tudo isto como uma questão conjuntural não tem, hoje, legitimidade para dizer «vamos por aqui». Nós vamos por onde quisermos e quando acharmos que, realmente, estão na Mesa as soluções estruturais para, de uma vez por todas, restabelecer a confiança dos cidadãos no Estado e tomar, efectivamente, conta das causas da criminalidade.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. Alberto Martins (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, há um aspecto do seu discurso que, naturalmente, nos identifica a todos nesta Câmara, o qual tem a ver com a ideia de que a segurança é uma dimensão da liberdade e do Estado de direito.

No entanto, há um ponto da sua intervenção que, em meu juízo, enveredou pela facilidade, quando V. Ex.^a resolveu «incendiá-lo» com os fantasmas da insegurança, num alerta que era quase um apelo a soluções últimas, ainda que dizendo, no final, que é contra a pena de morte e a prisão perpétua.

Todavia, V. Ex.^a começou a fazer um discurso que é iminentemente perigoso, quando aludi aos bando organizados, às associações criminosas e às associações terroristas, e a pergunta que a todos se nos coloca é esta: mas estes bando criminosos, associações terroristas, *gangs* organizados e corredores de droga têm menos de 12 meses de existência?

O Sr. José Magalhães (PS): — Exacto!

O Orador: — Se não têm menos de 12 meses de existência, provavelmente, o Sr. Deputado deve dar o seu contributo e ser ouvido em averiguações, porque pode dar um contributo relevante.

A outra questão, que é mais complexa, é a das percentagens no que diz respeito ao combate à droga. É uma matéria altamente difícil e complexa porque, como sabe, só 10 % dos estupefacientes ilícitos que entram na Europa é que são apanhados. A lógica inexorável do tráfico de droga, da criminalidade, do branqueamento de capitais e dos crimes conexos, a curto prazo, é no sentido do seu crescimento, sobretudo porque o crime do tráfico de droga não é um crime nacional. A nossa autarquia não resolve esse problema, ele tem de ser resolvido a nível internacional.

As percentagens vão subir, estão a subir em toda a Europa, é inexorável a curto prazo. Não é um problema português. Temos leis, aliás leis europeias, provindas da União Europeia e do Conselho da Europa, mas o problema é se acrescemos os meios, as pessoas e uma filosofia de intervenção.

Assim, a questão que lhe coloco é a seguinte: qual é o nosso papel a nível da intervenção internacional, da EUROPOL, do Grupo Pompidou, do Grupo Dublin, do Grupo de Acção Financeira? Estamos certos? Estamos no bom caminho? Esta é que é a grande questão! Porque tentar resolver as questões da droga como uma questão nacional é miopia, é falta de informação e é irresponsabilidade.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder aos últimos três pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Mendes, para o que dispõe de cinco minutos.

O Sr. Luís Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, começo por responder ao Sr. Deputado José Magalhães.

Sr. Deputado, evidentemente que, se precisa disso, com todo o gosto dou uma palavra de apreço ao Governo pela documentação, por todos os dados fornecidos e por toda a facilidade que tivemos com a Polícia Judiciária e com as forças de segurança. Não tenho qualquer problema em o reconhecer!

Porém, com toda a franqueza, julgo que a esse respeito, no passado, esta facilidade também existia. Mas se for preciso dar aqui a minha palavra de apreço, ela aqui está, porque o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, em particular, é sempre muito sensível a isso.

Já agora, se o Sr. Deputado José Magalhães me permitisse, retribuindo, julgo que vai concordar comigo nisto que vou dizer: também seria útil agendar rapidamente, para discutir aqui, no Plenário da Assembleia da República, o Relatório de Segurança Interna relativo ao ano de 1995, porque o Governo já o apresentou há vários meses e é bom que ele não fique a apodrecer em Comissão. Julgo que também terei a concordância do Sr. Deputado no sentido do seu rápido agendamento.

O Sr. José Magalhães (PS): — Dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — O Sr. Deputado, depois, na Comissão, vai dar abertura para o seu agendamento. Mas se a dá já, óptimo!

O Sr. José Magalhães (PS): — Dá-me licença?

O Orador: — Vai desculpar-me...

O Sr. José Magalhães (PS): — É no meu tempo!

O Orador: — Então, faça favor!

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr. Deputado Luís Marques Mendes, é evidente que tem todo o nosso assentimento para debater, no Plenário, o Relatório de Segurança Interna. Ele só não foi debatido, por consenso de todos os partidos na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias obtido no mês de Julho, porque a todos se nos afigurou que era impossível, com aquela agenda legislativa, conseguirmos ouvir os ministros.

É que não se trata apenas de vir ao Plenário fazer um debate, isso estamos a fazer aqui com toda a liberdade; queríamos ouvir os ministros especificamente sobre o relatório, queríamos ouvir as forças de segurança e fazer um conjunto de visitas... Queríamos e queremos, para que o debate suba a Plenário com um relatório feito pela nossa Comissão, desejavelmente aprovado por consenso, para que o debate no Plenário seja mais quanto a indicadores do que isto. É esta a única razão. Assim, Sr. Deputado, faça a proposta! Aliás, já a fez, está feita!

O Orador: — Sr. Presidente, julgo me foi descontado este tempo.

O Sr. Presidente: — Não deveria ser, mas se foi, também não vamos corrigir isso...

O Orador: — Mas o Sr. Presidente, em qualquer circunstância, é tolerante e, portanto, o problema está resolvido.

Sr. Deputado, mais uma conquista interessante deste debate! Vamos, então, promover o rápido agendamento do Relatório de Segurança Interna. Registo também esse facto.

O Sr. Deputado disse que há questões que nos unem e questões que nos separam. Numa matéria desta natureza, julgo que é importante que assim seja e é positivo que, em outros domínios, possamos, de facto, ainda ter avanços significativos e daí o nosso contributo.

Como os senhores dizem que criticamos sem apresentar medidas, políticas e propostas alternativas, demos o nosso contributo, e vai ver, pelos 10 diplomas que ali deixei, que são contributos positivos, Sr. Deputado.

Quanto à questão da droga, e neste ponto respondo já ao Sr. Deputado Alberto Martins, devo dizer que nenhuma palavra minha foi no sentido de criticar tudo quanto se está a fazer neste domínio. Era o que faltava! Já uma vez disse aqui, perante o Sr. Primeiro-Ministro, que, em matéria de prevenção, em matéria de recuperação, há coisas extremamente positivas, umas já vinham de trás e outras são novas. É bom que também saibamos aplaudir as coisas positivas.

Em matéria de combate à droga, disse-o ali da tribuna...

Protestos do Deputado do PS Nuno Baltazar Mendes.

O Orador: — Não se preocupe, Sr. Deputado, porque eu critico ou apoio com a maior das tranquilidades. Só quem não me conhece pode dizer que não é assim.

Quero dizer-lhe, no que toca ao tráfico de droga, que não só a Polícia Judiciária mas também as forças de segurança têm feito um trabalho notável e acentuar todo o esforço de coordenação e demais meios é importante. No entanto, para além dessa, introduzimos uma outra questão nova, a da nossa costa e dos rios, que é por onde circula de facto a droga. E para este problema encontrámos, do nosso ponto de vista, uma solução, que não é a que o Sr. Deputado disse, como vai ver no diploma que apresentámos, mas é uma solução que, de facto, nos parece adequada, eficaz e que pode ser um contributo importante. Esta preocupação, relativa à nossa costa e aos nossos rios, devo dizer-lhe, é também do Director da Polícia Judiciária.

É, portanto, um contributo para além daquilo que já está a ser feito.

Quanto à questão do sistema prisional, Sr. Deputado, é evidente que quem governa não somos nós, é o Governo, com o vosso apoio. No entanto, quero dizer-lhe que, no plano dos princípios, daremos um contributo para o sistema prisional, indirectamente e, sobretudo, directamente, porque são afirmações de princípios fundamentais para a sociedade portuguesa.

Primeiro: com o nosso voto, não haverá qualquer amnistia ou perdão geral de penas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Segundo, que tem a ver com a liberdade condicional: ninguém pense que alguma vez vamos concordar com a resolução do problema das cadeias, da sua sobrelocação, à custa da segurança dos portugueses.

São, portanto, afirmações de princípio e daí as proposições que fizemos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Outra inverdade!

O Orador: — À Sr.^a Deputada Maria José Nogueira Pinto gostava de dizer que, evidentemente, não concordo com o que disse. De resto, tive muito gosto em tê-la durante algum tempo como minha ex-colega de governo.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a Maria José Nogueira Pinto (CDS-PP): — Então, os senhores fazem uma acusação dessas?! Pelo amor de Deus!

O Orador: — Sr.^a Deputada, quero dizer-lhe — e acredice que sou sincero, totalmente sincero — que tenho muita consideração por si e que não disse isto com qualquer intenção, disse-o apenas com a provocação própria do debate parlamentar, em que penso que...

Protestos do CDS-PP.

A Sr.^a Deputada pode ficar descansada, porque, com isto, não quero co-responsabilizá-la de nada! De resto, já disse ao seu colega de bancada que não me arrependo de nada do que fiz no governo. De nada!

Há, no entanto, coisas em que também sou muito claro: primeiro, não tenho qualquer tipo de complexo porque não me arrependo; segundo, porque há uma coisa que por muitos discursos redondos que façam não conseguem alterar, a minha postura, devo dizer que, mal ou bem, já fomos julgados no dia 1 de Outubro do ano passado, perdemos as eleições e, porventura, terá sido por muitas coisas destas.

Neste momento, não vou desculpar o passado, não sou parvo, até porque não é desculpando agora o passado ou dando muitas explicações que vou conseguir ganhar as eleições que acabámos por perder. Agora, aqueles senhores, o PS, sim!

Mas, Sr.^a Deputada, estranho duas coisas da sua parte: primeiro, um total branqueamento, porque, uma vez mais, não houve sequer uma palavra contra aqueles que estão no poder,...

Vozes do PSD: — Exactamente!

O Orador: — ... o que de resto também não é novo, ao longo de um ano inteiro da sua bancada, relativamente a outras matérias; e, segundo, quanto à questão da autoridade do Estado, penso que eu, a minha bancada e os que estiveram no mesmo governo que eu temos muita legitimidade e autoridade para falar.

A Sr.^a Deputada invocou vários exemplos e são justamente esses exemplos que devia de invocar em sentido oposto. E sabe porquê, Sr.^a Deputada? Porque degrada-se a autoridade do Estado concedendo uma amnistia a uma associação terrorista.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sobre isto a Sr.^a Deputada disse zero e foi este Governo que a concedeu, não nós.

Degrada-se a autoridade do Estado quando, em termos públicos, as forças de segurança são criticadas na praça pública, ainda que possa haver algum excesso da parte delas. Qualquer ministro da Administração Interna que se preze, responsável, sabe que as críticas, por algum excesso, se fazem em privado e nunca na praça pública. Isso não o fizemos, mas este Ministro fê-lo. Perdeu, de facto, o «pé» e degradou a autoridade do Estado e a dele próprio.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, Sr.^a Deputada, quem é que teve, na praça pública, conflitos permanentes com as forças de segurança? Fomos nós quando governo ou foi este Governo? São estas questões, Sr.^a Deputada, que degradam a autoridade do Estado, que degradam a autoridade de um governo, e a partir daí geram um sentimento de permissividade.

Em matéria de segurança, tem de haver sinais claros, porque se eles são contraditórios abrem-se brechas. Para quê? Sobretudo para aqueles que se dedicam ao crime organizado poderem proliferar.

Não faço a acusação de dizer que o Ministro é responsável pelo aumento do crime, agora a ausência de política, os complexos, as hesitações, as desautorizações em praça pública ajudaram objectivamente a isto.

Vozes do PS: — Em 1992!

O Orador: — Mas, Sr.^a Deputada, tenho pena que, hoje, não partamos daqui, independentemente das culpas do Governo, desta bancada, de todos nós, com o tal contributo positivo. Em meu entender, o importante era que este debate desse um contributo, quer através das nossas propostas quer através de outras, ou das nossas com outras, para que o País tenha não o milagre de alterar tudo mas uma política de segurança em que se reveja e volte a ganhar a confiança que durante um ano, de alguma forma, foi abalada.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para exercer o direito regimental da defesa da honra do Governo, tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Luís Marques Mendes referiu-se à degradação da autoridade do Governo.

Vozes do PSD: — Do Estado!

O Orador: — V. Ex.^a é a última pessoa com autoridade...

Vozes do PSD: — Oh!...

O Orador: — ... para referir a degradação da autoridade a que foram conduzidas algumas estruturas por falta de meios, por falta de instalações, por falta de recursos e, nomeadamente, pela falta de lanchas que os senhores...

Vozes do PSD: — Lanchas!?

O Orador: — ... aqui referiram várias vezes como fundamentais para combater o tráfico de droga.

VV. Ex.^{as} têm dificuldade em recordar isto. Pergunto: por que é que durante anos e anos VV. Ex.^{as} não falaram na aquisição dos meios indispensáveis, das lanchas rápidas, para combater o tráfico de droga? Por que é que só agora querem, em dois meses, dar a sensação de serem capazes de fazer o que não fizeram durante 10 anos? Como é que VV. Ex.^{as} querem fazer acreditar que é com meia dúzia de propostas que, nesta altura, conseguem absolver a imagem que deixaram, no sentido de não responder aos problemas, de não equipar as forças de segurança, de deixar os equipamentos e as instalações no estado que documentámos?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Como é possível falar de autoridade, hoje em dia, sem os meios tecnológicos, sem os meios materiais, sem a formação, encerrando durante anos as admis-

sões em escolas de polícia? Como é possível falar de autoridade quando ela requer meios e VV. Ex.^{as} não os deram? Fizemos um levantamento da situação em que os senhores deixaram o sistema de segurança e estamos completamente habilitados a responder a tudo acerca do estando em que o deixaram. Qual é a autoridade que têm para dizerem que se degradou a autoridade das forças de segurança? É autismo, autismo puro!

Aplausos do PS.

Basta falar com as forças de segurança no dia-a-dia. VV. Ex.^{as} terão a hombriedade de reconhecer que, ao longo destes 11 meses, tenho dialogado em permanência, tenho visitado instalações e instalações, tenho visto os equipamentos, os locais de detenção e os locais para viverem e trabalharem os homens das forças de segurança que os senhores deixaram. O que deixaram e o que está documentado, fotografado e gravado é, de facto, um libelo fantástico contra aquilo que os senhores deixaram de fazer ao longo deste período.

Como é possível que VV. Ex.^{as} sejam autistas ao ponto de fazerem um discurso abstrato sobre as forças da autoridade quando, em concreto, as desequiparam e lhes retiram os meios para agir? Quando confrontamos os equipamentos das nossas forças de segurança com os de outros países verificamos a divergência a que os senhores nos conduziram. Isto é autismo, Sr. Deputado Luís Marques Mendes! Isto é autismo!

Sr. Deputado, eu esperava sair deste debate a saber quem era o porta-voz do PSD para a matéria de segurança. Nesta altura do debate, fico com uma certeza: V. Ex.^a não é de certeza!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Mendes.

O Sr. Luís Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Administração Interna, começo por constatar o seguinte: alguma coisa se passa para o Sr. Ministro estar nervoso, certamente nervoso e irritado, porque, Sr. Ministro,...

Vozes do PS: — Oh!...

Protestos do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

O Orador: — O Sr. Secretário de Estado tem muita dificuldade em se manter silencioso quando peço a palavra, mas agora vai fazer um esforço.

O Sr. Ministro pediu a palavra para defender a honra quando eu respondia à Sr.^a Deputada Maria José Nogueira Pinto sobre a questão da degradação da autoridade do Estado. Aí o Sr. Ministro insurgiu-se e pediu a palavra para a defesa da honra.

Sr. Ministro, repetindo o que eu disse à Sr.^a Deputada Maria José Nogueira Pinto, gostava que sobre isso o Sr. Ministro se considerasse muito desonrado e desprezado e respondesse. Era isto que eu gostava que acontecesse. É que os três exemplos que dei para provar a degradação da autoridade do Estado foram estes, Sr. Ministro: a amnistia às FP-25 de Abril,...

Protestos do PS.

... os conflitos com as forças de segurança e a sua desautorização. Ora, gostaria que o Sr. Ministro explicasse aqui quem é que teve conflitos com o Comando Distrital da PSP de Lisboa. Fomos nós ou foi o senhor?

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Olhe que não sei!

O Orador: — Quem é que teve conflitos, na praça pública, nos jornais, com o Comandante-Geral da PSP? Fomos nós ou foi o senhor?

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Olhe que não sei!

O Orador: — Quem é que desautorizou, em público, a intervenção das forças de segurança na Abel Alves de Figueiredo? Fomos nós ou foi o senhor?

Era disto que eu estava a falar, Sr. Ministro, a propósito da degradação da autoridade do Estado.

Protestos do PS.

É isto, Sr. Ministro, que lhe toca, que lhe dói? E, mais do que isso, o que é grave para o País é o Sr. Ministro, sobre isto, nada dizer! Aos costumes, e importantes, o Sr. Ministro diz nada, o que é grave.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PS.

O Orador: — O Sr. Ministro usa a técnica de tentar desviar as atenções. Mas quero dizer-lhe uma coisa, Sr. Ministro: o governo de que fiz parte não fez, com certeza, tudo bem. Fez muitos erros também e teve certamente insuficiências, mas por isso, Sr. Ministro, já fomos julgados. Agora está o senhor a ser julgado e já passou um ano, que corresponde a 1/4 da legislatura, e o que é que acontece? Quando eu próprio, há um mês, publicamente, requeri esta interpelação, o Sr. Ministro veio publicamente dizer que era alarmismo e preocupação injustificada; o seu colega Jorge Coelho, na Madeira, aplaudiu a interpelação; depois, o PS e o Primeiro-Ministro, que estava nos Estados Unidos, vieram dizer que era bom debater estas questões.

O Sr. Ministro, que não estava preocupado, nos dias seguintes, fez reuniões e reuniões e até foi porta-voz de um Conselho de Ministros, mas só agora, nos últimos dias, depois de atrasarem esta interpelação durante duas semanas, é que veio, com algum fogacho, apresentar algumas propostas.

Sr. Ministro, era sobre isto que gostaríamos de o ouvir e era sobre estas acusações que eu gostaria que se considerasse desprezado.

Como esta é a minha última palavra perante VV. Ex.^{as}, Sr. Ministro, a questão final...

Protestos do Ministro da Administração Interna.

É a minha última palavra porque terminaram as respostas e apenas por isso. Estou sempre disposto a debater estas questões desde que o Sr. Ministro não se irrita, não fique nervoso e, sobretudo, desde que se sinta nas questões essenciais.

Um ministro da Administração Interna tem de dar, de facto, uma imagem de tranquilidade e serenidade. É importante que assim seja.

Aplausos do PSD.

É importante que assim seja, seja ele qual for!. Porém, Sr. Ministro, continuo à espera, porque, e digo-o sem qualquer arrogância, sem cinismo algum, numa coisa estamos de acordo: o senhor disse da tribuna, e eu também o disse, que este é um tema sério, uma questão seria. Podemos ter divergências mas há também, como a bancada do PS disse, muitos aspectos em que podemos dar respostas concretas.

O Sr. Ministro fez, da tribuna, um desafio abstracto e eu, em nome da minha bancada, fiz um convite concreto, com nove projectos de lei e mais uma proposta de deliberação, porventura, com alguns contributos já anunciados pelos senhores. Assim, Sr. Ministro, se esta interpelação passar e daqui até ao final do ano não houver desenvolvimento algum, perdemos todos, em termos de credibilidade, aos olhos dos portugueses. Por isso, todos devemos dar um contributo — e com isto não quero dizer que as nossas propostas são o ponto de chegada mas são, com certeza, o ponto de partida —, e, neste sentido, queria convidá-lo uma vez mais para, até ao final do ano, trabalharmos neste Parlamento em colaboração com o Governo e darmos, de facto, um sinal político programático importante aos portugueses.

Era sobre isto que, na próxima oportunidade, gostava de o ouvir.

Aplausos do PSD.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente João Amaral.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Sr. Presidente, gostava de dizer ao Sr. Deputado Luís Marques Mendes que não tive qualquer conflito com o Comandante da Área Metropolitana de Lisboa. Limitei-me a exonerá-lo, exercendo a minha autoridade legal.

Aplausos do PSD.

O Sr. Luís Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra também para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Luís Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, gostava de dizer ao Sr. Ministro que essa é a verdade formal, mas todos os portugueses conhecem a verdade política.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro da Administração Interna, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — É inacreditável que o primeiro pedido de esclarecimento seja formulado pelo PS!

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Carlos Coelho acaba de suscitar a questão diplomático-institucional, se se desejar, de o primeiro pedido de esclarecimento ao Sr. Ministro da Administração Interna ser formulado por um membro da bancada do Partido Socialista pelo que devo dizer que estamos disponíveis para trocar com um membro da bancada do PSD.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Srs. Deputados, foi seguida a ordem das inscrições mas, com base na atitude do Sr. Deputado José Magalhães, a Mesa dá a palavra ao orador seguinte.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Encarnação.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Presidente, antes de mais, quero agradecer esta extrema amabilidade do Partido Socialista. Sou muito sensível a este acto do Sr. Deputado José Magalhães. Fico-lhe muito agradecido, e vou tentar satisfazer aquela que seria a sua intenção de fazer perguntas sérias ao Sr. Ministro.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Estes entendimentos no bloco central estão-me a causar muita estranheza.

O Orador: — Sr. Ministro da Administração Interna, V. Ex.^a começou a sua intervenção muito bem. Disse — permita-me que o cite — o seguinte: «há um tempo para a chicana e outro para a seriedade». Já percebi que, da sua parte, era uma autocritica.

Risos do PSD.

V. Ex.^a veio aqui, trouxe o Sr. Primeiro-Ministro, que estava tão triste e abatido a ouvi-lo, a sua bancada estava tão amorfa quando falou que quase ninguém o ouvia e, se ouvia, não percebia aquilo que V. Ex.^a quis dizer à Assembleia. Porque aquilo que V. Ex.^a vem dizer à Assembleia é sempre uma de duas coisas: ou define grandes objectivos e depois nunca mais os alcança nem aplica qualquer medida concreta para atingi-los ou vem dizer mal de nós, o que é, porventura, o mais fácil.

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Olhe que não!

O Orador: — Sr. Ministro, não sei por onde V. Ex.^a anda. Presumo que esteja sediado no Ministério da Administração Interna, que tenha acesso aos documentos que lá deixámos e que tenha consultado todos os elementos existentes sobre o que estava em curso no Ministério.

V. Ex.^a não pode ignorar o que constitui o acervo do Ministério da Administração Interna nem que a maior reestruturação das forças de segurança de que há memória neste país começou em 1992. Se V. Ex.^a disser não a isso está a dizer não à realidade, mas acredito que seja uma pessoa inteligente e não feche os olhos à realidade.

Também acredito que V. Ex.^a tenha tantos problemas como eu tinha — de meios, de dinheiro, de insuficiências orçamentais —, mas não creio que negue aquilo que estava em curso e que V. Ex.^a agora se limitou a continuar. Não acredito igualmente que não tenha honestidade política suficiente para dizer que grande parte da reestruturação

que estava a ser feita é correcta. É isso que lhe falta dizer e é sobre isso que o PCP o ataca, afirmando que o senhor está a levar a cabo aquilo que o Partido Social Democrata queria fazer, o que, nalguma medida, é verdade. Isto é, embora na campanha eleitoral o senhor tenha dito o contrário daquilo que defendímos, neste momento está a continuar as medidas que pusemos em prática limitando-se a dotá-las de mais meios.

Quer exemplos concretos, Sr. Ministro? Dou-lhos. V. Ex.^a acabou com alguma superesquadra? V. Ex.^a acabou com algum dos processos de construção das novas instalações que iniciámos? V. Ex.^a reabriu alguma esquadra que encerrámos por deficiência absoluta, porque era uma vergonha, porque não tinha condições para a detenção de pessoas, porque não tinha condições para ter polícia lá dentro? V. Ex.^a não fez nada disto!

V. Ex.^a sabe que as telecomunicações do Porto e de Coimbra já estavam por nós inscritas em PIDDAC mas anuncia-as agora como uma grande novidade se bem que a de Lisboa esteja feita, Sr. Ministro. Trata-se do grande avanço nas telecomunicações da polícia a nível do país. Custou 2,5 milhões de contos mas V. Ex.^a limita-se a continuar o que fizemos.

V. Ex.^a é capaz de me dizer onde pára o serviço informático operacional da polícia que iniciámos? Está a ser executado como prevíamos? Está a ser executado para ser cumprido quando prevíamos? Trata-se da maior revolução dentro da polícia de meios e de organização que pode ser feita.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Sr. Deputado, queira concluir.

O Orador: — Termino de seguida, Sr. Presidente.

V. Ex.^a sabe muito bem que a questão de que falou relativa às lanchas rápidas e aos helicópteros estava a ser equacionada. Tive oportunidade de dizer-lhe aqui, aquando da discussão do Orçamento, que V. Ex.^a ia precisar de 20 milhões de contos para fazê-lo. Nesta altura anuncia 3,7 milhões de contos para esse trabalho, mas sabe perfeitamente que este projecto tinha sido apresentado à União Europeia para financiamento, razão pela qual ainda não tínhamos tomado qualquer decisão. V. Ex.^a, ao que me disse na altura, voltou a apresentá-lo e nesta altura vai avançar com dinheiros do Orçamento. Nada de mais natural e normal.

O Sr. Ministro, felizmente, não acabou com as brigadas anticrime...

Pausa.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Sr. Deputado Carlos Encarnação, vou pedir-lhe mais uma vez para concluir o seu pedido de esclarecimento.

O Orador: — Concluirei imediatamente, Sr. Presidente. Só que o Sr. Ministro deixou de me ouvir ao atender uma chamada telefónica, presumo que do Sr. Primeiro-Ministro, e que, com toda a certeza, seria urgente.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Então, a Mesa desconta dois segundos.

O Orador: — Estava a dizer que V. Ex.^a, Sr. Ministro, não acabou com a polícia ferroviária nem com o programa das escolas. Fez muito bem!

De facto, o Sr. Ministro teve uma pesadíssima herança, tem todo o direito de dizer mal de nós mas, ao menos, continue alguma coisa daquilo que fizemos e faça melhor. É o que lhe desejo!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Srs. Deputados, o Sr. Ministro responderá no fim de cada grupo de três pedidos de esclarecimento.

Sr. Deputado José Magalhães, pretende usar já da palavra ou troca com o orador inscrito a seguir?

O Sr. José Magalhães (PS): — Troco com todos.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Nesse caso, para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Ferreira.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, permito-me começar por ajudar o Sr. Deputado José Magalhães uma vez que parece ter dificuldade em colocar algumas dúvidas sobre o tema da segurança ao Governo que apoia.

O Sr. José Magalhães (PS): — Já vai ver!

O Orador: — «Eis a primeira: Sr. Ministro, como é que podemos ter uma política de segurança eficaz quando a PSP faz notificações para o Ministério da Justiça? De facto, temos centenas de guardas da PSP que, funcionando como beleguins, fazem notificações em vez de combaterem o crime. Um milhão de diligências, cinco milhões de contos no Ministério da Justiça sem capacidade de dar resposta! Isto é, a descoordenação entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Administração Interna é uma das causas da nossa insegurança».

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Ministro, peço-lhe que responda, com dois anos de atraso, porque isto passou-se em 1994, a uma pergunta que o Sr. Deputado José Magalhães fez ao anterior Governo e que, tanto quanto estamos informados, a não ser que hoje tenha sido anunciada alguma medida alterando repentinamente esta situação, mantém-se inalterada.

A política de segurança e de combate à criminalidade deste Governo é, de facto, um grande fracasso sobretudo quando comparada com as declarações e proclamações de princípio que o Partido Socialista fazia quando estava na oposição. Lembro-me de ouvir o actual Primeiro-Ministro, na altura líder da oposição, por várias vezes referir-se ao triângulo fatal que estaria na origem do aumento da criminalidade. Dizia então o Engenheiro António Guterres que o problema do desemprego, o problema da pobreza e o problema da exclusão, em conjunto, conduziam a um aumento da marginalidade e da criminalidade, pelo que era necessário começar por combater estas políticas no terreno para, sustentadamente, diminuir as taxas de criminalidade. Um ano depois, verificamos que o desemprego aumentou, que a pobreza aumentou e que os fenómenos de exclusão social proliferaram ainda mais, pelo que sou levado a concluir que, além do Rendimento Mínimo Garantido, este Governo está a criar a «criminalidade mínima garantida» por este cocktail de políticas se ter agravado em relação ao antecedente.

Sr. Ministro, vamos aos polícias. VV. Ex.^{as} tratam os polícias como o Governo do PSD tratava os fundos comunitários: todos os meses anunciam os mesmos e, aparentemente, dá a sensação de que são sempre mais. É o milagre dos polícias! Hoje, já ouvi o Sr. Ministro prometer 7000 para o final da legislatura; no programa eleitoral, eram 5000; ouvi declarações do Primeiro-Ministro dizendo que este ano são só 1500; na interpelação sobre autoridade do Estado, V. Ex.^a falava de 700; para o ano, o Sr. Primeiro-Ministro referiu antes de ontem que eram 2000. Sr. Ministro, em que é que ficamos? Quantos polícias a mais em 1996, em 1997 e em 1998? Quando falo em polícias a mais não estou a pensar em termos relativos mas num acréscimo real de efectivos porque, como V. Ex.^a sabe, à medida que há admissões também há saídas e foi feita a promessa de mais 5000 polícias e não de 5000 novos polícias. VV. Ex.^{as}, nos últimos meses, tém-se limitado a falar em 5000 novos polícias quando me interessa saber quantos haverá a mais relativamente aos cerca de 47 000 agentes de segurança que o Governo anterior deixou no conjunto das várias forças de segurança.

Sr. Ministro, para além deste problema dos polícias — e limitemo-nos por agora às promessas do Partido Socialista nesta matéria — pergunto-lhe onde está o célebre código de conduta policial que ainda ninguém viu. E o relatório de avaliação da experiência das superesquadras que os senhores prometeram para tentarem aproximar o polícia do cidadão? Já o elaboraram ou não? Já avaliaram a eficácia das superesquadras ou ainda não tiveram tempo para fazê-lo? É que importa que a Assembleia saiba o que é que o Governo apurou nesta matéria.

Sr. Ministro, para ater-me, neste momento, à matéria da política de segurança, ficar-me-ia por estas questões, considerando todavia que não posso deixar de recordar-lhe algo aqui referido pelo Dr. Jaime Gama, então líder parlamentar do Partido Socialista, por dizer muito aos portugueses. Assim, vertê-lo-ei numa pergunta que lhe dirijo: quantos polícias, no último ano, o Governo mandou para o Casal Ventoso? É que o então líder parlamentar do PS afirmou em 1994, a 9 de Dezembro, nesta Câmara, o seguinte: «Enviamos forças militares para operações na ex-Jugoslávia mas não enviamos polícias para o Casal Ventoso». Esta, sendo uma crítica ao Governo do PSD, passa a pergunta: em 365 dias, quantos polícias mais VV. Ex.^{as} colocaram no Casal Ventoso para combaterem no terreno o problema do tráfico de droga? É que trata-se de uma zona em que, como V. Ex.^a sabe, a polícia não é muitas vezes capaz de entrar.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Srs. Deputados, assinalo que se encontra na tribuna respectiva a assistir à sessão o Sr. Ministro da Administração Interna da República Eslovaca, acompanhado do respectivo embaixador, para quem peço a vossa habitual saudação.

Aplausos gerais, de pé.

Srs. Deputados, dou agora a palavra ao Sr. Deputado António Filipe.

No final, o Sr. Ministro da Administração Interna responderá, em conjunto, aos três pedidos de esclarecimento.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Administração Interna, concluído um ano após este Governo ter iniciado funções — aliás, vários membros

do Governo aproveitaram a ocasião para lançar alguns foguetes —, penso que é tempo de fazer um balanço sobre o que já fez em matéria de política de segurança neste período que leva de governação. Penso, aliás, que era de esperar, tendo presente o que os senhores disseram do Governo PSD quando estavam na oposição, que algo de diferente fosse feito. De facto, criaram muitas expectativas nas pessoas que acreditaram no vosso diagnóstico e nos compromissos que assumiram em matéria de política de segurança interna.

No entanto, Sr. Ministro, a actual situação não é substancialmente diferente daquela que o PSD deixou quando perdeu as eleições no dia 1 de Outubro de 1995. Aliás, são os próprios números que o demonstram. Os relatórios das forças de segurança que recebemos muito recentemente revelam que não estamos perante uma situação de diminuição da criminalidade. Assim, em termos qualitativos, podemos dizer que a situação não se alterou porque a criminalidade não diminuiu.

Não temos uma visão alarmista desses problemas, mas estamos preocupados — tal como os cidadãos, naturalmente — com a situação de insegurança em que se vive. De facto, nem a criminalidade diminuiu, nem as pessoas se sentem mais seguras.

Devemos, portanto, questionar o que é que o Governo tem feito para alterar, em sentido positivo, esta situação. O Sr. Ministro traz-nos vários projectos para o futuro, mas o problema deste Governo nunca foi a falta de projectos para o futuro porque já antes das eleições e aquando da discussão do seu Programa tinha imensos projectos! Todavia, o que constatamos no terreno, em termos de medidas concretas, é que a situação está muito longe de ter sofrido uma alteração significativa.

Se não, vejamos: antes, o Sr. Ministro criticou duramente a política de superesquadras, e agora a questão que se coloca é se o Sr. Ministro a alterou! Efectivamente, não! De facto, das esquadras de bairro que foram encerradas com a política de concentração dos efectivos, chamada de superesquadras, nenhuma tem hoje as portas abertas ou, se as tem, não dispõe dos mesmos efectivos, ou seja, formalmente têm a porta aberta e um polícia à porta, mas não dispõem de meios próprios de intervenção, nem de efectivos atribuídos.

Sr. Ministro, será que hoje as forças de segurança distribuem menos notificações do que há um ano atrás? A situação era gravíssima e continua a ser!

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Mas já não preocupa o Sr. Deputado José Magalhães!

O Orador: — São os relatórios das forças de segurança que o demonstram e os responsáveis destas lamentam o facto de terem de distribuir milhões de notificações todos os anos. Situação que permanece inalterada.

Os relatórios operacionais das forças policiais continuam, tal como no tempo do PSD, a tratar situações de protesto social como se fossem acções de delinquentes. Para tanto, basta ler um relatório mais recente, com o título «greves parciais de âmbito laboral», isto é, greves parciais registadas em diversos sectores da vida económica nacional como forma de protesto contra a proposta de lei da flexibilidade e polivalência. Pergunto o que é que isto tem a ver com a segurança interna! O que é que isto tem de delinquência?!

É, pois, inadmissível que este Governo continue a tratar formas de luta legítimas de trabalhadores e das populações em geral como se fossem acções de delinquentes.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Ministro, os problemas de segurança interna não se resolvem com a veemência do discurso. Na parte final da sua intervenção, o Sr. Ministro parecia que estava a discursar perante as forças em parada, num qualquer dia da polícia. Efectivamente, repito, não é com a veemência do discurso que o problema se resolve. Era, pois, importante que o Governo se empenhasse em modernizar, de facto, as forças de segurança, não apenas em equipamentos mas também ao nível da desmilitarização, aspecto que é, inquestionavelmente, necessário, e do reconhecimento de direitos de cidadania aos profissionais de polícia. Também aí a situação não se alterou relativamente à triste situação herdada do PSD.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Era igualmente importante que muitas das esquadras que os senhores têm vindo a promover ao longo dos anos deixassem de estar apenas no papel e fossem, de facto, implantadas no terreno e que as polícias se relacionassem com os cidadãos com base num código deontológico. Contudo, ainda não foram dados passos concretos neste domínio.

Por último, o Sr. Ministro anunciou a apresentação de uma proposta de lei de orientação da política de segurança. Sejam bem-vindos, porque há um ano apresentámos, para discussão, um projecto de lei de grandes opções nessa matéria, mas cabe agora ao Governo demonstrar se, efectivamente, quer seguir uma política de segurança que permita aos cidadãos viver com mais tranquilidade, o que ainda não fez até agora.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Sr. Presidente, ao ouvir o Sr. Deputado Carlos Encarnação, concluo que ainda não conseguiu libertar-se de uma experiência governativa, cujos papéis, memórias e recordações de grandes reestruturações — as reestruturações policiais do século! — não conseguem deixá-lo capaz de encarar novos problemas e perspectivas com um espírito novo. V. Ex.^a continua, passe o termo, «mergulhado» numa realidade que acabou em Outubro do ano passado, e até já diz que os seus trabalhos eram enormes!

O Sr. Deputado Carlos Encarnação colaborou com o Ministro meu antecessor, Dr. Dias Loureiro, e aparece agora como o defensor — e foi-o, ao longo de anos — permanente, constante de uma política sobre a qual ouvimos falar durante vários anos. E, tal como naquela história das bandas que aqui foi contada no passado, V. Ex.^a representa o mesmo mas em pior! Ou seja, não há novidades, nem alterações e as ideias e os papéis são os mesmos, mas temos de reconhecer que é o mesmo em pior!

Poderíamos imaginar que o PSD procuraria diferente e melhor, mas quando V. Ex.^a disserta sobre as coisas magníficas que foram feitas, ou estavam a ser preparadas, e que já foram avaliadas dessa maneira, concluímos que se

trata exactamente do mesmo, mas desta vez um pouco mais fraco e pior.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Ministro, dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Não dou licença, Sr. Deputado. V. Ex.^a poderá usar da palavra mais tarde!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Sr. Deputado Carlos Encarnação, só pode interromper com a autorização do orador. Como não foi dada, faça favor de se sentar.

Risos.

O Orador: — Não tenho nenhum conflito com V. Ex.^a, simplesmente não deixo que interfira no meu tempo de uso da palavra!

Gostaria que V. Ex.^a abandonasse essa obsessão sobre uma política que teve a sua data e onde nem tudo estava mal. Nunca proferi declarações, que às vezes me são atribuídas, no sentido de desmantelar, desfazer e deitar abaixo... Nada disso! Há muitos pontos que continuam válidos e outros que estão a ser alterados. É da vida! Tal como é da vida que não fiquemos amarrados ao que fizemos no passado, umas vezes bem, outras mal, por isso não é admissível que V. Ex.^a continue concentrado naquilo que teve o seu tempo e o seu juízo.

O Sr. Deputado Jorge Ferreira coloca, em primeiro lugar, o problema das notificações, da grande carga burocrática que impede sobre as forças policiais. Essa é uma questão séria e acreditamos que, com a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil, cuja revisão está prevista para Janeiro, ela terá a primeira alteração significativa, porque não só o regime da citação e das notificações como também o regime das decisões respeitantes aos pedidos de paradeiro irão ser alterados. Acreditamos que essas transformações trarão uma redução com algum significado.

Também com a revisão do Código de Processo Penal, que se encontra em curso, designadamente com a modificação do regime de adiamento dos julgamentos, acreditamos que será possível dividir o número de actos que são requeridos às forças de segurança por muitos dígitos porque, como V. Ex.^a sabe muito bem, é a circunstância de uma diligência ser adiada uma, duas, três ou dez vezes que multiplica o número das convocatórias, dos actos de diligência, das presenças em tribunal.

Acreditamos que com essas duas medidas, que são estruturais na redistribuição do trabalho entre tribunais e forças de segurança, poderá haver, ao longo do próximo ano, uma melhoria sensível nesse domínio. Isso não significa tudo, mas será uma redução de muitas centenas de milhar de actos solicitados às forças de segurança.

V. Ex.^a, a propósito da pobreza, da exclusão e do desemprego, aludi a uma situação de criminalidade que estaria a continuar a desenvolver-se. Aproveito este ponto do debate para dizer que, pela primeira vez, os dados semestrais relativos às várias forças de segurança foram transmitidos à Assembleia da República, o que não aconteceu durante quatro anos.

Vozes do PS: — É isso mesmo!

O Orador: — Por isso, lamento que esses dados não tenham sido rigorosamente estudados. Nomeadamente o

Sr. Deputado Marques Mendes apenas examinou os números respeitantes à Polícia Judiciária, não cruzando as informações das várias polícias. Assim, quando fala, por exemplo, em ofensas corporais ao nível de uma força de segurança, não repara no que se passa ao nível de outra força de segurança; quando fala em associações criminosas, que são, aliás, todas as associações respeitantes ao tráfico de droga — e elas apresentam uma penetração maior, porque é a pró-actividade da força policial que faz conhecer mais associações, uma vez que elas não vão participar-se ou denunciar-se à Polícia Judiciária —, não verifica o que se passa com os números do tráfico de droga. Ou seja, o Sr. Deputado, repito, não cruza toda a informação que, pela primeira vez, aqui foi entregue.

Sr. Deputado, tenho acompanhado esta matéria com a atenção que me é estritamente devida, tenho dialogado com os responsáveis e o panorama que pretende traçar ao País não é um panorama que se baseie num estudo exaustivo dos dados que foram aqui trazidos.

Os dados que aqui trouxeram sobre a criminalidade violenta, por forças de segurança, a interpretação que fazem, por exemplo, do posicionamento da população em relação à autoridade, dizendo que existe uma degradação da relação, não se compaginam com a forma como evoluíram os cortes de estradas....

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Onde está a lei?! Nós até a apoávamos!

O Orador: — ... os crimes de desobediência e os crimes de difamação em relação aos elementos das forças policiais. E verificamos que todos esses indicadores não apontam para o mundo que aqui foi mencionado.

Portanto, como este Parlamento teve, pela primeira vez, todos os elementos para estudar esta matéria,...

O Sr. Osvaldo Castro (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... e vai continuar a tê-los, porque é obrigação do Governo facultá-los, chamo a atenção para o facto de que uma leitura superficial da realidade não substitui o estudo dos elementos. Esses elementos vieram para a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e, por isso, apelo para que sejam estudados pelos Srs. Deputados.

O Sr. Deputado referiu também a evolução dos números respeitantes à admissão de polícias. Na realidade, nessa altura, saíram das escolas, tendo realizado a sua formação sob este Governo, 1547 polícias. Até ao final do ano, vai completar-se a admissão de cerca de 2000 novos polícias, que terminarão a sua formação — e, naturalmente, registar-se-ão algumas quebras em relação a esse número — ao longo do próximo ano.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Ainda outro número?...

O Orador: — Sr. Deputado Jorge Ferreira, disse que, este ano, tinham completado a formação 1547 novos polícias ou, melhor, estão a completar a parte prática, porque, naturalmente, não reduzimos o período escolar de formação, pelo contrário, alargámos esse período. No passado, esse período havia sido reduzido, mas todo o estudo que foi feito apontou no sentido de que era insuficiente e, portanto, resolvemos alargá-lo.

Ora, esses 1547 polícias representam o resultado deste ano e no próximo ano elevaremos o movimento de admissões para 2000 polícias. E porquê? Porque tivemos de aumentar a capacidade instalada, na medida em que a capacidade existente não chegava para aumentar esse número sem realizar obras ou, então, sem reduzir inaceitavelmente o período de formação. E é esse risco que, no mínimo, iremos manter, Sr. Deputado.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em relação aos relatórios de avaliação das superesquadras, esses documentos vão, de facto, ser trazidos à Assembleia, porque, nessa experiência, sobre a qual ninguém exarou nenhum juízo sumário, há aspectos positivos e negativos: aspectos positivos que resultam de certas funções poderem ser racionalizadas e aspectos negativos que resultam do facto de as populações se sentirem desprotegidas por terem a polícia mais longe. O que não é apenas uma convicção subjectiva, porque os estudos feitos mostram que, algumas situações criadas, acaba por existir mais de 20 minutos entre o momento da solicitação e o momento em que as forças policiais chegam a determinadas áreas cinzentas. E isso tem de ser alterado. Portanto, esse também é um motivo pelo que estamos a fazer o levantamento, com rigor, e queremos conduzir os ajustamentos nesta matéria na base de um título jurídico claro. No passado, essa reestruturação foi conduzida na base de um documento inclassificável juridicamente.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Sr. Ministro, já gastou 11 minutos. Terá de gerir o seu tempo, dado que ainda tem de responder a outros pedidos de esclarecimento.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Estava a anunciar à Assembleia que ela iria ter acesso a um relatório de avaliação sobre esta célebre reestruturação. E será sob o império de uma orientação legal que prosseguirão os arranjos substantivos nesta matéria, sendo que a nossa orientação para ela é a proximidade, sem prejuízo da racionalização de algumas funções. Por exemplo, tivemos de encerrar muitos locais de detenção porque não reuniam quaisquer condições. Também procuraremos dotar os tribunais de equipamentos mínimos para comunicação, uma vez que verificamos haver imensos locais que não tinham um mínimo de meios técnicos para dar a conhecer rapidamente as detenções. Isso, aliás, aconteceu com 272 esquadras, onde se verificou a colocação de faxes já sob este Governo.

O Sr. Deputado António Filipe voltou a falar das notificações, mas creio que está suficientemente esclarecido. Quanto à questão das superesquadras, VV. Ex.as têm uma visão algo maniqueia, no sentido de que a ideia de superesquadra representa o mal e, possivelmente, as antigas esquadras representariam o bem. A realidade não é essa. Não podemos regressar a antigas fórmulas que provaram também não ser satisfatórias, teremos de evoluir, através de ajustamentos para novas soluções. É, pois, af que estamos dispostos a fazer uma série de ajustamentos e melhorias.

O Sr. António Filipe (PCP): — Não vi nada!

O Orador: — V. Ex.* refere aspectos relacionados com greves, mas pode estar absolutamente descansado que

nenhuma força policial terá qualquer espécie de interferência ilegítima em actividades legítimas, seja dos trabalhadores seja dos cidadãos. Disso, pode V. Ex.^a estar absolutamente tranquilo.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, não vou entrar na discussão da dança dos números nem de quem fez primeiro aquilo que outro continuou. Julgo que esse é um debate lateral que o PSD aqui trouxe, escamoteando o facto de ter tido responsabilidades, e que o PS quer alimentar, também fazendo de conta que não está há um ano no Governo.

Quero fazer-lhe algumas perguntas concretas em relação às quais gostaria que o Sr. Ministro, também de forma objectiva, desse resposta.

Como primeira questão, julgo ser um dado consensual, que não merece grandes divergências em termos da leitura dos números, haver, associado à criminalidade, aumento e uso permanente de armas de fogo. O que o PSD anunciou e propõe é perfeitamente lateral e não mexe em nada do essencial. Portanto, a pergunta que lhe faço é se o PS e o Governo têm ou não intenção de, sobre a circulação de armas, fazer um efectivo controlo, não só em termos de licença e uso de porte de arma mas em relação ao comércio paralelo que existe e sobre o qual nada foi feito.

Segunda questão, se é bem verdade que muito do aumento da criminalidade está associado à rede de droga e à existência de mafias e de reciclagem de dinheiro, de todo um imenso crescimento de organizações criminosas a este nível, e sabido que o fim do sigilo bancário é uma forma de poder combater esta criminalidade, a pergunta concreta que faço é a seguinte: o que esperam o Partido Socialista e o Governo para levantar o sigilo bancário?

Em terceiro lugar, da análise que fez do aumento dos fenómenos da criminalidade e da segurança, não fez uma leitura daquilo que é a geografia da própria violência, os locais onde ela acontece, as razões, aquilo que lhe está na origem. Como o Partido Socialista e o Governo não fizeram essa análise, a pergunta que lhe faço é a seguinte: tendo o Governo obrigação de a ter presente, o que é que, concretamente, vai fazer para a prevenir?

Já que o Governo se limitou a anunciar mais polícias e o partido interpelante, porventura, mais prisões, a minha última questão não é sobre mais polícias e mais prisões, mas uma palavra sobre melhores polícias e melhores prisões. Sobre isto, o que é que o Partido Socialista e o Governo têm a dizer?

O Sr. Presidente (João Amaral): — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Administração Interna, esta interpelação tem permitido confirmar que os nossos dois partidos são profundamente diferentes, designadamente na postura que têm em relação a estas matérias da segurança interna. São diferentes quando estão no poder e são diferentes quando estão na oposição.

Quando VV. Ex.^{as} estavam na oposição — e tenho aqui os *Diários* relativos a uma interpelação feita em 1994 —

vieram aqui criticar a política do Governo de então, mas não apresentaram uma única alternativa, uma única proposta relativamente à política de segurança. Hoje, viemos aqui fazer uma interpelação sobre esta matéria, agora na oposição, mas não tivemos a vossa postura apenas de crítica, de denúncia, viemos com um pacote de 10 projectos, que são alternativas concretas, não direi à política mas à ausência de política do Governo em matéria de segurança.

Era sobre essas propostas que queria ouvir V. Ex.^a em concreto. Quero ouvi-lo e saber, de uma vez por todas, se mantém a postura do passado de ataque às superesquadras ou se, pelo contrário, vai mantê-las, acarinhá-las, se vai agora aprová-las, dizendo ou contradizendo a sua actuação no passado sobre essa matéria, mas diga claramente se, sim ou não, as vai manter e se as considera uma boa solução.

Queria saber se V. Ex.^a, ao contrário do que há pouco disse em resposta ao Sr. Deputado Jorge Ferreira, está desde já aberto a que haja uma alteração pontual ao Código de Processo Penal no sentido de alterarmos o sistema de notificações, de assegurar um corpo de agentes de notificação nos tribunais em geral, de forma a libertar os agentes de segurança para as tarefas de vigilância, para as tarefas de segurança, para as tarefas na rua. A questão concreta que queria colocar é, pois, no sentido de saber se está disponível para encarar a aprovação de uma alteração pontual que não fique a aguardar para as «calendas» pela revisão do Código de Processo Penal.

Uma última questão tem a ver com uma vertente externa da cooperação policial de Portugal, designadamente com a União Europeia mas também com outros países: qual a situação concreta do processo relativo à Europol? Qual a situação concreta do *dossier*, que estava bem encaminhado pelos responsáveis da segurança e da justiça de então, no sentido de obter da União Europeia apoios financeiros para o reforço de meios de defesa da fronteira externa que Portugal constitui em relação à União Europeia?

VV. Ex.^{as} afirmaram aqui, no início da legislatura, que iam ter, em matéria europeia, uma postura diferente da do anterior governo; que, relativamente a todos os conselhos, designadamente os conselhos sectoriais, sempre, antes e depois da sua realização, o membro do Governo competente viria cá dar contas daquilo que iria tratar e daquilo que tinha tratado. Ora, fizeram esse número folclórico duas ou três vezes, V. Ex.^a ainda enviou para a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias um ofício datado de 24 de Setembro a disponibilizar-se para trazer à comissão uma informação prévia sobre um conselho, em matéria de justiça e assuntos internos, que ia realizar-se dois dias depois — penso que o próprio ofício chegou já depois de esse conselho se ter realizado — e, afinal, V. Ex.^a não teve uma palavra para a Assembleia sobre essa matéria. Mais uma promessa que o PS fez, um compromisso que assumiu perante o Parlamento, e nem antes nem depois veio dar contas de *dossiers* importantes como são esses, relativos a matérias essenciais também à nossa segurança, particularmente quando se sabe que a criminalidade internacionalmente organizada é cada vez mais crescente e tem aí uma vertente importante.

Quero lembrar que V. Ex.^a, no debate que aqui teve lugar em Dezembro de 1994, fez a seguinte afirmação: «o responsável político que, enquanto a sua volta cresce a criminalidade, não desenvolve uma forte inspiração de combate a esse fenômeno e as prioridades para a concre-

tizar, está hoje impreparado para continuar a responder pela defesa dos cidadãos e da sociedade». Mal sabia V. Ex.^a que estava então a fazer o seu auto-retrato, que estava aqui a dar um dado autobiográfico passado um ano sobre a sua função como Ministro da Administração Interna. É esta a situação em que V. Ex.^a se encontra.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Macedo.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados, queria começar por fazer duas ou três rectificações em relação a coisas que já aqui foram ditas, queria explicitar uma proposta depois e, finalmente, queria fazer uma pergunta.

O primeiro reparo que desejo fazer tem a ver com o seguinte: não me esqueço de que, há dois ou três meses, o País acordou com o anúncio pomposo de que, finalmente, o Governo tinha decidido recorrer ao quadro de excedentes para colocar algumas centenas de funcionários que estavam nesse quadro a fazer as tais tarefas burocráticas que impedem que agentes de segurança vão para a rua fazer o trabalho que, prioritariamente, cabe aos agentes de segurança; como qualquer português preocupado com este tipo de matérias, no meu íntimo, e sem nenhum problema nas conversas com os nossos colegas, aplaudi esta medida; eis senão quando, em conversas com um alto responsável de uma das forças de segurança, fui informado, muito recentemente, que, dessas centenas todas de pessoas do quadro de excedentes, tinham ficado oito, até àquela altura, a fazer esse trabalho administrativo!

O Sr. António Filipe (PCP): — Não têm mãos a medir!

O Orador: — A pergunta que quero fazer, Sr. Ministro, é esta: vão prosseguir nesta linha, com estes recursos mas, sobretudo, com estes resultados?

O meu segundo reparo é o seguinte: V. Ex.^a, Sr. Ministro da Administração Interna, disse-nos aqui várias vezes, ao longo deste debate (aliás, depois de ter sido recordado desse facto pelo Sr. Deputado José Magalhães), que, pela primeira vez — e nós saudamos isso —, veio para um debate deste tipo um relatório semestral das forças de segurança.

O Sr. José Magalhães (PS): — Não um! Vários!

O Orador: — Exacto, um relatório que se compunha de vários relatórios sectoriais das forças de segurança sobre esta matéria. E nós queremos cumprimentar o Governo por esse facto, que consideramos extraordinariamente positivo — não há nenhuma dúvida em relação a essa matéria —, mas queremos lamentar, ao mesmo tempo, uma coisa que é o facto de que esses relatórios, pelos vistos, não foram integralmente lidos pelos membros do Governo que aqui estão a apoiar o Sr. Ministro da Administração Interna. Se não, não fazia nenhum sentido que o Sr. Ministro da Justiça aqui viesse dizer que, no anterior governo, o tal protocolo de coordenação entre todas as forças de segurança tinha sido metido ao bolso. E sabe porquê, Sr. Ministro? É que, justamente, logo no início do relatório da GNR (este que foi distribuído), diz-se qualquer coisa deste género: «manutenção do policiamento junto dos estabelecimentos de ensino, com prioridade para os assinalados no protocolo estabelecido entre o MAI e o

Ministério da Educação» — e não foi o vosso protocolo porque esse foi assinado, para efeitos mediáticos deste debate, anteontem! Portanto, este era o protocolo do anterior governo e que V. Ex.^a aqui disse, e mal, pelos vistos, que tinha sido metido no bolso. Não foi, Sr. Ministro! Não foi! O relatório expressa essa realidade, V. Ex.^a não pode afirmar uma coisa dessas!

Terceira rectificação: V. Ex.^a veio aqui manifestar hoje, mais uma vez, a preocupação com o corte de estradas; mas, Sr. Ministro, eu ouvi também, como todos os portugueses ouviram, aqui há uns meses, um impetuoso avanço do Governo e de V. Ex.^a no sentido de assegurar, em todo o caso, a legalidade democrática. E lembro-me também, Sr. Ministro, que, pela voz do líder do meu partido, nós, no imediato, manifestámos a nossa disponibilidade para discutir e aprovar medidas que pudessem garantir, a esse nível, a legalidade democrática. Pois bem, Sr. Ministro, vários meses depois, V. Ex.^a fez vários actos mediáticos, nos últimos dias, em relação a esta matéria, mas esqueceu-se do corte das estradas — não há corte de estradas, não há lei, não há nada, não há preocupação a não ser, outra vez, aqui no debate. Portanto, V. Ex.^a fica com o nosso apoio para amanhã fazer nova conferência de imprensa e anunciar a lei em relação a esta matéria porque nós mantemos aquilo que já dissemos na altura em que o senhores, pela primeira vez, falaram sobre esta matéria.

Sr. Ministro, em relação à nossa proposta do destacamento de intervenção anti-droga, de vigilância costeira, aquilo que o PSD propõe, de uma forma aberta, para ser discutido entre todos, mas rapidamente porque queremos que isto esteja concluído até ao Orçamento, é o seguinte: que a brigada da Guarda Fiscal, que está integrada na GNR, e a Polícia Marítima, que hoje depende da Marinha, sejam ambas integradas nesta nova força que estamos a propor, à semelhança, aliás, do que ocorre em Espanha onde há a Polícia Marítima, que zela pela segurança da costa e das águas interiores, e que tem competências e meios aéreos e navais para suprir esta grande dificuldade da luta contra a droga. Esta é a nossa proposta.

Finalmente, a pergunta que eu queria fazer ao Sr. Ministro é a seguinte: está o Sr. Ministro disponível para discutir connosco seriamente esta matéria, e discuti-la até ao fim do Orçamento para que ela possa ter expressão no próximo ano?

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Há mais duas inscrições para pedidos de esclarecimentos. Dado que o Sr. Ministro pretende responder no fim, tem a palavra o Sr. Deputado Calvão da Silva.

O Sr. Calvão da Silva (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as}. e Srs. Deputados, quero dizer, em primeiro lugar, que a oposição tem um dever: dar voz ao sentimento que reina na sociedade. Ora, o que aqui se passou foi muitas vezes a tentativa de silenciar o PSD, como maior partido da oposição, na convicção errónea de que, por termos sido governo no passado, não temos o dever de construir uma alternativa para o futuro. Porém, hoje já estamos a julgar um ano de Governo e não o passado do PSD.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, comprehende-se agora, em função da carta de intenções aqui anunciada pelo

Sr. Ministro, o mês de atraso desta interpelação. Não fora este mês sobre a anunciada interpelação e o Sr. Ministro estaria hoje sob as mesmas críticas que esteve em Maio, quer do PSD quer do presidente da Câmara Municipal do Porto quer, posteriormente, do Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em terceiro lugar, Sr. Ministro, é preciso perceber por que é que o crime de desobediência à autoridade do Estado aumentou cerca de 700 %, segundo os dados da Polícia Judiciária. Quanto a nós, o clima criado, a atmosfera política de desautorização, de desobediência ou apelo inerente af incluído, à autoridade das forças policiais levou à subversão total do que é a autoridade.

Recordo-lhe, Sr. Ministro, um homem, um grande vulto da grei portuguesa, Spinoza, que dizia: «é a obediência que faz a autoridade, não é a autoridade que faz a obediência». E porque não tivemos esse cuidado nem essa cultura através do actual Ministro da Administração Interna, criámos o clima político favorável a que o mundo subterrâneo da marginalidade e do crime viesse ao de cima com mais violência. Af estão os crimes violentos na sua máxima sangrenta com regresso de crimes que não aconteciam no passado recente e af está agora uma causa profunda ligada às outras mais profundas do desemprego, da marginalidade, da droga, etc., etc.

O Sr. Presidente (João Amaral): — O PSD não tem é tempo. Sr. Deputado, tem que terminar.

Risos.

O Orador: — Sr. Presidente, vou terminar.

O PSD tem aqui, no estilo de uma oposição responsável, um conjunto de medidas. Uma delas diz respeito à liberdade condicional. O PSD mantém-se coerente com o grande princípio da liberdade condicional na certeza de que é um princípio do personalismo ético que lhe está subjacente, mas também admite, e por isso o pôs em letra de forma no projecto que aqui apresentou, que há-de haver excepções para os crimes violentos, para os crimes sangrentos, para aqueles crimes que causam emoção, choque e mesmo repulsa na opinião pública. É para esses que admitimos esta excepção ao grande princípio da liberdade condicional.

Está o Governo, está o Partido Socialista aberto a ponderar esta medida? Essa é a questão que lhe coloco, Sr. Ministro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro da Administração Interna. o Sr. Deputado Jorge Ferreira teve a gentileza de fazer uma das perguntas que eu gostava de fazer e, portanto, dessa estou isento pois o Sr. Ministro já lhe respondeu o que me deixa as demais, e essas não foram ainda abordadas.

Curiosamente, e é por isso mesmo que lhe coloco este tipo de interrogações, o Sr. Ministro tentou introduzir essas questões no seu discurso inicial mas os Srs. Deputados do PSD não corresponderam a esse apelo à reflexão conjunta, que é importante que façamos.

O Sr. Ministro começou por sublinhar a importância dos dados que forneceu à comissão. Muito nos bateremos para que isso acontecesse, não foi difícil e o Governo correspondeu facilmente, mas estamos todos cientes de que é preciso melhorar, e muito, a qualidade dos sistemas estatísticos, uniformizá-los, articulá-los, torná-los compatíveis com os sistemas de outros países da União Europeia e com os sistemas que a Interpol exige dos seus membros para que tenhamos estatísticas comparáveis e para que eliminemos de uma vez para sempre a guerra de cifras, as suspeções nessa matéria. Gostava que o Sr. Ministro nos desse conta dos planos governamentais porque isso tem grande importância.

Por outro lado, algumas medidas que o Governo quer implementar dependem vitalmente de estatísticas fiáveis sobre o terreno. Por exemplo, a nossa estatística, a nossa estratégia, a vossa estratégia, a estratégia governamental de ataque selectivo à criminalidade, de vigilância privilegiada de lugares perigosos, de ataque a alvos que sejam considerados prioritários pela gravidade dos eventos, supõe o registo e o retrato, quase minuto a minuto, rigoroso dos eventos. Como isso o Sr. Ministro não herdou, infelizmente, é preciso criar, precisávamos de informação concreta.

Segundo aspecto, precisamos de melhorar — e o Sr. Ministro sublinhou-o — radicalmente o uso de novas tecnologias pelas polícias portuguesas. Alguns dos sistemas que as polícias têm nem são compatíveis uns com os outros, pura e simplesmente não comunicam; outros, pura e simplesmente não são seguros, redes de fax que não têm sistemas de cifragem e outros elementos que podem ser interceptados.

Por outro lado, como o Sr. Ministro da Justiça sublinhou, as polícias não estão em condições de interceptar comunicações de criminosos, coisa que felizmente vai acabar.

No entanto, gostava que nos aprofundasse um pouco, designadamente o uso deste tipo de meios para a comunicação com polícias internacionais que hoje em dia vivem disso, e mais ainda: há novos tipos de polícias que, sentados à secretaria, o que também é virtuoso — é preciso não o desvalorizar — perseguem criminosos que também trabalham à secretaria. Essa criminalidade preocupa-nos de igual modo.

Último aspecto, a morte na estrada. Creio que é importante que nesta matéria não misturemos, naturalmente não o fazemos, mas é morte e isso preocupa-nos. Como o Sr. Ministro introduziu esse debate sem correspondência, mas é importante que o tenhamos, gostava de saber: quais são os planos concretos? Falou-se de um cartão e de uma carta inteligente mas suponho, Sr. Ministro, que a carta que está a ser programada é pouco inteligente, é mesmo um tanto burra, tem pouca memória e daí não há nenhum perigo para a liberdade dos cidadãos. Gostávamos de saber como é que configura o sistema e, sobretudo, Sr. Ministro, gostávamos que nos desse um pouco conta da reforma que está a ser pensada quanto ao sistema de policiamento nas estradas, que precisa, por um lado, sem dúvida nenhuma, para ser eficaz, de recorrer a novos meios, designadamente meios modernos do ponto de vista tecnológico — esses meios já são usados nas portagens mas isso parece-nos francamente pouco — e, por outro lado, a sistema policial, a articulação policial, a articulação com entidades privadas.

Último aspecto — V. Ex.^a tem pouco tempo mas conceder-lhe-emos o necessário para resposta — a segurança

privada. Durante muito tempo disse-se: «não há segurança pública, virem-se para a segurança privada; quem quer segurança paga-a» mas não é essa a nossa filosofia, a filosofia constante do Programa do Governo. Todavia, há novos fenómenos nessa área e gostávamos de conhecer, com informação actual, os planos governamentais nesta área, que é de grande importância para a segurança colectiva.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna para responder aos cinco pedidos de esclarecimento que lhe foram formulados.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Isabel Castro, o Governo tem efectivamente a intenção de rever a legislação proveniente da década anterior sobre o acesso ao uso e porte de arma e também à circulação das armas.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Essa legislação tem décadas!

O Orador: — Pois tem, Sr. Deputado, o que significa que não foi alterada na última década; significa que a ideia que VV. Ex.^{as} agora lançaram para a opinião pública foi uma ideia que não ocorreu na década anterior. Trata-se de modificar o regime que vigorou até agora. Temos, efectivamente, a intenção de o fazer.

Algumas questões que a Sr.^a Deputada coloca em relação à droga e ao sigilo bancário serão respondidas, tais como outras que têm a ver com a justiça, pelo Sr. Ministro da Justiça.

Levantou o problema das melhorias no domínio do processo de formação das polícias em geral. Como sabe, está neste momento a ser avaliado o conjunto dos processos de formação. Uma comissão apresentará um primeiro relatório dentro de semanas e no mês de Janeiro dará a conhecer o conjunto das conclusões atingidas nesse processo meticoloso de avaliação daquilo que está a ser feito em todas as escolas e processos formativos no âmbito das forças de segurança.

Em relação ao tipo de violência, à geografia e à economia da violência, temos estudado com atenção os tipos de instrumentos e de locais e, como é devido, vamos trazer à Assembleia da República alguma informação sobre isso. No entanto, quero chamar a atenção para a circunstância de que, em muitos dos crimes que se verificaram este Verão, ocorreram relações de familiaridade, de domesticidade e de conhecimento entre os agressores e as vítimas. Esse é, de facto, um dado novo, que nos obriga a olhar para estas situações da violência com novas perspectivas a que estamos bastante atentos.

O Sr. Deputado Guilherme Silva colocou a questão das superesquadras, que foi já citada em vários momentos desta discussão, bem como a questão da Europol. Como sabe, em relação a esta última matéria, a convenção foi assinada há pouco tempo e, proximamente, virá à Assembleia, para que a respectiva aprovação para ratificação possa ser objecto de discussão e decisão por parte desta. Nessa altura, poderemos fazer uma discussão aprofundada sobre a matéria, valendo a pena informar a Assembleia que, no plano europeu, o que se discute já neste momento é a possibilidade de alargamento da actividade da Europol à

matéria do tráfico de seres humanos e, nomeadamente, à matéria do tráfico e abuso sexual de menores. É, portanto, uma matéria que será aqui discutida e que, em termos europeus, tem plena actualidade.

V. Ex.^a colocou ainda a questão da disponibilidade para discutir certas questões. Devo dizer-lhe que há total disponibilidade para discutir todos os diplomas. O Sr. Deputado, certamente, não parte é do princípio de que seja possível apreciar algumas horas matérias que, durante uma década, não foram ventiladas nem apresentadas como propostas da Assembleia da República. Será necessário que, ao menos, nos possamos debruçar sobre elas para que não se dê a facilidade de, algumas semanas, se supor que se está em condições de fazer o que durante muitos anos não se verificou por falta de condições.

Falo nisto a pensar, por exemplo, na Policia Marítima. VV. Ex.^{as}, enquanto eram governo, publicaram vários diplomas sobre essa matéria, mas não lhes ocorreu a ideia que agora aqui apresentam. De qualquer forma, vamos estudar a vossa proposta de maneira construtiva. Mas não podemos deixar de estranhar que, em 1994 e 1995, tenham sido aprovadas pelo governo de então disposições legais que apontaram para soluções diferentes das que agora aqui exigem. No entanto, como já referi, temos uma total abertura em relação a esta matéria.

O Sr. Deputado Miguel Macedo colocou um problema relacionado com os excedentes. É verdade que nós, por respeito para com o dinheiro dos contribuintes, tentámos aproveitar os elementos do quadro de efectivos interdepartamentais para funções civis nas polícias. Efectivamente, houve centenas de situações que foram consideradas, houve centenas de entrevistas e foram feitas inúmeras tentativas por parte das forças de segurança de aproveitamento dessas pessoas. Era um dever que tínhamos perante os contribuintes: tentar preencher situações com esse tipo de recurso. Fizemo-lo de uma maneira empenhada e verificámos que as pessoas, de uma forma geral, não preenchem os requisitos necessários para desempenhar essas funções e, portanto, teremos de contratar outras. Como já disse, não podemos passar por cima dos interesses dos contribuintes e fizemos, de facto, essa tentativa.

Gostaria ainda de dizer que V. Ex.^a, como já foi sublinhado, confunde aqui dois protocolos: o protocolo da droga e o protocolo do Ministério da Educação com o Ministério da Administração Interna. Este protocolo foi um passo útil e nós sempre dissemos que, ao abrigo do mesmo, se obtiveram ganhos no domínio da segurança das escolas — e o Sr. Deputado Carlos Encarnação pode também prestar atenção a este aspecto. Na realidade, nós nunca dissemos que os resultados desse protocolo eram negativos. Pelo contrário, o que quisemos foi fazer mais, ou seja, alargá-lo a mais escolas. Mas, repito, nunca tivemos um juízo negativo sobre essa situação.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Estão a rectificar a notícia de ontem!

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Mas, por acaso, fazem bem!

O Orador: — A questão da vigilância costeira está esclarecida. Vamos examinar uma determinada situação porque que a vossa própria legislação não apontava neste sentido.

Em relação à questão colocada pelo Sr. Deputado Calvão da Silva, apenas quero ater-me a uma expressão que V. Ex.^a utilizou, qual seja a de que «a obediência é que faz a autoridade». V. Ex.^a desculpará, mas isto faz-me lembrar aquela máxima clássica de «se soubesses quanto custa mandar, mais gostarias toda a vida de obedecer». V. Ex.^a apresenta uma visão de autoridade que, manifestamente, está longe da nossa ideia de autoridade. Para nós, a autoridade não se funda na obediência, mas sim na lei, que, por sua vez, se funda na vontade popular. É esta a nossa concepção e, portanto, é justamente essa autoridade democrática que está por trás da lei que na nossa concepção é a origem da autoridade exercida. Somos investidos em função da Constituição e da lei, não somos investidos por nenhuma concepção tradicional de obediência.

O Sr. Deputado José Magalhães colocou um conjunto de questões, muitas das quais serão certamente passíveis de aprofundamento em Comissão, mas dir-lhe-ia que a nossa ideia é investir no domínio da modernização tecnológica e, para isso, afectar os meios indispensáveis. Temos, na realidade, estudos encomendados relativos à harmonização dos sistemas estatísticos existentes, que colocam problemas de avaliação de dados e que fazem muitas vezes confundir a parte com o todo. Também em relação ao «direito estradal» que V. Ex.^a referiu, será aqui apresentada ao Parlamento uma proposta de lei, visto tem de ser introduzidas nesse domínio algumas alterações, havendo nomeadamente algumas penalizações que têm de ser revistas, e creio que será a altura indicada para rever toda essa matéria. Também, nessa altura, será examinada a alteração prevista quanto à tutela da liberdade de circulação nas estradas, pois esse é um ponto que naturalmente cabe dentro da problemática do «direito estradal».

Quanto à segurança privada, faz também parte das opções governativas a apresentação à Assembleia, durante este ano, de uma proposta de lei de revisão do actual sistema, com vista a modernizar o enquadramento de uma série de fenómenos. E queria dizer à bancada do Grupo Parlamentar do CDS-PP que a ideia que aponta para uma revisão da regulamentação dos guardas-nocturnos é efectivamente uma ideia pertinente, que faz também parte das nossas preocupações e dos nossos propósitos, pois pensamos que daí também poderá advir um contributo positivo para o panorama da segurança entre nós.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr. Presidente, uma interpelação verdadeira, ...

O Sr. Presidente (João Amaral): — Como todas, Sr. Deputado.

O Orador: — ... para anotar que o Sr. Ministro da Administração Interna não respondeu a uma questão que eu coloquei, justamente sobre o corte das estradas. Ora, seria muito importante que o Sr. Ministro dissesse, ao menos aqui no Parlamento, como o deve fazer um Ministro da Administração Interna, assumindo um compromisso político, o que é que, definitivamente, vai fazer sobre

esta matéria, que foi manchete de jornais e abriu noticiários nas televisões e sobre a qual fizeram todas as «fogachadas» políticas que quiseram. Houve umas reaçõeszinhas em relação a esta matéria... Recuaram, meteram no bolso do Sr. Ministro da Administração Interna a intenção e a proposta e até hoje nada fizeram em relação a esta matéria.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente, Almeida Santos.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — O Sr. Ministro da Administração Interna pede a palavra para uma interpelação à Mesa, durante a qual poderá responder à interpelação anterior.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria apenas dizer, muito brevemente, que o Sr. Deputado Miguel Macedo não prestou atenção ao esclarecimento que dei anteriormente. Nós vamos, com efeito, apresentar uma proposta em matéria de «direito estradal», onde a solução prevista em relação ao problema que colocou aparecerá e poderá ser discutida abertamente nesta Assembleia. O Governo mantém inteiramente esse propósito.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, terminaram os pedidos de esclarecimento e respectivas respostas. Vamos passar à fase das intervenções.

Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Esta está a ser, indubitavelmente, uma interpelação útil, preparada em condições positivas, que são, sem dúvida, inéditas. Já o tinha sublinhado: o envio de dados estatísticos, nunca antes remetidos à Assembleia da República; a intervenção da 1.ª Comissão, através de visita com todos os partidos, à Polícia Judiciária; a «via verde» para que todos os partidos fizessem os contactos que entendessem junto das forças policiais; o convite do Sr. Ministro da Administração Interna, a que ainda não pudemos corresponder, para visitas às principais forças e serviços de segurança; a abertura total às propostas que, por parte das várias bancadas, têm sido apresentadas para dar resposta a situações de que todos temos conhecimento.

Quebrámos, assim, a velha tradição de anatemizar as propostas da oposição em matéria de questões de Estado. Isso é algo com que nunca jogaremos.

As interpelações ao Governo são, tradicionalmente, momentos de confronto de pontos de vista, o que é normal e salutar, mas não menorizaremos aqueles valores em que todos nos devemos reconhecer nem faremos o debate, como já o disse, sob o signo do rancor ou do ajuste de contas. Não vamos inventar divergências de morte onde gostaríamos todos de ter, sobretudo, convergências para evitar mortes. É esse o nosso objectivo comum.

O Sr. Osvaldo Castro (PS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O primeiro aspecto que quero sublinhar é o de não subestimarmos as dificuldades. E aí está uma diferença: não nos rimos, como o Sr. Deputado Luís Marques Mendes receava há pouco e já viu que não acontece. Partilhamos as preocupações dos cidadãos e a indignação que existe em Portugal contra a violência brutal e a impiedade, que exige castigo exemplar dos responsáveis.

Três coisas gostaríamos de deixar bem claras, à partida.

Em primeiro lugar, não nos apresentamos aqui, como já viram, a minimizar indicadores. Propomos, aliás — e o Governo participa activamente nesse esforço —, melhorar o conhecimento rigoroso da realidade, incluindo a criação de novos indicadores, que existem noutras países e, infelizmente, ainda não existem em Portugal. Já começámos, com a revelação de dados anteriormente não revelados, mas é preciso continuar e vamos fazê-lo.

Em segundo lugar, não ajudaremos — e todos compreenderão que assim aconteça — a confundir junto da opinião pública acontecimentos violentos e, aliás, lamentáveis com causas independentes, como se fossem actos concertados, resultantes da acção de organizações terroristas. Felizmente, isso não acontece em Portugal. Ainda bem que não acontece e tudo devemos fazer para que continue a não acontecer.

Por isso, não participámos naqueles jogos de citações de percentagens, do tipo «mais 80 % do crescimento do aborto, no primeiro semestre» (pois é, Srs. Deputados, é um aumento de 6 para 11 casos, e, como sabem, isto nada traduz da realidade social) ou «mais 185 % de associações criminosas» (trata-se de um aumento de 7 para 20, em valores absolutos), porque sabemos perfeitamente que é preciso aprofundar muitíssimo mais estes indicadores.

Para nós, como disse, cada morte é uma morte a mais e é preciso evitá-las. Não há mortes banais. É essa a nossa função.

Em terceiro lugar, não deixamos de saber, de reconhecer e de assinalar que há níveis de penúria herdados do ciclo político passado. Não vamos usá-los como arma de arremesso, pois isso já ficou claro nestas horas de debate, mas não é justo que seja esquecido, na hora em que é preciso medir financeiramente, num momento difícil, o que podemos fazer e o que, na realidade, não podemos fazer nem quem quer que seja poderia fazer, porque seria milagre.

O segundo aspecto a sublinhar é este: o diagnóstico das dificuldades e vulnerabilidades que o País enfrenta é-nos, a todos, largamente comum. E é por isso que não nos embaraça a citação de observações feitas no ciclo político em que éramos oposição.

Primeiro: estamos cientes de que a queda do muro de Berlim, a abertura geral de fronteiras, condenou métodos de trabalho que outrora foram eficazes à escala nacional. O crime organizado actua hoje em *holding*, muitas vezes de forma global, pelo que a resposta tem de ser articulada e global. Por isso prestamos tanta importância a que instituições como a Europol nasçam e nasçam bem, eficazes, com boas competências, como os Ministros dos Negócios Estrangeiros e Ministros da Justiça, em Dublin, na passada semana, acertaram e acordaram.

Agora, é preciso passar às ratificações, à acção das polícias, agora, é preciso um novo clima entre as polícias numa Europa que não é apenas de polícias mas também de liberdades. É esse o nosso estilo.

O Sr. Osvaldo Castro (PS): — Muito bem!

O Orador: — Segundo: a revolução tecnológica esvaziou também técnicas de outrora, que no passado eram eficazes mas hoje não são. Pensem no impacto dos telemóveis, dos *pgers*, da comunicação por satélite, pensem nas redes electrónicas e nos novos problemas que elas colocam, tanto para o bem como para a criminalidade. São questões complexas que esta Assembleia deve começar a analisar, tendo os Ministros em Dublin lançado já o início de uma reflexão europeia sobre a matéria.

Terceiro: a crise urbana existente. O explosivo «caldeirão» criado nas nossas cidades, por toda a Europa e um pouco por todo o Mundo, é uma fonte permanente de surpresas e, muitas vezes, de horrores. Noutros casos, a criminalidade ocorre no âmbito familiar, nas relações humanas e de vizinhança, como há dias sublinhava o Sr. Director da Polícia Judiciária, e nesses espaços privados é impossível colocar uma polícia. É preciso jogar com outros factores de controlo, com factores complexos, que têm a ver com os valores e as relações humanas no seu aspecto mais íntimo, e, nessa matéria, Srs. Deputados, as coisas são muito mais complexas do que investir alguns milhões de escudos no Orçamento do Estado.

Uma última consideração, no que toca às vulnerabilidades que o País enfrenta: as nossas polícias — o Sr. Director da Polícia Judiciária alertou-nos para este aspecto há dias e tem toda a razão — não estão ainda dotadas para enfrentar certas formas de criminalidade de elevadíssima tecnicidade. De resto, as empresas do sector estão a investir milhares de contos para garantirem protecção contra novas ameaças, novas invasões, extremamente perigosas e danosas para as nossas economias.

Mas, vivendo nós, como vivemos, num Estado de Direito democrático, há uma coisa que talvez nos conforte: temos princípios. Temos princípios, temos regras, mas temos também prioridades e é sobre elas que vale a pena falar, rapidamente.

Em primeiro lugar, falemos dos princípios:

Sr. Presidente e Srs. Deputados, creio que um dos aspectos mais interessantes deste debate, e com o qual, francamente, não posso deixar de me congratular, é a existência notória de um património civilizacional comum a todos nós, plasmado nas normas constitucionais, designadamente nos princípios gerais e nas normas relativas a direitos, liberdades e garantias, que não são polémicos entre nós, apesar de o serem em outros países.

Essas normas protegem os cidadãos; proscrevem a barbaridade do Estado; proscrivem a invasão da intimidade da vida privada; proíbem o uso desproporcionado, inadequado ou desnecessário da violência pública para combater a violência privada; exigem que não haja actos sem controlo do juiz quando invadem as liberdades; exigem que não haja arguidos sem defensores; exigem que não haja magistrados acima da lei e que carimbem decisões administrativas mas, sim, que assumam verdadeira e verticalmente a sua independência e frontalidade, como felizmente acontece em Portugal.

Por outro lado, não há, e é excelente que não haja, vozes ao alto pelo regresso à pena de morte em Portugal. Não só por termos sido os primeiros a aboli-la mas também porque é importante que não abramos em Portugal polémicas serôdias que gastam energia social para nada. Não vale a pena semear paixões públicas mórbidas e expectativas de presenciar, à hora do jantar, antes da telenovela, quiçá, injecções mortais, enforcamentos e elecrocussões, talvez com entrevistas mórbidas aos familiares das vítimas e dos executados. Para subir as audiências das

televisões não é necessário pagar o preço da perda de valores.

Isto é positivo, são esses valores que o Conselho da Europa exige que sejam respeitados pelos novos aderentes, e é necessário que o sejam por todos nós. Há dias, lá, o Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, teve a iniciativa de apelar à eliminação de todos os resquícios do passado que ainda há nos nossos Estados em matéria de pena de morte. Felizmente, isso não se aplica a Portugal. Creio ser uma lembrança positiva, um apelo que cala fundo, não apenas em Portugal mas em muitos outros Estados do Conselho da Europa, e são muitos, como sabem.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Também estamos unidos, Srs. Deputados, na busca de uma filosofia prisional humana. O nosso objectivo supremo, nessa matéria, é prevenir o crime. Trata-se de outro ponto comum. Devemos prevenir o crime, mas, quando isso seja impossível, devemos também julgar com celeridade, punir com justiça e reinserir.

Nessa matéria, Srs. Deputados, não estamos disponíveis para abdicar da filosofia ressocializadora dos reclusos, por razões de convicção humanista e também por pressões práticas. Não faz sentido proibir saídas precárias e libertações sob condição de reclusos não perigosos, requisito que é fundamental. Não devemos privar de meios de reinserção social e obrigar ao cumprimento total da pena reclusos comprovadamente não perigosos. Essa é uma questão fundamental.

Tal não significa que não estejamos disponíveis para responder às vossas propostas ou muitas das propostas com o Governo, com o Sr. Ministro da Justiça em particular, que tem estudos em curso sobre estas matérias e cuja opinião fundamentada nos é, seguramente, preciosa. Mas no fim do túnel da prisão está sempre a liberdade e isso anima os reclusos e fá-los suportar, por vezes, coisas insuportáveis. Não devemos tapar esse túnel inconsideradamente.

Por outro lado, Sr. Presidente — e abrevio —, há outros aspectos em que nos reconhecemos todos. Por exemplo, a ideia de que nenhum processo criminal pode fundar-se em preconceitos de raça ou de cor, ou em discriminações, quer policiais, quer judiciais. Isso não existe em Portugal, não pode existir em Portugal, é uma coisa sobre a qual há uma pedra colocada, que não deve ser levantada.

Por outro lado, não confundimos, em Portugal, segurança interna e defesa nacional.

Estes grandes princípios, Sr. Presidente e Srs. Deputados, dão-nos coesão e capacidade de ver claro, mesmo quando há situações novas.

Temos princípios. Mas teremos prioridades? Srs. Deputados, com toda a franqueza, este debate revela claramente que sim. E não apenas que sim mas também que são prioridades largamente partilhadas. Prioridade no combate à droga; prioridade na segurança escolar; prioridade na protecção de grupos sociais mais vulneráveis, inclusive, naturalmente, os idosos; novos meios e mais capacidade de decisão. Isso existe neste momento.

A prevenção tem também uma grande e crucial importância. Não se trata só de punir quem mata; trata-se, sobretudo, de evitar que alguém mate. E todos estamos cientes de que essa é a questão principal.

É também preciso capacidade de decisão. E essa capacidade de decisão existe. Tomem, como exemplo, o caso

das lanchas. E aqui permitam que me detenha um pouco, porque passei anos a reivindicar lanchas, perante um muro de betão, enquanto o Sr. Ministro Dias Loureiro me ia explicando por que não. De facto, foi uma conversa um pouco tortuosa, na qual fomos sempre obtendo respostas negativas. E, no fim de contas, qual era a dificuldade principal do PSD? No fundo, a dificuldade do PSD era que, mesmo que lograsse dinheiro, não se entendia para saber que polícia ficava com as lanchas. E, assim, perdemos uma quantidade de anos no combate ao tráfico, sobretudo em zonas onde as redes poderosissimas utilizam lanchas rapidíssimas para traficar volumes chocantes de droga.

Um outro aspecto que julgo claramente positivo na acção governamental e que nos é comum, não é um monopólio do Governo, é a percepção que temos de que os cidadãos pedem de nós mais coisas com o mesmo dinheiro e mesmo com mais dinheiro pedem mais eficácia.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Para além daquela que os senhores estão a dar!

O Orador: — Isso obriga as polícias e o Governo a um esforço de selectividade. Creio que, deste ponto de vista, a política governamental é moderna. É que não se trata de vigiar tudo e todos, de instaurar um Estado policial, ou de colocar um polícia atrás de cada porta, o que seria, de resto, virtualmente impossível ou talvez só fosse possível virtualmente, mas não era seguramente desejável. Trata-se, sim, de ser selectivo, de saber quais são os lugares de periculosidade, de os identificar, de colaborar com as comunidades e com o poder local, que têm um conhecimento único do terreno e um sentido agudo das prioridades, porque conhecem os meios sociais. É preciso articular, articular e articular. E disparar — salvo seja! —, isto é, desenvolver políticas com objectivos precisos. Trata-se de fiscalizar entidades perigosas, de ter um sentido claro do uso dos meios, de poupar dinheiro, porque também devemos poupar dinheiro nestas áreas.

Uma penúltima observação e reflexão, Srs. Deputados, é esta: não temos uma atitude imobilista, como já resultou claramente da nossa disponibilidade para as vossas propostas e da nossa atitude em relação ao cumprimento do nosso programa, a que somos fiéis. Queremos que muita coisa mude, mas precisamos da vossa ajuda para que essas coisas mudem. Dou o exemplo da mudança constitucional. O PS tem propostas, que, aliás, já discutimos, para desbloquear julgamentos boicotados por ausências estratégicas premeditadas, e essas propostas podem ser aprovadas. Temos propostas para facilitar a extradição de criminosos, para clarificar os poderes das polícias em matéria de identificação de suspeitos — e não de quaisquer cidadãos, mas de suspeitos verdadeiros e próprios. Essas propostas, Srs. Deputados, merecem claramente dois terços, mas precisamos dos vossos votos, não podemos executar o nosso programa sem a vossa colaboração.

Por outro lado, a autoridade do Estado, Srs. Deputados, não resulta da proclamação reiterada, em palavras, de que a autoridade é precisa e menos ainda da violência arbitrária, cega e mal conduzida. Resulta, sim, de medidas. E pergunto-vos se não merecem largo aplauso estas medidas que o Governo nos traz: novos meios de prevenção; articulação entre a segurança pública e a privada; mais efectivos; mais instalações; mais meios — inclusivamente alguns que nunca existiram em Portugal; mais rapidez na investigação criminal; melhor funcionamento dos tribunais; maior articulação com o Instituto de Reinserção Social e

as comissões de protecção de menores, por exemplo; resposta em áreas-chave, como a das informações; coordenação, como princípio geral; novas tecnologias, como metodologia e ferramenta moderna, sem as quais não há polícias eficazes perante criminosos cada vez mais sofisticados, além de «pilha-galinhas», como é típico; celeridade processual para garantir eficácia.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Isso é a visão cor-de-rosa da segurança!

O Orador: — Porém, há questões em aberto, a cuja dificuldade somos sensíveis, como o sigilo bancário. A Sr.^a Deputada de Os Verdes aventava o seu levantamento. Mas podemos fazê-lo? Assim, sem mais? Seguramente, não! É uma questão que deve ser estudada cuidadosamente.

O reposicionamento das forças policiais no terreno é uma questão igualmente melindrosa, que vai ser considerada cuidadosamente, assim como a cooperação internacional das polícias.

A minha última observação tem a ver com as propostas da oposição. Os Srs. Deputados têm o nosso «sim», quanto à sua consideração urgente, quanto à consideração diligente das vossas iniciativas, de todos os partidos, do PP, do PCP, do PSD. Mas não se esqueçam de que há propostas do Governo...

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Ah! Também há!

O Orador: — ... e que essas propostas são relevantes, estão a ser estudadas por comités vários e pelos membros do Governo e merecem o nosso apreço. E também não se esqueçam de que é preciso dar cumprimento a calendários constitucionais, designadamente em relação ao Orçamento e a outros instrumentos.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a sua bancada pede-me que lhe chame a atenção para a gestão do tempo do seu grupo parlamentar.

O Orador: — Sr. Presidente, não esgotarei 16 minutos, que é o que está combinado.

Com estes meios, Sr. Presidente e Srs. Deputados, com a conjugação de esforços e com o sublinhar daquilo que é essencial, a nossa convergência básica de princípios, conseguiremos elevar a confiança dos cidadãos, melhorar a segurança interna e cumprir a Constituição.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Se tudo o que os portugueses, desde ontem, têm vindo a ouvir acerca de medidas destinadas a combater a criminalidade pudesse ser levado a sério, estariam a viver um momento verdadeiramente histórico no combate ao crime.

Assistimos, desde ontem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, à abertura das propostas de um verdadeiro concurso de ideias sobre o combate ao crime, bem à maneira do sensacionalismo televisivo, actualmente em voga.

Pela nossa parte, não embarcamos nessa onda. A segurança dos portugueses não passa por invencionices, tira-

das demagógicas ou coelhos saídos da cartola. A segurança dos portugueses exige mais vontade política e dispensa bem tanta criatividade mediática.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os níveis de criminalidade que persistem no nosso país são efectivamente preocupantes. Não dizemos, como alguns, que a criminalidade e a delinquência crescem em cada dia que passa. Não difundimos ideias alarmistas, destinadas a legitimar concepções repressivas ou medidas de exceção. Não pactuamos com quaisquer ideias de retorno a soluções punitivas medievais, que substituem a ideia de justiça pelo desejo de vingança.

Vozes do PCP e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O que dizemos, com a convicção de não estar longe da realidade, é que a insegurança das populações atingiu entre nós um patamar preocupante, que inquieta justamente os cidadãos, e que não têm sido tomadas, de facto, pelo actual Governo, medidas capazes de melhorar esta situação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A verdade é que não há discurso cor-de-rosa capaz de esconder o facto de o consumo e tráfico de drogas continuarem fora de qualquer controlo e de convencer os cidadãos de que é hoje menor que ontem o risco de ficarem sem auto-rádio ou de serem assaltados à mercê de uma qualquer seringa ou arma branca.

A realidade com que hoje ainda nos confrontamos reflecte com toda a clareza que o Governo não retirou as ilações que devia das críticas que os seus próprios membros fizeram, durante anos, às políticas do PSD. A verdade é que a política de segurança interna não mudou como deveria e como é inquestionavelmente necessário que mude.

Não creio que valha a pena deter-me em balanços exaustivos de tudo o que se esperava que tivesse mudado e, no entanto, persiste em manter-se.

A política das superesquadras continua por aí, com todas as suas consequências, com esquadras de bairro encerradas, ou, na melhor das hipóteses, a funcionar como postos de atendimento.

A superesquadra dos Olivais, com uma área que abrange, no dizer dos seus responsáveis, uma população estimada em 700 000 pessoas, dispõe de seis carros-patrulha, seis!

Os mais recentes relatórios das forças policiais continuam a lamentar os milhões de diligências processuais que os agentes da PSP e da GNR são obrigados a assegurar, com prejuízo das suas missões próprias.

A GNR mantém-se como corpo militar. O associativismo policial, naturalmente admitido em quase toda a Europa, continua, em Portugal, a ser perseguido pela hierarquia policial e pelo MAI.

Continuam a verificar-se situações condenáveis no relacionamento entre as forças de segurança e os cidadãos, que colocam o cidadão comum entre o temor dos delinquentes e o receio dos polícias.

Os relatórios mais recentes sobre a actividade operacional das forças de segurança continuam a dedicar extensas referências às manifestações de agricultores, em luta pelo escoamento dos seus produtos, ou às lutas dos trabalhadores, em defesa dos seus postos de trabalho ou do pagamento de salários em atraso, como se de criminosos

ou arruaceiros se tratasse, como se reivindicar a garantia de direitos fundamentais pudesse alguma vez ser considerado como uma actividade delituosa.

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Mas mais do que lamentar a realidade que temos, o que hoje nos parece mais importante é afirmar os traços essenciais de uma política de segurança interna que não se fique pelos fogachos ou pelas jogadas politiqueiras, mas que reflecta uma vontade política séria de investir mais e melhor na segurança dos cidadãos.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Importa a este respeito dizer que, não hoje, mas logo no início desta Legislatura, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português apresentou nesta Assembleia um projecto de lei, que aguarda apreciação, contendo um conjunto de grandes opções de política de segurança interna e definindo medidas imediatas para defesa da segurança dos cidadãos.

Para o PCP, é fundamental e urgente a aprovação, na Assembleia da República, de uma Lei de Grandes Opções de Política de Segurança Interna que determine uma maior aproximação entre a polícia e os cidadãos e a dotação das forças de segurança com meios suficientes e adequados; que ponha de parte as actuações repressivas que atentam contra os direitos dos cidadãos; que dinamize a intervenção das populações, das comunidades e das autarquias na discussão de soluções para os problemas de segurança; e que altere o dispositivo das forças de segurança, por forma a assegurar o seu empenhamento prioritário em acções de prevenção da criminalidade e de garantia da segurança e tranquilidade das populações.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Entendemos que a distribuição de esquadras e postos deve ser feita por forma a assegurar a desejável proximidade dos cidadãos, pelo que a respectiva rede deve cobrir o maior número possível de localidades, devendo ser tidas em conta, nomeadamente, a densidade populacional, as características do meio do ponto de vista da criminalidade e a distância entre esquadras e postos.

Entendemos que o policiamento das áreas urbanas deve ser feito através da Polícia de Segurança Pública, tendo em conta as características próprias desta força de segurança.

Entendemos que, quanto à distribuição dos recursos humanos, esta deve permitir um patrulhamento eficaz e constante, com especial atenção às imediações de instalações escolares e às zonas de maior risco, e que devem ser especialmente afectados às missões específicas de segurança interna, pelo que outras missões, designadamente as diligências judiciais, devem ser asseguradas por estruturas próprias dos tribunais.

Entendemos que devem ser tomadas as medidas necessárias para assegurar a adequada formação cívica dos agentes das forças de segurança e que estes devem pautar o seu relacionamento com os cidadãos de acordo com as normas constantes de um código deontológico a aprovar por decreto-lei, ouvidas as respectivas associações sócio-profissionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que faz falta à política de segurança interna não são invenções mediáticas, é sobretudo vontade política.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O que é necessário é que seja assumido, de uma vez por todas, que as esquadras que foram encerradas desde 1992 fazem falta às populações e devem ser reabertas e que a política de concentração de efectivos não melhora as condições de segurança e deve, por isso, ser alterada.

O que é necessário e urgente, é promover a transferência de efectivos afectos aos corpos de intervenção para o dispositivo territorial das forças de segurança e afectá-los às missões de patrulhamento e outras destinadas a assegurar a tranquilidade dos cidadãos.

O que é necessário e urgente é reforçar com toda a urgência as secretarias judiciais com novos funcionários, tendo em vista a realização das diligências que vêm sendo efectivadas por agentes das forças de segurança, permitindo, desta forma, libertar estes agentes para o exercício das suas missões fundamentais de garantia da segurança dos cidadãos.

O que é necessário e urgente é regulamentar a legislação sobre os serviços municipais de polícia aqui aprovada, que continua a aguardar regulamentação necessária à sua vigência, o que permitiria libertar as polícias de muitas funções meramente administrativas que, presentemente, as ocupam.

O que é necessário e urgente, em suma, é ter vontade política para modernizar as polícias e criar as condições adequadas para que os cidadãos se sintam efectivamente mais seguros.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça.

O Sr. Ministro da Justiça (José Vera Jardim): — Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Deputados: Antes de iniciar a minha intervenção, quero dirigir-me, pessoal e directamente, ao Sr. Deputado Luís Marques Mendes, mas, como ele não está, vou pedir aos Srs. Deputados da bancada do PSD que lhe dirijam, em primeiro lugar, os meus agradecimentos pessoais, como responsável pela Polícia Judiciária, pelo elogio público que ele teve ocasião de fazer a esta força policial, que é, aliás, a meu ver, inteiramente legítimo e fundamentado.

E já agora peço que dirijam também ao Sr. Deputado Luís Marques Mendes um pequeno repto, um convite. Visto que o Sr. Deputado insistiu tanto no aumento abissal e estrondoso das associações criminosas — aliás associações criminosas para o tráfico de droga, visto que o crime organizado entre nós está muito limitado a esse tipo de actuação e, naturalmente, ao branqueamento, que lhe está adstrito —, permitir-me sugerir-lhe que perdesse alguns momentos da sua inspiração, que é muita, e da sua inteligência, que ainda é maior, para pôr uma questão. No caso dos crimes do tipo das associações criminosas, que não aparecem, não se anunciam, não deixam rasto, não são como a burla, como o homicídio ou a violação, gostaria que perguntasse a si próprio se esse aumento enorme das associações criminosas de um ano para o outro não será

em grande parte devido à boa actuação das forças policiais.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Que um debate sobre a segurança e a criminalidade englobe a análise e discussão da política criminal, nada de mais ajustado e racional.

Este é um debate difícil, porque se situa no âmago do Estado de direito e dos direitos e garantias dos cidadãos, porque as certezas nesta matéria são sempre muito relativas, porque o modelo de política criminal, tendo de se basear nos valores éticos fundamentais da sociedade, exige amplos consensos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O crime e as penas estão, hoje, no centro do debate político por toda a Europa. Sentimentos de insegurança, agravados, nos últimos anos e, em especial, nos últimos meses, a partir de casos que, pela sua perversidade, violência e desprezo dos mais elementares princípios da vida, percorrem as nossas sociedades.

Vivemos em sociedades abertas e plurais, em que a informação sobre o crime e os criminosos está presente diariamente nas nossas casas, com escalpelização até aos pormenores mais violentos e brutais do crime e dos seus efeitos devastadores na vida das pessoas.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Não era assim quando o PS estava na oposição!

O Orador: — A insegurança, Srs. Deputados, faz parte, hoje, do quotidiano das pessoas e as reacções ao crime e aos seus autores reflectem, naturalmente, posições compreensíveis, mas que, por vezes, tendem a ultrapassar os limites éticos em que se basciam necessariamente as nossas democracias.

A vingança, o desejo de exclusão perpétua do nosso viver colectivo e a violência como resposta única à violência começam a ganhar raízes e a influenciar negativamente o ambiente social e político da Europa deste fim de século.

Quereria que este e outros debates que se deverão seguir fossem marcados pela firmeza de propósitos de encontrar as melhores vias de lutar contra a criminalidade e de defendermos, sem descanso, os valores próprios fundadores da nossa convivência social, da segurança dos portugueses e da nossa democracia.

Acho que este tem de ser um profundo debate político, acessível a todos, claro nos seus objectivos e nos seus propósitos, um debate fundador de consensos, mas — atenção! — um debate vivo que não escamoteie nenhuma questão, nenhum dado, nenhuma das possíveis opções.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E deve ser sobretudo um debate sereno. Não se discutem a sério questões de segurança e criminalidade em ambiente de crispação.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Perante as múltiplas intervenções, sondagens, artigos de opinião que, nas últimas semanas, têm

vindo a lume a este propósito, bem gostaria de sujeitar ao crivo da vossa crítica e dos vossos contributos muito do que o Ministro da Justiça tem procurado elaborar e pensar sobre os novos meios da política criminal.

O tempo é pouco para tudo dizermos e tentarei dizer o fundamental em *flashes*, que espero possam claramente deixar aqui perante VV. Ex.^{as} o que pensa o Governo das múltiplas e difíceis questões que se levantam nesta matéria e também do método como devem ser abordadas.

Primeiro *flash*: devemos fugir do que parece simples e imediato e encarar as questões de segurança e de criminalidade na sua globalidade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A tentação do mais simples é a pura e simples alteração das leis penais: mais criminalização, com a criação de mais tipos de crimes; mais e maiores penas de prisão; menos liberdade condicional; menos regimes abertos para os reclusos. É a espiral legislativa, como lhe chamam os criminosos. É o mais fácil de fazer e é, portanto, a tentação imediata.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Nunca deu resultados duradouros. Pode dar, e tem dado alguns casos, poucos, resultados no curto prazo, mas, mais ou menos rapidamente, tudo volta à situação precedente.

Perguntem ao Ministro da Administração Interna britânico que, durante dois anos viu descer o crime e, portanto, a razão ao seu grande lema *prision works*, e, neste momento, o crime e o crime violento sobem novamente em flecha em Inglaterra.

O Sr. José Magalhães (PS): — É um facto!

O Orador: — Significa isto que nada haja que fazer nesta matéria? Não! Há coisas, há muitas coisas a fazer. Já delas falaremos, mas desgarradas e isoladas do conjunto não são decisivas para combater a criminalidade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Segundo *flash*: privilegiar a prevenção. Na política criminal, como em muitas outras políticas, o ditado do «mais vale prevenir que remediar» tem plena aplicação.

A prevenção é um dos instrumentos fundamentais de qualquer política criminal digna desse nome. Escolher objectivos, elaborar programas, envolver activamente os cidadãos, as autarquias, as organizações sociais, as forças policiais numa política geral de prevenção criminal é um passo decisivo na contenção do crime. É o mais difícil de fazer, mas rende dividendos a dobrar. Mais polícias na rua e mais próximos dos cidadãos, conselhos municipais de segurança, comissões de protecção de menores, desenvolvimento de programas específicos para populações alvo, carreando o contributo de vários departamentos do Estado e sensibilizando a sociedade civil, é a melhor forma de estancar o fenómeno criminoso à nascença.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Muito bem!

O Orador: — A luta contra a pobreza e a exclusão, o rendimento mínimo garantido, a prevenção e terapêutica da toxicodependência são aqui contributos essenciais.

Noutro plano preventivo há medidas legislativas a implementar, designadamente, como já anunciado pelo Governo, no que respeita às condições de concessão de licença de uso e porte de arma e maior controle de explosivos.

A prevenção, quando encarada como um projecto, envolvendo a sociedade no seu conjunto, tem sido o meio mais eficaz de combate à criminalidade. Exemplos de outros países são claríssimos nesse sentido. O Japão, a Suíça e Israel são os três únicos países no mundo civilizado da nossa matriz que conseguiram duradouramente manter o crime em descida.

Terceiro flash: identificar claramente a situação da criminalidade. As estatísticas do crime dão-nos uma visão do que é o crime praticado em Portugal. Juntamente com os inquéritos de vitimação fornecem-nos um retrato que se aproxima do retrato real.

No que se refere a certo tipo de criminalidade — a criminalidade violenta —, o quadro estatístico é, apesar de tudo, uma boa base de trabalho. Em comparação com os países da Europa Ocidental, a taxa de criminalidade violenta é baixa e tem-se mantido em níveis idênticos em período recente.

Já a criminalidade patrimonial, em especial a pequena criminalidade, tem tido nos últimos anos tendência para agravamento, com a única exceção do primeiro semestre deste ano, em que houve abrandamento claro.

O crime mais violento em Portugal (homicídio e ofensas corporais) é um crime de proximidade, muitas vezes familiar, provocado por desavenças patrimoniais ou pessoais, em que na maior parte dos casos o seu autor não tem passado criminal e não terá futuro criminal, depois de sair da cadeia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A criminalidade organizada fora do âmbito do tráfico de droga, da moeda falsa e da corrupção não tem expressão significativa em Portugal. O crime do chamado grupo do multibanco, caso grave e crapuloso, é um exemplo praticamente único, nos últimos tempos. Atenção especial, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, requerem as organizações de traficantes de droga e de mulheres e as paralelas, senão as mesmas, organizações de branqueamento de capitais.

Em contrapartida, Portugal tem um sistema de execução das penas com características de severidade, quando comparado com os dados da sua situação criminal.

Temos a taxa mais elevada de presos da Europa, juntamente com a Grécia; temos uma taxa das mais elevadas de prisão preventiva (superior só a de Itália); e as nossas penas médias cumpridas por recluso são as mais altas da Europa, segundo as estatísticas do Conselho da Europa.

Quanto às medidas não detentivas, elas são de muito pouca aplicação.

Um simples exemplo: o trabalho a favor da comunidade é praticamente inexistente como pena entre nós, quando em certos países atinge já taxas superiores a um quarto do total das penas aplicadas.

A tão recentemente falada liberdade condicional, a merecer atenção por parte de muitos comentadores e não só, aparece a público de uma forma simplista. Diz-se que todos os reclusos saem em liberdade condicional. Diz-se que nenhum recluso cumpre a pena por inteiro. Ora, a verdade, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é bem diferente, pelo contrário, a concessão de liberdade condicional acusa de ano

para ano uma tendência para decréscimo claro. Em 1986, 64 % dos processos mereciam decisão favorável; em 1995, já eram 42 %; e, no primeiro semestre deste ano, desce para 38 %.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — O que significa que pouparamos decisões ao juiz!

O Orador: — Apenas 38 %, ou seja, 38 em cada 100 reclusos saem em liberdade condicional. É, pois, inteiramente falso tudo o que se espalhou, de que ninguém cumpre as penas todas, de que toda a gente sai a meio da pena. Não é assim!

Mas, Srs. Deputados, os estudos sobre esta matéria continuam no Ministério da Justiça e ser-vos-ão dados nos próximos dias, crime por crime.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Quarto, incluir a reforma processual nos objectivos de política criminal. O crime tem de ser julgado mais rapidamente. Este é também um dos contributos mais decisivos na criação de um clima de paz social na comunidade.

O processo penal tem de dar amplas garantias de defesa aos arguidos; mas tem de distinguir entre a pequena e média criminalidade e a grande criminalidade. O nosso processo penal não responde minimamente às condições de celeridade dos processos. Uma perspectiva pura e excessivamente garantística acaba por ser desfavorável ao próprio arguido e contribui para criar a sensação de grande desconforto entre os cidadãos.

Entre o «julgamento» pela opinião pública e o julgamento judicial medeiam anos, muitas vezes de angústia para todos: vítimas, arguidos, forças policiais. Há que simplificar todo o sistema de notificações e comunicações, terminar com o instituto da contumácia, rever o sistema de recursos, criar processos abreviados para as bagatelas penais e o crime «evidente», encarar seriamente formas simplificadas de resolução de conflitos, dar prioridade em certo tipo de crimes à satisfação do interesse da vítima, colocando a punição como seu instrumento adequado.

Quinto, reforçar os meios ao serviço do Ministério Público e da Polícia Judiciária. As estruturas e meios dos órgãos de Estado, que tem a seu cargo a luta contra a criminalidade mais grave, estão carecidas de intervenção urgente e profunda. Intervenção ao nível dos instrumentos legais e dos meios técnicos e organizativos ao seu dispor.

Já iniciámos esta tarefa com a apresentação e posterior aprovação da lei da droga e do novo quadro de actuação da Polícia, com a celebração de protocolo, de que V. Ex.^a tão mal diz...

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — O tal!... O tal!...

O Orador: — ... mas teve de meter um no bolso e nós não metemos nenhum no bolso. Está aí assinado e para durar.

Aplausos do PS.

Está assinado e para durar! E depois falam VV. Ex.^{as} em autoridade do Estado! Tiveram de o meter no bolso, vieram fazer uma lei e depois o protocolo... Oito meses e nada!

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Não vale a pena!

O Orador: — Dizia eu, já iniciámos esta tarefa com a apresentação e posterior aprovação da lei da droga e do novo quadro de actuação da Polícia, com a celebração de protocolo e com a direcção estratégica e táctica atribuída à Polícia Judiciária na luta contra o tráfico. Demos agora mais um passo decisivo na resolução de um problema vital para a investigação criminal ao exigir o cumprimento, em prazo curto, da lei relativa às escutas telefónicas, no que diz respeito aos telemóveis. Os investimentos serão feitos agora prioritariamente na área do tratamento da informação processual da Polícia Judiciária, praticamente no zero quando este Governo tomou posse.

A reorganização do Ministério Público a apresentar ainda até ao fim do ano nesta Assembleia e a aprovação dos serviços de apoio à investigação da criminalidade económica são elementos fundamentais para que esta magistratura possa enfrentar melhor as suas tarefas mais relevantes: a direcção da investigação e o exercício da acção penal.

Sexto, atenção especial à delinquência juvenil. É hoje um dos aspectos prioritários da luta contra o crime. A carreira criminosa inicia-se tragicamente cedo e cada vez mais cedo, Srs. Deputados. São conhecidas as razões e são conhecidas também as carências.

Sobre esta matéria não me vou alongar muito, pois trata-se de uma matéria que ultrapassa naturalmente a capacidade do Ministério da Justiça. Tem de ser uma matéria de acção conjunta da Solidariedade, da Educação, da Juventude, da Justiça e da Administração Interna.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A nova lei tutelar de menores virá dar corpo a parte do quadro legal necessário e estará pronta para vossa apreciação em curto prazo de tempo. A instalação das Comissões de Protecção de Menores de Lisboa, Porto e Coimbra virá permitir seguir em frente como um dos objectivos prioritários da política do Governo nesta matéria: desjurisdicinalizar onde é possível, julgar o necessário, dar à criança e ao jovem um estatuto de cidadania.

Sétimo, reforma global da execução das penas. Terminada a reforma de menores iniciar-se-á a reforma da execução das penas. Ela inclui, entre outros temas, a revisão do direito penitenciário e dos tribunais de execução das penas e as adaptações necessárias nas medidas alternativas à prisão, nos regimes abertos de reclusão, nas alternativas à prisão preventiva, através do controlo longínquo adequado.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Havemos de o discutir proximamente nesta Assembleia, Srs. Deputados.

Guardo, naturalmente, para a discussão do Orçamento do Estado a apresentação a VV. Ex.^{as} do enorme esforço que vai ser feito para melhorar e dignificar o nosso sistema prisional. É um sistema que em muitos aspectos não nos honra, que sofre dos maus sobejamente conhecidos de VV. Ex.^{as} e que se compadece muito pouco com os objectivos de ressocialização, que são e deverão continuar a ser a matriz fundamental da nossa «constituição penal».

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, alterações ao Código Penal. Guardei propositadamente para o fim aquilo que, em meu entender, só tem sentido quando incluído numa política criminal coerente e global.

Passaram os tempos de estabilidade dos códigos penais feitos para durarem séculos. Hoje, nem dezenas de anos ficam incólumes, pelo contrário, o Direito Penal deve estar atento ao surgimento de novos bens jurídicos, de novas formas de criminalidade, procurando constantemente a resposta mais eficaz. E a prova disso, Srs. Deputados, deram-nos os Ministros da Justiça e da Administração Interna no último Conselho, em Dublin, unindo-se como um todo, como um todo, sem exceção, na luta às novas formas de criminalidade, na entrega à Europa, onde novas funções, designadamente o tráfico de mulheres e de crianças, e na luta contra a pedofilia. É um problema europeu, não é só um problema nosso, mas é também um problema nosso.

Nesse sentido, o Governo está atento às necessidades de adaptação da trave-mestra da política criminal, que é o Código Penal, às novas realidades da sociedade portuguesa.

Assim, apostado em prosseguir uma política criminal verdadeiramente eficaz, e não aureolada de demagogia fácil, empenhado em assegurar a defesa da sociedade no seu todo e, em especial, a defesa da vítima, o Governo vai propor à análise de VV. Ex.^{as}, nos próximos dias, as seguintes medidas: primeira, restrição do regime de liberdade condicional, que, em regra, não será aplicável a casos de reincidência ou de concurso de infracções que envolvam crimes contra as pessoas, como o homicídio, as ofensas graves, o sequestro e a violação, ou crimes de perigo comum, como, por exemplo, o de explosão, punidos com prisão superior a cinco anos. Pretende-se, assim, pôr cobro a uma situação de injustiça relativa que não distingue entre a prática de um só ou de vários crimes nos casos mais graves, como o de homicídio qualificado.

Segunda, alteração da regra de concessão automática da liberdade condicional quando, abstraindo da necessidade de prevenir a prática de futuros crimes, o condenado haja cumprido 5/6 da pena. Assim, se houver receio de reincidência, a liberdade condicional não poderá ser concedida, mesmo após o cumprimento dos 5/6 da pena.

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — Terceira, elevação do limite máximo da pena relativamente indeterminada, aplicável a delinquentes especialmente perigosos. Actualmente, a pena só pode atingir o limite de 25 anos num número restrito de casos, como os de homicídio qualificado e concurso de crimes.

Quarta, introdução de uma regra de aplicação de penas relativamente indeterminadas a arguidos reincidentes ou condenados por concurso de infracções que envolvam crimes contra as pessoas ou crimes de perigo comum punidos com prisão superior a cinco anos. Nestes casos, a reiteração da actividade criminosa constitui um índice de perigosidade que justifica a aplicação deste regime especialmente severo.

Quinta, consagração de medidas de segurança restritivas da liberdade — injunções e regras de conduta, incluindo tratamentos médicos — a imputáveis perigosos aos quais não haja sido aplicada pena relativamente indeterminada. Também nestas situações se pretende criar um «patamar de reintegração social» entre o cumprimento da prisão e a liberdade plena.

Sexta, eliminação de incongruências que se verificam na tipificação de crimes do Código Penal, incluindo o reforço da defesa de vítimas especialmente débeis, como as crianças, os idosos, os deficientes e as mulheres grávidas e abrangendo a criminalização ou agravamento penal da pedofilia, da pornografia infantil e do tráfico de mulheres. Esta orientação foi propugnada pelo PS, Srs. Deputados do PSD, num pedido de ratificação do Código Penal apresentado durante a última legislatura e recusado *in limine* pelo PSD.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Infelizmente, Srs. Deputados, os acontecimentos ocorridos recentemente um pouco por toda a Europa vieram demonstrar quanto tínhamos razão e quanto continuamos a ter razão em existir.

Aplausos do PS.

Tais medidas inserem-se numa linha de rumo coerente que, repete-se, procura reforçar a defesa de bens jurídicos e a tutela da vítima.

Protestos do Deputado do PSD Miguel Macedo.

Sr. Deputado, se precisar de algum esclarecimento, estou disponível para dar-lho no fim do debate.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, permita-me que o interrompa para o informar de que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista lhe concedeu cinco minutos.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Orador: — Pelo contrário, todos os clamores do PSD só podem ser tomados como pretexto para uma fácil exposição pública ou, em alternativa, o que merece medição, como retractação relativamente a um Código Penal que este partido, isoladamente, aprovou há um ano, por ter rejeitado um conjunto de propostas por nós apresentadas e em que insistímos para gerar um consenso muito amplo à volta do Código Penal.

Se assim for, ou seja, se se tratar efectivamente de uma auto-retractação, regista-se a autocrítica e ganha-se um elemento importante para as reformas necessárias da política criminal.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, penso ter sido claro quanto aos objectivos e aos métodos na exposição do pensamento do Governo. O futuro dirá quem assume as suas responsabilidades. Esperamos que todos o façam. Os portugueses esperam-no também e merecem-no.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. Presidente: — Para formularem pedidos de esclarecimento ao Sr. Ministro da Justiça, inscreveram-se os Srs. Deputados Luís Queiró, Maria José Nogueira Pinto e Isabel Castro.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, de acordo com o quadro de registo dos tempos, o PSD já não dispõe de tempo neste momento mas, como estamos em sede própria e verdadeiramente no quadro de uma interpelação política do PSD ao Governo, do tempo que nos foi atribuído disponibilizamos aquele de que o PSD necessitar para interpelar agora o Governo, que é o momento útil para o fazer.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, agradecemos o gesto do Sr. Deputado Jorge Lacão mas queremos dizer, muito simplesmente, que é o meu grupo parlamentar, na qualidade de interpelante, quem ajuíza do momento oportuno de interpelar o Governo e não o Sr. Deputado nem a sua bancada.

O Sr. José Magalhães (PS): — Não quer tempo? Já percebemos!

O Orador: — VV. Ex.^{as} têm tendência para mandar em todo o lado mas na nossa bancada mandamos nós!

Por outro lado, quero dizer-lhe que colocámos muitas questões ao Sr. Ministro da Administração Interna, por entendermos que é nessa área que incide basicamente o problema desta interpelação, às quais não obtivemos resposta.

O Sr. José Magalhães (PS): — Nem querem obter!

O Orador: — Portanto, VV. Ex.^{as} podiam ter pedido ao Sr. Ministro da Justiça que complementasse as respostas que o Sr. Ministro da Administração Interna não deu.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Queiró.

O Sr. Luís Queiró (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Justiça, ouvi com a maior das atenções a sua intervenção e gostava de lhe dizer que ficou claro — o que é criticável ou não — haver na área da justiça uma visão de conjunto sobre as questões relativas ao sistema penal e à segurança, as quais estão associadas, como se prova pelo debate que aqui nos trouxe.

O Sr. Ministro elencou aquilo a que chamou vários *flashes* e irei debruçar-me sobre um. Antes, porém, sempre lhe direi que é possível tirarmos algumas conclusões deste debate, a primeira das quais é consensual quanto ao clima geral de alguma insegurança colectiva que se vive no país. Dou-lhe apenas um número que retive, pois fui-me entretendo com a leitura dos relatórios das forças de segurança. Verifiquei que, por exemplo, no âmbito da criminalidade, foram assinaladas, só na PSP de Lisboa e durante o primeiro semestre, 36 000 ocorrências.

Sem contar com o décimo terceiro mês, no fim do ano poderemos dizer que houve cerca de 72 000 ocorrências ligadas à criminalidade.

Se correspondem à verdade alguns estudos e intervenções de pessoas autorizadas, no sentido de que apenas 25 a 30 % dos crimes são participados, podemos estar a falar

de cerca de 250 000 ocorrências criminais só no âmbito da PSP de Lisboa.

O Sr. Osvaldo Castro (PS): — Aí há muitos cheques!

O Orador: — Ora, isto já representa claramente uma ferida social a que urge dar resposta política mas o sistema penal e de segurança português não protegem devidamente o bem nem castigam convenientemente o mal e acho que isso ficou claro neste debate.

Penso igualmente que esta intranquilidade pública advém muito mais da pequena criminalidade, do furto, de casos como o da pessoa que sai à rua e desconhece se, quando regressar, encontra ou não a sua casa assaltada, daquela que, ao deixar o rádio no seu automóvel, não sabe se o vidro estará ou não partido ou daquela ainda que, quando vai ao Multibanco, ignora se está a utilizá-lo ou não com tranquilidade. Para esta criminalidade, que é conhecida pela «bagatela penal», teria sido ou não possível ao Governo andar mais depressa?

Quer saber de que forma, Sr. Ministro? Vou dar-lhe um exemplo. Por que razão não é alargado o âmbito de aplicação das formas especiais, sumárias e summaríssimas, de processo? Por que é que o delinquente não encontra, hoje, uma resposta processual adequada, sabendo que a sua única «safra» à prática do crime é não ser apanhado pelas forças policiais? Porque se o for, logo nos dias seguintes é julgado, condenado e, efectivamente, cumpre uma pena.

Talvez isto esteja muito para além da questão do aumento das penas, dos efectivos policiais e do problema de haver mais ou menos liberdade condicional, porque tem a ver com uma reforma que, do meu ponto de vista, é urgente fazer na legislação processual penal. Julgo que afi sim, se encontraria uma resposta evidente. É que se o delinquente, o agente da prática do crime souber que está na iminência de ser castigado, caso seja apanhado, será levado a sofisticar os seus meios de fuga, caso contrário é castigado pelos sistemas penal, judicial e prisional.

Ora bem, é esta reforma para acelerar e simplificar o sistema penal...

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr. Deputado, por que terminou o tempo de que dispunha e há mais uma Sr.^a Deputada do Grupo Parlamentar do CDS-PP inscrita para pedir esclarecimentos.

O Orador: — Sr. Presidente, não querendo ser adivinho, julgo que a minha colega de bancada prescindirá do uso da palavra.

O Sr. Presidente: — De qualquer modo, já terminou o tempo de que dispunha, Sr. Deputado.

O Orador: — Exactamente, Sr. Presidente, faz muito bem em lembrar-me, porque continuo a ser um caloiro ao fim de um ano, devido a uma longa suspensão do mandato!

O Sr. Presidente: — Um caloiro, mas que sabe muito!

O Orador: — A minha questão é esta, Sr. Ministro: por que razão se limitou, nesse seu *flash* sobre a simplificação da legislação processual penal, a ficar por uma vaga intenção ou um vago desejo de atacar esta reforma legislativa?

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, havendo mais oradores inscritos para pedidos de esclarecimento, V. Ex.^a deve responder já ou no fim?

O Sr. Ministro da Justiça: — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então, e porque a Sr.^a Deputada Maria José Nogueira Pinto prescinde, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Justiça, penso que não nos trouxe um *flash* mas, sim, uma visão integrada e global da intervenção do Governo em matéria de justiça.

A questão que quero colocar-lhe tem a ver com um primeiro aspecto que abordou e que me parece extremamente delicado, porque diz respeito a uma área complexa, que tem de ser tratada sem beliscar a liberdade de imprensa, a qual tem a ver com o modo como alguma imprensa trata a criminalidade. Refiro-me ao papel pernoso que isso tem na opinião pública, a forma como condiciona e atemoriza os cidadãos e, porventura, contribui para que mais pessoas queiram ou sejam receptivas a soluções que, em nosso entender, não são aceitáveis do ponto de vista penal.

Para além do mais, penso que essa acção funciona como um factor de pressão que se reflecte, mais tarde, na atitude dos magistrados quando optam, gradualmente e cada vez menos, por outro tipo de soluções para a delinquência.

Sendo esta uma matéria delicada, que exige um debate aprofundado e uma boa dose de bom senso, como é que o Governo pensa colocar esta questão em discussão, tendo em conta, em particular, o papel da televisão neste domínio?

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Odete Santos. Como já não dispõe de tempo, a Mesa concede-lhe 2 minutos para o efeito.

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Justiça, penso que o discurso de V. Ex.^a trouxe muitas ideias importantes e interessantes, sobre as quais iremos meditar, na perspectiva da necessidade de um combate à criminalidade. V. Ex.^a não enveredou por um caminho que, de facto, me parece fácil, o de declarar por um terror penal que não resolveria absolutamente nada, que, ultimamente, tem sido seguido.

Aliás, durante este debate, assisti a algo curioso, que foi ver o PSD a combater o Código Penal que ele próprio aprovou!

Vozes do PS: — Exactamente!

A Oradora: — Sim, sim, foi no que, de facto, se cífrou a apreciação do PSD!

Mas, dizia, V. Ex.^a, Sr. Ministro da Justiça, trouxe algumas questões que devem ser ponderadas e, a esse propósito, queria formular-lhe duas perguntas.

Protestos do Deputado do PSD Guilherme Silva.

Sr. Deputado Guilherme Silva, lembre-se das propostas que foram apresentadas, não só pelo PS mas também pelo PCP, em relação a determinados crimes, como a porno-

grafia infantil, o tráfico de pessoas, e lembre-se da posição que tomaram, votando contra.

Como estava a dizer, quero colocar duas questões ao Sr. Ministro da Justiça, uma das quais vai no sentido de lhe pedir que explique o problema das medidas de segurança de que falou, pois parece-me que se pretende propor outra vez o sistema de acumulação de penas de prisão com medidas de segurança, em relação aos delinquentes perigosos.

É que se me suscita a seguinte dúvida: se, de facto, se mantiver o direito penitenciário que temos e aquilo que se verifica ao nível do acompanhamento para a reinserção social da pessoa que é libertada, será que essas medidas de segurança vêm resolver o problema? Não me parece.

A segunda questão que coloco é a seguinte: foram aqui propostas algumas medidas, mas julgo que havia outras, com carácter de prioridade, sobre as quais ouvimos falar ontem, por exemplo, num debate, o Sr. Director-Geral da Polícia Judiciária, como as que se relacionam com a execução da pena de prisão e mesmo com a liberdade condicional e o acompanhamento daquele que sai em liberdade condicional. É que, neste momento, não existe acompanhamento absolutamente nenhum e, por isso, o sujeito que sai em liberdade condicional e que ainda está a cumprir uma pena de prisão nesse novo regime de liberdade, cai novamente, com alguma facilidade, no cometimento de outros crimes.

É ou não verdade que seria prioritário fazer uma reforma, a qual penso que até já deveria ter começado, no direito penitenciário e na execução das penas de prisão?

Vozes do PCP e do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder aos pedidos de esclarecimento que lhe foram formulados, tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça.

O Sr. Ministro da Justiça: — Sr. Presidente, vou responder, só que não tenho microfone...

Pausa.

Não sei se foi o Sr. Deputado Guilherme Silva que mexeu em alguma coisa eléctrica e me tirou o microfone...

Risos.

Dada a nossa amizade, de certeza que não foi.

Sr. Deputado Luís Queiró, agradeço muito as suas questões, sobretudo porque vejo como um elogio o facto de V. Ex.^a ter referido que havia uma visão global na minha exposição.

O problema que V. Ex.^a suscitou, da pequena criminalidade, é efectivamente um problema real. Mas vou mais longe, Sr. Deputado: se prestar atenção aos relatórios da vitimação, e talvez já os tenha lido, verificará que, curiosamente, a maior parte das vítimas desse tipo de crimes, como o estupro, o roubo da carteira, o furto da carteira no metropolitano, enfim, toda essa pequena criminalidade, não querem que os agentes sejam presos.

O Sr. Osvaldo Castro (PS): — Exactamente!

O Orador: — Cerca de 70 % por cento dessas vítimas querem é ser indemnizadas e que o agente sofra, por exemplo, uma pena de trabalho a favor da comunidade, etc.

E é esse o caminho, Sr. Deputado! Tem de ser esse o caminho, porque não podemos encher as nossas cadeias de pequenos ratoneiros.

O Sr. Osvaldo Castro (PS): — Verdade! Completamente verdade!

O Orador: — Sabe que, por exemplo, na Alemanha, estão a pensar em descriminalizar, de imediato, o chamado furto formigueiro?!

Realmente, Sr. Deputado, temos de fazer a defesa dos valores éticos fundamentais da sociedade pelo direito penal; quanto ao resto, temos de lançar mão a meios de intermediação desjurisdiccionados ou, pelo menos, sob o controlo do juiz do Ministério Público, mas sem recurso a penas graves.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Devemos guardar o tronco fundamental do direito penal e das medidas de segurança para aqueles que são os interesses fundamentais da sociedade, sobre isso penso que todos estamos de acordo, e temos de fazer grandes reformas.

Sr. Deputado, quanto à reforma do Código de Processo Penal, e sei que V. Ex.^a e o seu grupo parlamentar estão ansiosos e expectantes pela dita cuja, com toda a razão e, aliás, eu também estou, terei ainda no mês de Outubro...

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Reconhece que está atrasado!

O Orador: — Reconheço, Sr. Deputado! Reconheço os meus atrasos!

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Se V. Ex.^a reconhece, já é meio caminho andado!

O Orador: — Mas sabe, Sr. Deputado, prefiro atrasar-me e ter obra boa do que andar muito depressa e a obra ser canhestra.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sim, senhor! O que não podemos é ser ultrapassados nas curvas!...

O Orador: — Portanto, esperemos mais um pouco! Está a chegar, Sr. Deputado, e afi terá os processos rápidos, rapidíssimos, do tipo da *citation directe* francesa e de outros processos italianos. E repare, Sr. Deputado: tudo isto é a favor de todos! É a favor do próprio arguido, que, muitas vezes, está em prisão preventiva e se for condenado rapidamente passa imediatamente a cumprir a sua curta pena de prisão, porque estes processos são para penas curtas; é a favor da vítima, obviamente, que imediatamente se vê resarcida, quanto mais não seja pela aplicação da pena; é a favor das forças policiais, que, muitas vezes, também se sentem angustiadas porque, ao fim e ao cabo, perseguem o crime e, depois, o julgamento, o processo atrasa-se meses, quando não anos.

O Sr. Luís Queiró (CDS-PP): — É uma espécie de prevenção geral!

O Orador: — Por isso, tem V. Ex.^a toda a razão e isso será feito; tenha um pouquinho mais de paciência...

Espero que, quando o Código de Processo Penal aqui vier, V. Ex.^a cá esteja, atentos esses seus intervalos de vida parlamentar,...

Risos do PCP.

... para dar o seu bom contributo, e certamente que o dará, à reforma do Código de Processo Penal.

Sr.^a Deputada Isabel Castro, também agradeço as suas referências iniciais à minha peça e quase me arrisco a não lhe responder e a fazer-lhe um convite: inicia-se amanhã, por iniciativa da Procuradoria-Geral da República e do Sindicato dos Jornalistas — repare que falamos da Procuradoria e do Sindicato, com o patrocínio do Ministério da Justiça —, um grande debate, onde estarão jornalistas estrangeiros da BBC, do *Le Monde*, do *Times*, etc., e no qual terei o desplante, desculpar-me-á a expressão, de fazer uma intervenção inicial. Por isso, arrisco-me a convidar V. Ex.^a a participar, bem como o Sr. Deputado Guilherme Silva e outros Srs. Deputados.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Amanhã?

O Orador: — De facto, é um problema fundamental, muito importante. Os Srs. Deputados sabem que, em Inglaterra, não se pode chamar homicida a ninguém enquanto não houver sentença, ou seja, os jornais não podem apelidar ninguém de homicida enquanto não houver sentença definitiva, sob pena de uma pena!

De facto, há aqui algumas coisas que temos de mudar. Mas há bons sinais, Sr. Deputado, e o bom sinal é o próprio Sindicato dos Jornalistas estar interessado em debater séria e profundamente a questão.

Gostaria muito de a debater consigo, hoje, aqui, pois tem V. Ex.^a toda a razão na intervenção que fez, mas quase que transferia o convite para amanhã e para depois, a fim de nos dar também o prazer da sua cooperação nesse debate.

Sr.^a Deputada Odete Santos, até julguei que V. Ex.^a, em relação às medidas de segurança fosse mais acutilante,...

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Fui cuidadosa!

O Orador: — ... visto que sei que, tanto V. Ex.^a como eu, e muitos de nós, obviamente, temos uma recordação muito má deste termo. Mas, Sr.^a Deputada, não foi esse o sentido da sua intervenção — honra lhe seja feita. V. Ex.^a é uma jurista sabedora, eminente, que segue sempre estas matérias com grande profundidade e não foi essa crítica que fez.

Estamos num Estado de direito democrático e, portanto, essas malfadadas medidas de segurança, eternas e administrativas, da PIDE, terminaram há muito tempo. Porém, admito que o termo «medidas de segurança» ainda cause algum *frisson* nalguns sectores da sociedade portuguesa.

Sr.^a Deputada, estou inteiramente de acordo consigo e até vou mais longe, pois entristece-me muito que instituições que têm uma função, uma vocação, um objectivo social, em Portugal, tendam sistematicamente a ser organizações burocráticas, não desempenhando o seu papel como deve ser, mas essas coisas, às vezes, também vêm da lei.

Sabe o que é que anda a fazer o Instituto de Reinserção Social, onde o Estado gasta mais de seis milhões de contos por ano? Anda a fazer relatórios!

Vozes do PS: — É verdade!

O Orador: — Sr.^a Deputada, vou acabar com isso! Vou acabar com isso, obviamente, com o voto de VV. Ex.^{as}...

Risos.

Aplausos do PS.

Mas eu sei que VV. Ex.^{as} estarão ao meu lado para acabar com milhares e milhares de relatórios sobre o arguido x ou o arguido y... Porém, relatórios?

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — E protocolos!

O Orador: — Os protocolos são importantes, Sr. Deputado! Daqui a uns meses vai ver como são importantes! Até o Sr. Deputado Luís Marques Mendes já começou a ver. Sabe porquê? Porque se as tais associações criminosas aumentaram muito, Sr. Deputado, foi porque as polícias de hoje as descobriram! Antigamente estavam escondidas...

Aplausos do PS.

Sr.^a Deputada, tem inteira razão, temos de rever a legislação mas, primeiro, é preciso dar ao Instituto de Reinserção Social, que, como sabe, tem essa função, um pouco de «ar»! Agora, se os técnicos do Instituto de Reinserção Social passam o tempo, de manhã à noite, a elaborar relatórios para os senhores magistrados, então, não podem seguir as liberdades condicionais nem muitas outras medidas, nem podem pôr de pé a medida alternativa à prisão de trabalho a favor da comunidade, como eu gostaria, a partir do fim deste mês.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos entrar na fase de encerramento do debate.

Para intervir, em representação do seu grupo parlamentar, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Encarnação, dispondo para o efeito de 10 minutos.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Há aqui um qualquer estranho fenómeno. Há um processo alquímico de transformação, uma autêntica duplicação de imagem, um desdobramento dramático de personalidade.

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Ainda brinca!?

O Orador: — Onde está o PS alarmado? Onde está o PS do aumento de penas? Onde está o PS do fim da segurança aos membros do Governo? Onde está o PS das polícias municipais? Onde está o PS da unificação das polícias? Onde está o PS armado das mais mirabolantes ideias sobre segurança?

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — E onde é que está o Carlos Encarnação?

Risos do Deputado do CDS-PP Jorge Ferreira.

O Orador: — Onde se encontra o PS que trazia os cidadãos inebriados com as soluções que, na sua manga,

espreitavam sobre os males do mundo e os perigos que afligiam os portugueses? Por onde viajam os temores e os receios, as memórias próximas dos assaltos a familiares do seu Secretário-Geral? Onde pára aquela voz preocupada do então Líder parlamentar e agora Ministro dos Negócios Estrangeiros que intranquilizava os espíritos e abalava as consciências? Onde estarão arquivadas as propostas que, em catadupa, o Sr. Deputado Jorge Lacão, agora ainda Deputado, produzia sem sombras de cansaço? Onde se gravaram os pensamentos profundos dos Srs. Deputados José Vera Jardim e Alberto Costa, agora Ministros, sobre a forma de tornar mais célebre a Justiça e de lhe conferir maior eficácia? E por que viela escura andará perdida aquela paixão que transformava o crime organizado e o tráfico de droga em inimigo público número um?

Aburguesaram-se e instalaram-se, os socialistas.

Risos do PS.

Confiam a segurança a guarda-costas. E, afinal, ao vê-los tão quietos e acomodados, se os portugueses soubessem o que sabem hoje, por certo que não se reveriam tanto nas promessas amáveis e nos pensamentos torrenciais dos socialistas. O que lhes trouxe este vendaval de intenções? O que lhes concedeu este circo de opiniões e atitudes? Trouxe-lhes, está bem de ver, mais intranquilidade e mais insegurança. Trouxe-lhes menos autoridade e mais confusão. Concedeu-lhes o privilégio de ver como as pessoas podem ser enganadas tão redondamente.

Tudo começou com a incapacidade manifesta de entender o exercício do poder, a função do comando, o princípio da hierarquia, a base da autoridade democrática. O Sr. Ministro da Administração Interna comprou o silêncio das reivindicações de uma associação profissional pagando uma promessa e fingindo uma punição. O Sr. Ministro da Administração Interna demitiu por razões políticas um Comandante Distrital da PSP. O Sr. Ministro da Administração Interna recusou a condecoração de outros Comandantes por, alegadamente, se recusarem, eles, a comparecer numa cerimónia oficial. Não há memória de um comportamento assim. É aquilo que se pode chamar a prepotência em primeira pessoa. E, por isso mesmo, ninguém será capaz de atribuir a estas atitudes a certeza e a segurança de um homem que decide com prudência e equilíbrio. É a vinculação da disciplina à política.

Aplausos do PSD.

O Sr. Ministro mostrou logo que, quando decide, o que é raro, decide mal. O Sr. Ministro demonstrou depois que, quando deve decidir, não hesita, evita. Chega mesmo a parecer incompreensível como a um jornal disse um dia que era preciso agir primeiro e anunciar depois. É que, sendo a mais importante citação sua que encontrei, alguém trocou, na transcrição da frase, os verbos.

Risos do PSD.

Porque, justamente por essa altura, em Maio de 1995, o Sr. Ministro anunciou a encomenda de um estudo destinado a diagnosticar as necessidades locais — e até agora não agiu. E porque pouco tempo depois, ainda em Maio de 1995, anunciou a constituição de um grupo de avaliação cuja incumbência seria a de fazer o balanço do ensino e processos de formação das forças de segurança, apresentando os resultados no prazo de 90 dias — e até agora também não agiu. E ainda porque a isso se seguiria o envio

à Assembleia da República, logo no início da presente sessão legislativa, de uma proposta de lei de bases do ensino e formação — e até hoje ainda não agiu. Ou mesmo porque, aqui nesta Casa, a 30 de Maio deste ano, o Sr. Ministro anunciou trazer à Assembleia propostas de lei de orientação e de programação no domínio das forças de segurança — e esqueceu-se, infelizmente, de agir. Ou porque o seu Gabinete deu à estampa, no jornal *A Capital*, o desejo do Sr. Ministro de dispor de 37 milhões de contos por modernizar «só» a PSP — e, mais uma vez, não foi destro a agir. E aquilo que poderia ser o «plano Costa» viu reduzido o seu montante anunciado para 21 magros milhões de contos. O Sr. Ministro anunciou também, em 25 de Janeiro de 1996, que 300 funcionários do quadro de excedentes seriam canalizados para funções administrativas na polícia — foi o maior êxito: aproveitaram-se, até agora, oito.

Risos do PSD.

Entretanto, o Sr. Ministro só parou de anunciar de cada vez dois mil novos polícias para encher o peito de ar e agora, na véspera da interpelação, pedir de uma vez só mais uns milhares para três anos. Tantas e tantas vezes o disse que os cidadãos já sonham tropeçar neles, já confiam que atrás de cada esquina estará um guardião da lei. Só que o Sr. Ministro age menos.

O Sr. José Magalhães (PS): — Não brinque com isso!

O Orador: — Por ocasião do Orçamento para 1995, do anterior Governo, o investimento previsto para os anos de 1996, 1997 e seguintes era de 31,954 milhões de contos. Para os mesmos anos, ao tempo do Orçamento para 1996, da sua responsabilidade, o investimento diminui para 30,073 milhões de contos. Ou seja, reduziu as verbas em PIDDAC de 5,9 %. Moral da história: o Sr. Ministro quer gastar mais e investe menos; o Sr. Ministro quer mais polícias e eles perdem-se.

Aplausos do PSD.

Não há ninguém que resista. Os cidadãos ficarão esmagados pelo peso dos números dos novos polícias anunciados de cada vez. Aqui para nós, o Sr. Ministro vai ter cada vez menos polícias para as necessidades de segurança porque não fez o que devia: nem racionalizou a distribuição das forças; nem transferiu encargos de pessoal para funções administrativas; nem se entendeu com o Sr. Ministro da Justiça.

Mas foi essencialmente porque o PSD estava e está preocupado com a inacção do Sr. Ministro da Administração Interna e deste Governo que entendemos oportuno fazer esta interpelação. São os crimes graves que estão a subir. É o tráfico de droga que oferece o panorama, por certo, mais preocupante. É aqui que, como disse há poucos dias, o Sr. Director-Geral da Polícia Judiciária, há sinais claros de que o crime se está a organizar. Ou é a consciência da informação internacional que lança o alerta de passar a encarar o nosso País, como o *Der Spiegel* recentemente o fez, como o parafuso dos cadastrados. O PSD preocupa-se principalmente com o alheamento do Governo perante esta situação.

Hoje todos os partidos políticos portugueses reagiram à nossa iniciativa procurando acrescentar medidas e reflectindo sobre o problema. Até o Governo abandonou aquele sonâmbulo e se deu conta do interesse do assunto.

Quando o PSD levantou a questão, o Sr. Ministro da Administração Interna telefonou ao Sr. Ministro da Justiça perguntando o que se passava porque não tinha dado por nada. A sua surpresa era grande. Afinal, os delinquentes não tiveram medo do anúncio dos novos polícias. Os criminosos não recearam o aumento de verbas. E não ouviram a entrevista recente do Sr. Ministro à TSF. Não foram sensíveis à perfeição doutrinal e à densidade da política expandida.

Talvez hoje, com o conjunto das medidas apresentadas, adicionando ao conjunto das decisões tomadas anteriormente, o PSD dê ao Sr. Ministro e ao Governo a ideia do que é uma política de segurança. E certamente também hoje o PSD oferece ao PS e ao Governo a imagem do que é, ou deve ser, um exercício de oposição consciente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Da nossa parte, há a proposta de soluções coerentes que vão desde a política de execução de penas e a luta contra a droga nas cadeias até à organização das forças de segurança e o combate ao tráfico. Da nossa parte, há ainda a tentativa de diminuir a propensão à violência na sociedade portuguesa, repensando o regime de licenciamento de armas, o controlo dos explosivos e a recuperação de material de guerra e de armamento roubado. Nós queremos contribuir para que a sociedade portuguesa seja mais tranquila e menos violenta. E queremos principalmente dizer que se o Governo não actua, nem por isso a democracia morre. E que os portugueses têm, no maior partido da oposição, um referencial de seriedade de processos e de segurança.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Devia ter dito isso ao País!

O Orador: — O Sr. Ministro da Administração Interna vive um permanente conflito e uma cruel contradição. Não sabe se as promessas eleitorais eram para levar a sério e fazer, ou apenas para fingir. Não sabe se o ideólogo da segurança do Partido Socialista é o Dr. Fernando Gomes ou o Dr. Jorge Lacão. Não sabe se o discurso e o pensamento deve ser o do populismo fácil ou o da desorientação científica. Tenta, e consegue, fazer a síntese. E, por isso mesmo, é um Ministro armadilhado.

Sr. Ministro, depois de tudo o que disseram na campanha eleitoral, tem de reconhecer que o seu acto de aceitação ou foi um acto de coragem ou de inconsciência. Lançaram-no, os seus colegas de partido, às feras. E deram-lhe uma contrapartida. Como companheiro de Governo, ficou o Sr. Ministro Jardim. A ele, as medidas mais sérias, as mais pensadas, a correcção do tiro eleitoral, a pose de Estado.

Risos do PSD.

Ao Sr. Ministro, o resto. O desconhecido, o incerto, a fragilidade, o erro permanente, a distração profissional. É como se o Governo tivesse duas caras ou uma máscara de dupla face. V. Ex.^o não teve oportunidade de escolher. Calhou-lhe em sorte a pior.

O Sr. Presidente: — Para encerrar a interpelação, tem a palavra, em nome do Governo, o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: É bem verdade, como dizia no início desta interpelação, que há um tempo para a chicana e um tempo para a seriedade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Acabámos de viver um momento de chicana.

Aplausos do PS.

Concordamos com o presidente do partido interpelante num ponto: quando ele diz «com a segurança não se brinca». Depois de ouvir o Sr. Deputado Carlos Encarnação concluímos que é Sr. Deputado que não concorda com o presidente do seu partido.

Aplausos do PS.

Porque o Sr. Deputado veio aqui brincar com a segurança.

Aplausos do PS.

Receio, portanto, não poder felicitá-lo pela promissora transferência que seria a sua passagem de ex-secretário de Estado para futuro porta-voz da Administração Interna do partido interpelante.

Mas, falemos sério, os portugueses merecem-no. Se há domínio em que uma lógica de entendimento e de coesão deveria prevalecer sobre uma lógica adversarial, esse é sem dúvida o da área da segurança e da luta contra o crime.

Em coerência com essa visão, o Governo, ao contrário do partido interpelante, entrou neste debate e sai dele com espírito de abertura e de diálogo. Apresentámos um conjunto de medidas e de propostas inovadoras algumas das quais serão proximamente presentes a esta Assembleia da República. Este debate vai, pois, continuar em torno de matérias concretas.

Assim, queria anunciar que estamos disponíveis, inteiramente disponíveis, para examinar todas as propostas agora apresentadas pelas oposições porque isso faz parte do nosso estilo, faz parte da nossa postura, faz parte da nossa diferença. Não estamos na década que acabou em Outubro de 1995.

Aplausos do PS.

Fá-lo-emos não certamente no tempo e nas condições ditadas por aqueles que parece quererem fazer, discutir e decidir em semanas ou meses o que não fizeram durante toda uma década.

Aplausos do PS.

Mas no tempo próprio do funcionamento das instituições estamos prontos para discutir tudo, todas as iniciativas e todas as propostas. Fazêmo-lo com a convicção de estarmos a percorrer uma fase da vida das sociedades onde só através de uma participação alargada dos cidadãos e das várias instituições da sociedade civil, será possível alcançar progressos sérios e consistentes na luta contra a violência, a insegurança e o crime.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E fazêmo-lo também com a consciência de estarmos a dar passos sérios no sentido da recuperação

do panorama que encontrámos, do panorama do policiamento, do panorama da investigação, do panorama do funcionamento do sistema judicial e da execução das penas e, em particular, do panorama que os senhores nos deixaram no domínio do sistema prisional.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Prometemos aos eleitores novas soluções e elas estão, para vosso desgosto, a ser construídas e a ser propostas. O panorama tremendo que o partido interpelante aqui procurou traçar baseou-se num tratamento parcial dos próprios elementos que o Governo, pela primeira vez, proporcionou, de forma totalmente transparente, a todos os grupos parlamentares desta Assembleia da República. Em nenhum dos quatro anos da última legislatura foi proporcionado idêntico grau de informação à Assembleia da República.

Aplausos do PS.

E, dentro em breve, Srs. Deputados, traremos aqui números sobre o trimestre que há dias terminou, mostrando que a vossa visão «tremenda» não é a visão das próprias forças de segurança e não é a visão que os números que elas apresentam reflectem, não sendo, portanto, uma leitura que contribua para a resolução e a determinação que a luta contra o crime requer de todos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Nós não estamos, como outrora os senhores estiveram, fechados aos sentimentos dos portugueses. Estamos identificados com as suas inquietações. Não mudámos de convicções e estamos dispostos a continuar a ir ao encontro das inquietações dos portugueses e eles sabem-no. Vamos de encontro às expectativas dos portugueses, procedendo a um conjunto de admissões de agentes de segurança, em termos nunca atingidos em qualquer legislatura anterior, obedecendo, pela primeira vez, a um plano de conjunto.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E não receamos qualquer espécie de comparação com a obra feita nesta matéria por qualquer governo anterior. Estamos a fazê-lo, dirigindo a protecção policial para as áreas e para os grupos sociais mais vulneráveis, das crianças aos idosos. Estamos a construir uma política diferente, uma política mais sensível, mais virada para os que precisam de protecção, os que não podem «fortificar-se» nos seus bairros elegantes, os que não podem «fortificar-se» nos seus condomínios, os que não podem adquirir caros equipamentos de vigilância, mas que precisam das atenções do sistema público de segurança.

Aplausos do PS.

Estamos a promover oportunidades de aperfeiçoamento da formação dos homens e mulheres das forças de segurança, em termos também entre nós sem precedentes. E estamos a dinamizar a reforma de instrumentos legais fundamentais para acelerar o funcionamento do sistema judicial, onde durante uma década não se experimentaram, apesar de todas as declarações encantadoras, quaisquer melhorias efectivas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A nossa orientação pode resumir-se numa mensagem: mais solidariedade e mais rigor. Mais solidariedade, para enfrentar as raízes sociais do crime; mais rigor, para impedir a progressão de comportamentos criminosos, melhorando o funcionamento do sistema de sanções em Portugal.

Não temos uma visão «carceral» do sistema de castigo nas sociedades contemporâneas — isso ficou aqui bem claro —, mas estamos interessados e empenhados em aperfeiçoar os sistemas de reprovação e de sancionamento, de forma a que a sociedade portuguesa receba deles um contributo positivo, no sentido de os comportamentos sociais se tornarem mais rigorosos e cumpridores.

Quem esperasse de nós laxismo, estaria e está profundamente enganado.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Prometemos no nosso programa eleitoral, justamente, promover a melhoria do funcionamento dos sistemas de prémios e sanções em Portugal. Estamos a fazê-lo e, por isso, estamos a reabilitar as próprias condições do exercício da autoridade em Portugal. Não da autoridade fundada na tradição, não da autoridade fundada, como um dos Srs. Deputados do partido interpelante aqui invocou, na tradição de obedecer, mas na autoridade fundada na lei, fundada na discussão democrática, na vontade da maioria.

Aplausos do PS.

É só essa autoridade que estamos interessados em promover e desenvolver. É preciso dizer que saímos de uma década, e isso será registado, em que a declarada modernização não chegou à justiça nem à segurança. Os portugueses sabem isso e os seus sentimentos nesta matéria são o resultado de uma década de estagnação nestes domínios fundamentais para a afirmação do Estado. Os senhores atrasaram a afirmação do Estado na sociedade portuguesa. Os senhores serão lembrados pelas milícias populares, pelos cortes de estradas, porque, devo dizer-vos, quando aqui vos apresentarmos os números relativos aos cortes de estradas em 1995 e em 1996, ficarão surpreendidos.

Nós estamos a reabilitar as condições da autoridade, estamos a trabalhar para recuperar o atraso que nos deixaram e saímos deste debate mais determinados a prosseguir essa modernização, porque o apelo que sentimos na sociedade portuguesa é o de intensificar e prosseguir a modernização de um sector que o partido interpelante deixou num estado inaceitável em Portugal. Estamos a fazê-lo e, depois deste debate, é com mais convicção que o continuaremos.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. Presidente: — Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, chegámos ao fim do debate desta interpelação.

Srs. Deputados, a próxima reunião plenária terá lugar amanhã, quinta-feira, pelas 15 horas, com um período de antes da ordem do dia, onde terá lugar um debate de urgência, da iniciativa do PCP, sobre «As ameaças para Portugal resultantes da 2.ª fase da integração dos produtos têxteis e vestuário nas regras da Organização Mundial de Comércio», e um período da ordem do dia onde serão

discutidos o inquérito parlamentar n.º 5/VII — Ao acordo estabelecido entre o Estado e o Sr. António Champalimaud (PCP), e as ratificações n.os 21/VII (PCP), relativa ao Decreto-Lei n.º 63/96, de 28 de Maio, que aprova o processo de reprivatização do capital social da Tabaqueira — Empresa Industrial de Tabacos, S. A., 22/VII (PSD), relativa ao Decreto-Lei n.º 74/96, de 18 de Junho, que cria a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas», 23/VII (PSD), relativa ao Decreto-Lei n.º 75/96, de 18 de Junho, que fixa a lei-quadro das direcções regionais de agricultura e 24/VII (PCP), relativa ao Decreto-Lei n.º 84/96, de 29 de Junho, que define as condições legais aplicáveis à concessão de apoios por parte do Estado ao sector da comunicação social, bem como à coordenação e à distribuição da publicidade do Estado, em especial pelas rádios locais e regionais e pela imprensa regional. Haverá lugar ainda a votações à hora regimental.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 20 horas e 50 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Adérito Joaquim Ferro Pires.

Fernando Garcia dos Santos.

José Carlos Correia Mota de Andrade.

Partido Social Democrata (PSD):

Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.

Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho.

João Carlos Barreiras Duarte.

José Manuel Durão Barroso.

Maria Luísa Lourenço Ferreira.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS/PP):

Rui Manuel Pereira Marques.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

António Bento da Silva Galamba.

Eurico José Palheiros de Carvalho Figueiredo.

Fernando Alberto Pereira de Sousa.

Francisco Fernando Osório Gomes.

José Carlos Lourenço Tavares Pereira.

José Manuel de Medeiros Ferreira.

Laurentino José Monteiro Castro Dias.

Maria Jesuína Carrilho Bernardo.

Rui Manuel Palácio Carreteiro.

Partido Social Democrata (PSD):

Gilberto Parca Madail.

João Bosco Soares Mota Amaral.

José Gonçalves Sapinho.

José Mendes Bota.

Luis Carlos David Nobre.

Maria Eduarda de Almeida Azevedo.

Maria Teresa Pinto Basto Gouveia.

Rolando Lima Lalanda Gonçalves.

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.

Ruben Luís Tristão de Carvalho e Silva.

Rectificação ao n.º 106, de 4 de Outubro de 1996

No sumário, l.º cl., l. 8, onde se lê «...Deputados Barbosa de Melo (PSD), Lino de Carvalho (PCP)...», deve ler-se «...Deputados Barbosa de Melo (PSD), Jorge Lacão (PS), Lino de Carvalho (PCP)...».

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.

 **DIÁRIO**
da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

1 — Preço de página para venda avulso, 9\$00 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO 486\$00 (IVA INCLUIDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do *Diário da República* e do *Diário da Assembleia da República*, deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, L. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099 Lisboa Codex.